

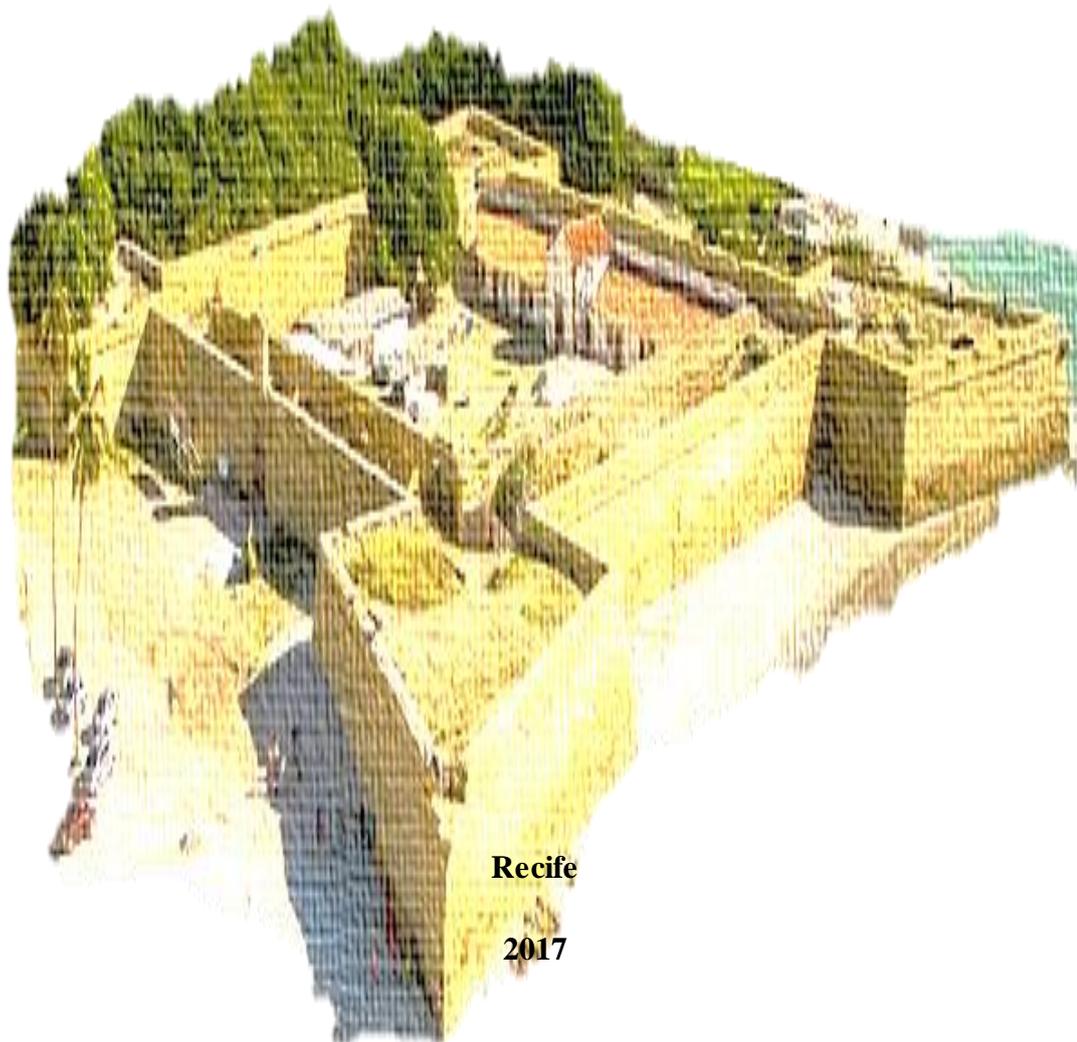


UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO
AMBIENTE – PRODEMA



JEFFERSON JOSÉ CANDIDO

**TURISMO E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS: *uma proposta
de gestão pública sob o prisma da sustentabilidade para a Ilha de
Itamaracá - Pernambuco***



Recife

2017

Jefferson José Candido

TURISMO E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS: *uma proposta de gestão pública sob o prisma da sustentabilidade para a Ilha de Itamaracá - Pernambuco*

Dissertação apresentada em cumprimento às exigências para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, Universidade Federal de Pernambuco.

Orientador: Prof. Dr. José Coelho de Araújo Filho

Coorientadora: Prof.^a Dra. Vanice Santiago Fragoso Selva

Recife

2017

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

C217t Candido, Jefferson José.
Turismo e impactos socioambientais : uma proposta de gestão pública sob o prisma da sustentabilidade para a Ilha de Itamaracá - Pernambuco / Jefferson José Candido. – 2017.
147 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Prof. Dr. José Coelho de Araújo Filho.
Coorientadora : Profª Drª Vanice Santiago Fragoso Selva
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Recife, 2017.
Inclui Referências e apêndices.

1. Meio ambiente. 2. Gestão ambiental. 3. Turismo. 4. Sustentabilidade. 5. Turismo – Impacto ambiental. I. Araújo Filho, José Coelho de (Orientador). II. Selva, Vanice Santiago Fragoso (Coorientadora). III. Título.

363.7 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2017-080)

JEFFERSON JOSÉ CANDIDO

TURISMO E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS: *uma proposta de gestão pública sob o prisma da sustentabilidade para a Ilha de Itamaracá – Pernambuco.*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Aprovada em: 08/02/2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Coelho de Araújo Filho (Orientador)
EMBRAPA

Prof.^a Dra. Edneida Rabelo Cavalcanti (Examinador Externo)
FUNDAJ

Prof.^a Dra. Carla Regina Pasa Gómez (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a Dra. Luciana Araújo de Holanda (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

Deus, que em mim mantém vivo o sentimento de esperança; à minha família e a todos que colaboram de forma direta ou indiretamente à produção deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me concedeu oportunidades e forças para superar as barreiras que se posicionaram durante a minha jornada.

Agradeço ao meu orientador, o professor e pesquisador da EMBRAPA, Dr. José Coelho de Araújo Filho que com muita paciência e profissionalismo dedicou-se a realização de meus anseios compartilhando de seus conhecimentos e experiência.

Sou grato ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE nas pessoas de seus colaboradores e professores que contribuíram na formação profissional, acadêmica e ética do corpo discente, em especial a prof.^a Dra. Vanice Santiago Fragoso Selva que contribuiu vastamente com seus conhecimentos e experiências, dando bases para a conclusão deste trabalho, sendo ainda Coorientadora desta obra.

Agradeço aos membros da banca examinadora que em muito contribuíram para o desfecho desta pesquisa, orientando e reorganizando minha forma de enxergar o caminho.

Aos participantes da metodologia de construções dos cenários prospectivos, a prof.^a Dra. Vanice Santiago Fragoso Selva, o prof. Dr. José Coelho de Araújo Filho, a Ma. Emily Cabral da Silva Santos, o Me. Ítalo César de Moura Soeiro, o Me. Wladimir Oliveira de Queiroz, a Sra. Adriana Cordeiro de Lima, a Sra. Fabiana Silva Mota Cavalcante, a Sr.^{ta} Wanessa Maria Correia Leite e o Sr. Geraldo José Felipe Falcão que não mediram esforços contribuindo com seus conhecimentos e experiências.

Agradeço aos amigos o Sr. Diego Lira da Cunha, a Sr.^{ta} Tamyres Nayara de Oliveira e o Sr. Antônio Henrique Rufino Padilha Cardoso pelo apoio e disponibilização nos momentos de necessidades.

A todos da minha família, que me apoiaram e me incentivaram nos momentos difíceis, em especial a minha mãe Sra. Marta Maria da Silva, e a minha esposa Sra. Kilsa Karla Barbosa de Oliveira Candido.

Ao meus colegas e amigos de trabalho que me deram apoio e colaboraram por meio de incentivo moral e compreensão pela minha dedicação na carreira acadêmica, em especial ao meu chefe de plantão o Sr. Severino Ramos Machado Gomes.

Agradeço ainda aos demais que colaboraram de forma direta ou indireta para a conclusão deste trabalho contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

“A Esperança tem duas filhas lindas, a Indignação e a Coragem. A Indignação nos ensina a não aceitar as coisas como estão; A Coragem, a mudá-las”.

(Santo Agostinho)

RESUMO

O turismo é uma atividade da qual muitos municípios se utilizam como fonte complementar de suas economias e em muitos casos constitui a principal atividade econômica dos mesmos. Porém, vale ressaltar que o turismo traz consigo inúmeros impactos socioambientais, cabendo à gestão pública a responsabilidade na mitigação dos impactos negativos bem como maximizar os impactos positivos. Neste contexto, esta pesquisa teve como objetivo compreender o turismo e seus impactos socioambientais na Ilha de Itamaracá para uma melhor gestão pública do turismo com critérios de sustentabilidade. Buscou-se analisar os acontecimentos reais existentes no espaço geográfico em um determinado instante temporal através da observação *in loco* utilizando-se para isso, além de uma pesquisa quantitativa, também a qualitativa. Ainda foi realizada a identificação dos impactos socioambientais do turismo na Ilha de Itamaracá por meio de uma listagem de verificação (*Check list*) que representa um dos métodos mais utilizados em Avaliação dos Impactos Ambientais (AIA). Foram feitas entrevistas do tipo padronizada e também foram aplicados questionários na busca de um diagnóstico da gestão pública do turismo na Ilha de Itamaracá que possibilitou a construção de cenários prospectivos do desenvolvimento do turismo no município utilizando-se o método de Godet como principal. Como resultado foram elaboradas diretrizes para uma gestão social e ambientalmente sustentável do turismo na Ilha de Itamaracá com um viés de sustentabilidade. Concluiu-se que ações fundamentadas em diretrizes sustentáveis possibilitam o desenvolvimento local baseando-se em um turismo descentralizado, uma gestão com foco na governança e ações de marketing.

Palavras-chave: Gestão Pública. Turismo. Sustentabilidade. Cenários Prospectivos.

SUMMARY

Tourism is an activity that many municipalities use as a complementary source of their economies and in many cases is the main economic activity of them. However, it is worth emphasizing that tourism brings with it numerous social and environmental impacts, with public management having the responsibility to mitigate negative impacts as well as to maximize the positive impacts. In this context, this research aimed to understand tourism and its social and environmental impacts on the Island of Itamaracá for a better public management of tourism with sustainability criteria. An attempt was made to analyze the real events existing in the geographic space at a given time point by means of on-site observation, using a qualitative and quantitative research. The identification of the socio-environmental impacts of tourism in the municipality was also carried out through a checklist that represents one of the most used methods in Environmental Impact Assessment (EIA). Standardized interviews were carried out and questionnaires were also applied in the search for a diagnosis of the public management of tourism in the Island of Itamaracá, which enabled the construction of prospective scenarios of tourism development in the municipality using the Godet method as the main one. As a result, guidelines for a socially and environmentally sustainable management of tourism in Itamaracá Island were developed with a sustainability bias. It was concluded that actions based on sustainable guidelines enable local development based on decentralized tourism, management with a focus on governance and marketing actions through the promotion of a decentralized tourism, under a government guidance and marketing actions.

Keywords: Public management. Tourism. Sustainability. Prospective scenarios.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Os benefícios e os custos econômicos do turismo	23
Quadro 2 – Impactos potenciais do turismo sobre o meio ambiente natural.....	25
Quadro 3 – Principais atividades praticadas no âmbito do turismo cultural	34
Quadro 4 – O papel do estado diante da atividade turística	42
Quadro 5 – Características de uma boa governança	46
Quadro 6 – Níveis de influências das variáveis	71
Quadro 7 – Análise de SWOT da Praça do Pilar	75
Quadro 8 – Pontos positivos e negativos da Ilha de Itamaracá identificados pelo plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável – PDITS.....	92
Quadro 9 – Investimento do governo estadual com o Prodetur.....	94
Quadro 10 – Principais impactos socioambientais do turismo na Ilha de Itamaracá	104
Quadro 11 – Atores envolvidos no desenvolvimento do turismo na Ilha de Itamaracá	113
Quadro 12 – Retrospectiva do ambiente turístico da Ilha de Itamaracá nos últimos 25 anos	114
Quadro 13 – Diretrizes proposta à gestão pública da Ilha de Itamaracá sob o prisma da sustentabilidade	121

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Principal motivo da viagem ao litoral norte (dados em %)	74
Gráfico 2 – Aspectos de maior importância para atrair os turistas à ilha	79
Gráfico 3 – Conceito de sustentabilidade na visão da população de Itamaracá	80
gráfico 4 – pontos fortes (positivos) da gestão pública do turismo em itamaracá	81
Gráfico 5 – Ppontos fracos (negativos) da gestão do turismo em Itamaracá	81
Gráfico 6 – Possibilidades de desenvolvimento para a Ilha de Itamaracá	83
Gráfico 7 – Percepção da população quanto aos impactos da atividade turística sobre o meio ambiente natural e sobre a cultura local	83
Gráfico 8 – Avaliação do planejamento e das ações turísticas promovidas pela gestão pública	84
Gráfico 9 – Perfil autodeclarado da população de Itamaracá quanto ao desenvolvimento da Ilha	85
Gráfico 10 – Diagrama de influência (eixo vertical) x dependência (eixo horizontal)	116
Gráfico 11 – Diagrama de influências diretas entre as variáveis do desenvolvimento do turismo na Ilha de Itamaracá	117

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Esquema da complexidade do turismo	20
Figura 2 – Mapa explicativo da Trilha da Samambaia, Ubajara – CE	32
Figura 3 – Ciclo de vida de um lugar turístico	45
Figura 4 – Localização da Ilha de Itamaracá no litoral norte do estado de Pernambuco	48
Figura 5 – Praia do Forte Orange	49
Figura 6 – Restinga ao fundo e manguezal no canal de Santa Cruz vista de Vila Velha	50
Figura 7 – Trilha dos holandeses em meio a restinga nas proximidades da Praia do Forte Orange	51
Figura 8 – Praia do Pontal, um local paradisíaco de águas tranquilas com vista belíssima para o canal da Barra de Catuama	51
Figura 9 – Praia de Jaguaribe, local de cultura e lazer	52
Figura 10 – Cantora Lia, Patrimônio vivo de Pernambuco	53
Figura 11 – Uso e ocupação do solo do município da Ilha de Itamaracá	54
Figura 12 – Lagoa da Mata, localizada no refúgios de vida silvestre nas matas do Engenho Amparo	55
Figura 13 – Lagoa Azul, um balneário frequentado por turistas e moradores	55
Figura 14 – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Aquáticos-CMA	56
Figura 15 – Vista aérea da ilhota Coroa do Avião.....	57
Figura 16 – Maçarico-branco, calidris alba, marcado nos estados unidos e fotografado na Praia da Enseada dos Golfinhos, Itamaracá – PE.....	
Figura 17 – Paisagens de Vila Velha	6
Figura 18 – Engenho São João, o primeiro no Brasil a funcionar com máquina a vapor	62
Figura 19 – Esquema de metodologia da pesquisa	65

Figura 20 – Fases do método descrito por Godet	69
Figura 21 – Concentração de turistas e moradores na Praça do Pilar.....	76
Figura 22 – Tambor de lixo sendo utilizado para depósitos de resíduos	77
Figura 23 – Placa de sinalização turística do tipo informativa sobre a Vila Velha em condições precárias.....	89
Figura 24 – Obras de requalificação do atrativo turístico Forte Orange com verbas do Prodetur	93
Figura 25 – Construções e lançamento de esgoto na Praia do Pilar	98
Figura 26 – Imagens de resíduos lançados na Praia do Pilar.....	99
Figura 27 – Imagens de resíduos lançados na Praia do Forte	100
Figura 28 – Engarrafamento na via de Itapissuma que dá acesso à Ilha de Itamaracá	102
Figura 29 – Orange Praia Hotel.....	103
Figura 30 – Aumento dos preços dos produtos na Ilha	105
Figura 31 – Especulação imobiliária em alta em Itamaracá	105
Figura 32 – Utilização da superestrutura urbana para a realização da ciranda na Ilha de Itamaracá	106
Figura 33 – Microempreendedor de artesanatos.....	106
Figura 34 – Livro de ata de visitantes da igreja de Nossa Senhora da Conceição em Vila Velha	107
Figura 35 – Falta d’água e acúmulo de lixo em Itamaracá.....	107
Figura 36 – Avanço das construções na Praia do Pilar impulsionadas pelo turismo	108
Figura 37 – Poluição sonora na Praça do Pilar	108

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Participação dos serviços no PIB da Ilha de Itamaracá	58
Tabela 2 – Relações diretas de influência e dependência das vareáveis do turismo na Ilha de Itamaracá.....	115

LISTA DE SIGLAS

AHITA - Associação Hoteleira da Ilha de Itamaracá

APA - Área de Proteção Ambiental

COMPESA - Companhia de Pernambucana de Saneamento

DB - Decibéis

EIA - Estudo de Impactos Ambientais

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

JC - Jornal do Commercio

OMS - Organização Mundial De Saúde

OMT - Organização Mundial De Turismo

PIB - Produto Interno Bruto

PNMT - Programa Nacional de Municipalização do Turismo

PNUD - Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento

PO - Policiamento Ostensivo

SiBCS - Sistema Brasileiro de Classificação de Solos

SISTUR - Sistema Turístico

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	TURISMO E GESTÃO	19
2.1	Turismo e impactos socioambientais	19
2.2	Ecoturismo e sustentabilidade.....	26
2.3	Educação ambiental no turismo.....	37
2.4	Gestão do turismo.....	39
3	CARACTERIZAÇÃO DA ILHA DE ITAMARACÁ	48
4	METODOLOGIA	64
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	73
5.1	Como acontece o turismo e seus reflexos nas práxis do cotidiano da ilha	73
5.1.1	Diagnóstico das políticas públicas do turismo na Ilha de Itamaracá.....	78
5.2	Identificação dos impactos do turismo na Ilha de Itamaracá	95
5.3	Instrumentos de gestão para a tomada de decisão no âmbito do setor público	109
5.4	Diretrizes a partir de cenários prospectivos para a Ilha de Itamaracá.....	113
5.4.1	Cenário idealista com critérios de sustentabilidade	118
5.4.2	Cenário prospectivo pessimista	120
5.4.3	Diretrizes para o turismo sustentável	121
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
	REFERÊNCIAS.....	126
	APÊNDICE A – Questionário aplicado à população da Ilha de Itamaracá	137
	APÊNDICE B – Roteiro das entrevistas realizadas	138
	ANEXO A – Relatório final Micmac: Cenário do Turismo em Itamaracá.....	143

1 INTRODUÇÃO

O turismo é uma atividade que se bem planejada e gerida, possibilita o desenvolvimento local. Embora esta atividade aconteça de forma espontânea (BOULLÓN, 2002), ela é passível de controle através de mecanismos gerenciais que buscam mitigar seus impactos negativos, muitas vezes irreversíveis, e ainda otimizar seus impactos positivos.

Antes de tudo, o turismo é uma atividade econômica, pois gera renda, e como tal desperta o interesse de empreendedores, dinamizando a produção do espaço. Agregada aos empreendimentos turísticos surge uma rede de serviços que possibilita uma maior permanência do turista no ambiente visitado.

Porém, o turismo como uma atividade que consome o espaço geográfico (CRUZ, 2003), tem o poder de transformar a paisagem segundo seus interesses, buscando uma maior atratividade de pessoas para seu produto turístico e em muitos casos, esse mesmo produto vai se valorizando em médio ou longo prazo.

Na Ilha de Itamaracá o turismo tem sido alvo de muitas críticas por moradores locais e profissionais deste setor no tocante à gestão pública e aos impactos socioambientais negativos decorrentes desta atividade, como resíduos sólidos lançados no meio ambiente, especulação imobiliária, alteração na divisão do trabalho e na vida social da comunidade local, dentre outros. Por isso, verifica-se que os impactos negativos estão se sobressaindo em relação aos positivos, prejudicando por consequência o meio ambiente. O turismo neste município alcançou seu auge nos anos de 1980, fruto de seus potenciais naturais e culturais, porém, há pelo menos 13 anos sofre um declínio tanto na demanda quanto na qualidade, fatos que motivaram a realização desta pesquisa sob a hipótese de que a atividade turística na Ilha de Itamaracá está sendo conduzida de forma insustentável.

Nesta perspectiva, este trabalho tem seus horizontes voltados para o desenvolvimento da atividade turística na Ilha de Itamaracá com o objetivo geral de compreender o turismo e seus impactos socioambientais na Ilha de Itamaracá para uma melhor gestão pública do turismo com critérios de sustentabilidade.

Com base neste pensamento, os objetivos específicos são:

- ✓ Caracterizar o turismo na Ilha de Itamaracá;
- ✓ Identificar os impactos socioambientais do turismo;
- ✓ Averiguar os atuais instrumentos de gestão para tomada de decisão na gestão turismo;

- ✓ Apontar diretrizes a partir de cenários prospectivos do desenvolvimento do turismo.

Para alcançar os objetivos propostos levou-se em consideração a indução sob o método quanti-qualitativo onde são utilizadas as abordagens quantitativas e qualitativas dentro de uma mesma pesquisa. Utilizou-se na ocasião as técnicas de questionários e entrevistas realizadas à comunidade local, aos turistas, aos representantes do setor público e a *trade* turística, além da técnica de observação *in loco* e da análise de *Swot*. Ainda se utilizou do método de Godet para a construção dos cenários prospectivos e da ferramenta *checklist* para a identificação dos impactos socioambientais.

A perspectiva da sustentabilidade passa a permear diversas áreas do conhecimento e atividades cotidianas colocando a ecologia no centro das ações humanas em busca de um equilíbrio, assim o que vem sendo chamado de Ecozoica (BOFF, 2016). Com esta visão, a atividade turística tem buscado uma prática de menores impactos socioambientais negativos, garantindo o uso de seus produtos turísticos, os recursos naturais e culturais, de forma que sejam satisfeitas as necessidades destas e das demais gerações, por meio do turismo sustentável. Porém, o turismo e os impactos socioambientais são indissociáveis, restando a gestão desta atividade social mitigar seus impactos negativos no âmbito social, econômico e ecológico.

Com isso, espera-se que os impactos socioambientais negativos atuais e os potenciais sejam mitigados, e a população local, em conjunto com os turistas, possa desenvolver uma racionalidade de conservação e preservação do meio ambiente para uma convivência harmônica, pautada na sustentabilidade e no desenvolvimento local. Para tanto, espera-se que as políticas públicas do turismo venham realizar um planejamento adequado às políticas de sustentabilidade, diante do diagnóstico e das diretrizes norteadoras elaboradas por este trabalho.

Este trabalho encontra-se organizado em quatro partes principais:

A primeira parte apresenta um discurso teórico a respeito do turismo e a gestão pública, com intuito de fundamentar os diálogos mais adiante, trazendo à tona conceitos como o ecoturismo, o turismo cultural dentre outros. A educação ambiental é outro assunto discutido neste item.

A segunda parte faz uma caracterização da Ilha de Itamaracá mostrando seus aspectos sociais, econômicos e naturais, destacando o potencial do município para o turismo.

A terceira parte é composta pelo percurso metodológico que se trilhou para galgar os resultados necessários segundo o objetivo proposto.

Por último, estão dispostos os resultados apresentando como acontece o turismo no município identificando alguns dos impactos socioambientais desencadeados no município pela atividade turística. Neste item ainda são apresentadas diretrizes com critérios de sustentabilidade como uma proposta de gestão pública para a Ilha de Itamaracá. Estas diretrizes foram elaboradas a partir de cenário prospectivos, um idealista e outro pessimista e tomou como base os critérios de sustentabilidade publicados pelo Ministério do Turismo.

2 TURISMO E GESTÃO

Para uma melhor compreensão do turismo e seus impactos socioambientais, faz-se necessário uma reflexão sobre a atividade turística e seu poder modificador dos ambientes, bem como os segmentos que influenciam na demanda de um lugar turístico. Ressalta-se ainda o papel das políticas públicas na consolidação de um ambiente equilibrado.

2.1 Turismo e impactos socioambientais

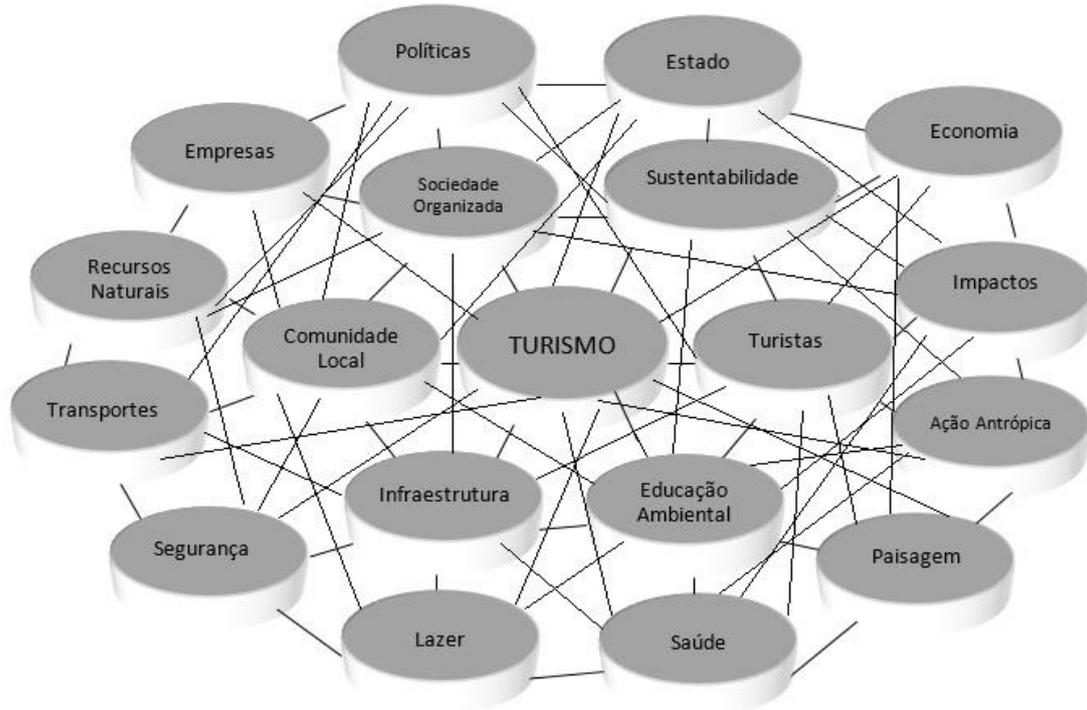
As atividades turísticas no Brasil tiveram um grande avanço desde o início do ano de 1990 quando as políticas públicas impulsionadas pela dinâmica espaço-temporal que ocasiona uma crescente urbanização dos espaços, passou a fomentar “a efetiva transformação dos recursos em atrativos, políticas estas ditadas pelos atores hegemônicos do capital transnacional” (RODRIGUES, 2003, p.88). A mesma autora (2003 p.88), afirma que a atividade ou processo turístico é capaz de produzir ou reorganizar novos espaços que outrora foram ocupados por outras demandas, ressaltando-o como “um fenômeno estruturante de novas territorialidades, até mesmo com fins geopolíticos”. Na Ilha de Itamaracá, assim como em outros lugares, de uma forma geral, o turismo é visto como uma atividade que proporciona o lazer e “consagra a viagem como única forma de livrar-se das neuroses urbanas e do cotidiano constrangedor das cidades” (RODRIGUES, 2003, p.90). Rodrigues (2003, p.93) assegura que “os lazes desempenham uma função primordial no resgate da vida social urbana” pois, resgatam a autoestima dos grupos sociais e a do próprio indivíduo.

No Brasil o conceito de turismo foi estabelecido com base na definição da Organização Mundial de Turismo – OMT, segundo a qual “Compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares distintos de seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outros” (OMT, 1998 *apud* ANSARAH, 2004, p.20). Desta forma, ao se adotar um conceito pode-se melhor compreender um fenômeno, e neste caso, trata-se de uma atividade humana, transversal à diversas áreas, e conceituado de forma bastante ampla.

O turismo é uma atividade que pode ser analisada de maneira interdisciplinar (BENI, 2007), pois sua teia de relações compõe um espaço complexo (Figura 1) entre o meio social, econômico e natural¹, agindo como modificador e produtor do espaço geográfico em sua complexidade e multicausalidade.

¹ Compreende-se como meio natural a natureza selvagem, que segundo Lefebvre (2004), é apresentada pela água, o ar, a terra e a luz como seus elementos onde a ação humana pouco interferiu.

Figura 1 – Esquema da complexidade do turismo



Fonte: Jefferson Candido, 2016.

A teia apresentada na Figura 1 demonstra de uma forma didática a complexidade desta atividade por meios de suas interligações e transversalidade, onde o turismo está relacionado com diversas atividades, desde a econômica, a social, a ecológica, dentre outras. É possível identificar que a atividade turística acontece em lugar se utilizando da infraestrutura e dos demais elementos da comunidade local em busca de lazer e conforto oferecidos pelas políticas e empresas do setor. Ressalta-se que os recursos explorados pelos turistas devem pautar-se na sustentabilidade, mitigando os impactos socioambientais negativos por meio do planejamento, ações e com a educação ambiental.

Hunziker e Krapf (1942 *apud*, BENI, 2007, p.36) definiram o turismo como sendo “a soma dos fenômenos e das relações resultantes das viagens e da permanência de não-residentes, na medida em que não leva à residência permanente e não estar relacionada a nenhuma atividade remuneratória”. Já na visão de Beni (2007) o turismo pode ser compreendido e analisado como um Sistema Turístico – Sistor – classificado como aberto, através de suas relações com outros sistemas.

Cruz (2003, p.05) considera o turismo como “uma prática social que envolve o deslocamento de pessoas pelo território e que tem no espaço geográfico o seu principal objeto de consumo”. Pode-se afirmar que o turismo tem como premissa consumir o espaço geográfico.

Considera-se turismo como uma resultante das relações complexas envolvendo as dimensões econômica, sociocultural, ecológica e institucional, na qual o indivíduo – o turista – realiza viagens para fora de seu domicílio, pernoitando no local de destino por um período inferior a 12 meses, pelos mais diversos motivos, desde que não tenha um caráter remuneratório.

Neste entendimento, não é considerado como turista as pessoas que possuem uma segunda residência nos lugares de destino de suas viagens, devido esta segunda residência ser parte de seu domicílio, mesmo em caráter temporário. Além de ser muito comum o aluguel destes imóveis à terceiros, afastando o caráter não remuneratório de suas viagens.

As viagens turísticas possuem um caráter pendular, de ida e volta, em um movimento externo e interno, conduzindo o ser humano a se deslocar tanto no espaço físico e temporal como para dentro de si mesmo através de seu imaginário, motivando-o para a realização da viagem (BENI, 2007, p.37).

O produto turístico é compreendido como a soma dos bens e serviços dispostos em uma determinada destinação podendo ele ser tangíveis ou não (ANSARAH, 2004; BOULLÓN, 2002). Para que este produto tenha êxito no processo turístico deve ser destacado três elementos fundamentais: a oferta, a demanda e a infraestrutura.

Na Ilha de Itamaracá é comum a prática do turismo de segunda residência² ou residência secundária, que pode ser definido como "um alojamento turístico particular, utilizado temporariamente, nos momentos de lazer, por pessoas que têm seu domicílio permanente num outro lugar" (TULIK, 1995 apud ASSIS, 2003). Desse modo o ambiente que estes veranistas reproduzem, muitas vezes se destaca pelo acúmulo de lixo, a perturbação do sossego, com som alto e suas práticas típicas de ambientes de praia, como exemplo se tem as grandes excursões conhecidas popularmente como "*picnic*". O turismo tende a transformar os espaços em um ambiente de segunda residência, principalmente nas áreas costeiras e insulares, pois, "em muitos casos, o turismo intensifica a urbanização das Ilhas Tropicais, transformando-as, principalmente, em balneários de veraneio" (ASSIS, 2001 apud ASSIS, 2003). A prática do turismo de segunda residência aliada a outros fatores proporciona uma alteração no espaço muitas vezes irredutíveis.

² Alguns autores defendem esta modalidade como turística, porém para efeito deste trabalho esta prática não será compreendida como turismo, sendo seus praticantes denominados de veranistas, exceto quando a utilização da casa não seja pelos proprietários, por exemplo: um grupo de pessoas que resolveram alugar de forma temporária uma casa para a prática do turismo, ao invés de passar uma temporada em pousadas e hotéis.

Quando se relaciona o meio ambiente e o turismo, pode-se perceber que existem dois lados possíveis quanto aos impactos socioambientais: os positivos e os negativos. Sánchez (2013, p.34) define impactos ambientais como “alteração da qualidade ambiental que resulta na modificação de processos naturais ou sociais provocada por ação humana”. Já na visão do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) é compreendido como:

Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

I – a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

II – as atividades sociais e econômicas;

III – a biota;

IV – as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;

V – a qualidade dos recursos ambientais (BRASIL, 1986).

Logo, para que haja impactos, necessariamente, tem que haver interferência humana. As ações antrópicas que interferem no processo de resiliência é fruto de uma “sociedade capitalista urbana – industrial e do seu atual modelo de desenvolvimento econômico e tecnológico” (PELICIONI; PHILIPPI JR, 2005, p.7). Vale lembrar que, destas ações tem-se como desfechos os impactos positivos e os negativos.

Quanto aos impactos positivos, ressalta-se sobretudo, que o turismo é uma atividade econômica, e seu papel principal na economia local é a geração de renda por meio dos serviços e empreendimentos, resultando em empregos diretos e indiretos, além de gerar a entrada de divisas no país. O turismo tem um forte poder de impulsionar o desenvolvimento local, desde que bem planejado, executado, monitorado e periodicamente reavaliado para que não haja apenas um crescimento econômico, mas um ganho qualitativo no social (DIAS, 2005; SANTOS, R, 2014). O produto turístico é consumido de forma sazonal, conhecido como os períodos de alta e de baixas temporadas, e com frequência tem causado descontinuidade na economia de uma região turística.

Os impactos positivos produzidos pelo turismo no meio ambiente natural acontecem através da sensibilização dos turistas e da população local, a respeito da importância da conservação e preservação do meio e suas relações diretas com a vida dos Biomas³ e dos seres humanos, além de angariar recursos financeiros para a conservação e fomentar pesquisas para a manutenção e desenvolvimento dos locais visitados.

No Quadro 1 pode-se observar os custos e os benefícios econômicos do turismo no qual também se aplica a Ilha de Itamaracá.

³Bioma é uma unidade biológica ou espaço geográfico caracterizado de acordo com o macroclima, a fitofisionomia (aspecto da vegetação de um lugar), o solo e a altitude específicos.

Quadro 1 – Os benefícios e os custos econômicos do turismo

BENEFÍCIOS	CUSTOS
Criação de empregos	Muitos empregos são mal remunerados e/ou sazonais
Injeção de renda na economia local pelo efeito multiplicador	Custos de ocasião, ex.: dinheiro investido em turismo que não poderá ser usada posteriormente para outras finalidades
Auxílio para manutenção da viabilidade dos negócios locais	Congestionamento
Reforma e restauração da economia em cidades e metrópoles onde as outras atividades industriais estão em declínio	Necessidade de investir em infraestrutura dispendiosa que pode ser usada apenas em parte do ano
Estímulos a investimentos internos e industriais	Excessiva dependência do turismo, tornando a economia local vulnerável a mudanças no mercado de turismo

Fonte: Swarbrook (2000, p. 95).

Como exemplo de impactos positivos, no Brasil destaca-se a modalidade de ecoturismo indígena desenvolvida na região do alto Rio Negro, no Amazonas, onde estas atividades “são capazes de valorizar e proteger a base natural, resgatar e preservar o patrimônio cultural e assegurar benefícios às populações locais” (FARIAS, 2007, p.294) assegurando no caso dos indígenas uma garantia de demarcação de terras, condição da espacialização da sua cultura, por intermédio do reconhecimento e valorização da cultura indígena que é amplamente divulgada por turistas. Já para a Oliveira (2007, p.178) a população indígena Krikati no estado do Maranhão, são beneficiadas pela venda de seus artesanatos aos turistas, fomentando a criação de uma associação que “valoriza a produção do artesanato como uma forma de estimar a cultura indígena”.

De maneira semelhante, Braceras e Aldatz (2007) apresentam os impactos positivos do turismo que vem sendo desenvolvido em pequenos vilarejos como o caso da comunidade de Soledade – RN. Neste lugar, o Lajedo de Soledade é responsável pela atração dos turistas devido seu potencial geoturístico, com suas formações calcárias e seus conjuntos de cavernas e artes rupestres, além de materiais paleontológicos (BRACERAS; ALDATZ, 2007, p.344). O desenvolvimento do turismo proporcionou neste ambiente a conservação, a preservação e a valorização do patrimônio histórico, cultural e natural, além de um crescimento econômico, como afirmam Braceras e Aldatz (2007, p.353):

O turismo rural é uma alternativa para o aumento dos níveis de emprego e renda da população rural, ratificadas nas informações dadas pelos entrevistados no Lajedo de Soledade. Indiscutivelmente, a instalação de uma empresa petroleira nacional, em Soledade, motivou mudanças no local, através da oferta de água potável, a implementação da atividade turística com a delimitação das áreas de visitação pública no Lajedo, o treinamento de guias mirins e a construção do museu paleontológico, além do estímulo às atividades de artesanato com a construção do CALS e o financiamentos dos recursos de artesanato.

Outro exemplo claro de impactos positivos do turismo se reflete diretamente na economia. Segundo o Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC), o turismo movimentou R\$ 492 bilhões no Brasil no ano de 2014, entre atividades diretas, indiretas e induzidas, (9,6% do PIB nacional) com um investimento de R\$ 59,6 bilhões no País (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2015). O Nordeste é a região brasileira que mais se beneficia do turismo no país. As atividades relacionadas ao turismo representam 9,8% do PIB da região, o que sugere um faturamento de R\$ 42,7 milhões por ano, de acordo com estudo do Ministério do Turismo em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) (VIVER NATAL, 2013).

Por outro lado, já que o turismo necessariamente implica em deslocamento de pessoas, esta atividade produz ainda impactos negativos. Souza (2008, p.18) afirma que a espacialização do turismo destrói o espaço construído e reproduz um espaço à luz de sua lógica:

A atividade turística, além de consumir, produz espaço. Uma produção, voltada para mercadorias e, portanto, uma produção destrutiva. Destrói o ambiente natural para produzir um ambiente propício à atividade turística e destrói o modo de vida da população local, por meio da alteração do seu trabalho, da sua cultura, da sua produção de espaço.

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA através do Ministério do Meio Ambiente – MMA do Brasil aponta vários impactos da atividade turística que também podem ser observados na Ilha de Itamaracá como no texto a baixo:

A indústria do turismo assim caracterizada, acrescida à especulação imobiliária, vem causando graves e, muitas vezes, irreversíveis danos ao meio ambiente costeiro (...).

O turismo desordenado vem descaracterizando a faixa litorânea, com o bloqueio do acesso público ao litoral, quer pela implantação de condomínios e de grandes empreendimentos hoteleiros, quer pelas praias particulares e loteamentos mal planejados (...).

As atividades tradicionais do setor pesqueiro vêm também se alterando por causa da construção, operação e manutenção de marinas e canais artificiais que, na maioria das vezes, conduzem à destruição de ambientes importantes para outras atividades econômicas, como manguezais, canais de circulação de águas costeiras e praias, além de impedir o livre acesso ao litoral, garantido por lei (...).

Os maiores prejudicados, dentre a população tradicional, têm sido os pescadores artesanais, que têm o seu sustento destruído pela poluição e descaracterização de praias, costões e manguezais, sendo muitas vezes

forçados a se deslocar para outras áreas ou abandonar a sua atividade principal (BRASIL, 2002, p. 125).

Swarbrooke (2000, p.79) demonstra em seu livro “Turismo Sustentável” os impactos do turismo e suas potenciais consequências, conforme o Quadro 2.

Quadro 2– Impactos potenciais do turismo sobre o meio ambiente natural

Aspecto do impacto	Consequências em potencial
Composição de espécies da flora e da fauna	<ul style="list-style-type: none"> Perturbação de hábitos de reprodução Matança de animais pela caça Matanças de animais para fornecimentos de produtos para o mercado de souvenirs Migrações de animais para o interior e para o exterior Pisoteamento e danos à vegetação pela passagem de pedestre e veículos Destruição de vegetação pela coleta de madeiras ou plantas Mudança na extensão e/ou na natureza de cobertura vegetal por sua remoção ou pelo planejamento de facilidades de acomodação para o turista Criação de reservas/santuários de vida selvagem ou restauração de habitat
Poluição	<ul style="list-style-type: none"> Poluição das águas pela descarga de detritos, derramamentos de óleo/petróleo Poluição do ar por emissões de veículos, queima de combustíveis para aquecimento e iluminação Poluição sonora devido ao transporte de turistas e suas atividades
Erosão	<ul style="list-style-type: none"> Compactação de corpos sólidos causando o aumento de deslizamento da superfície e erosão Alteração do risco de ocorrência deslizamento/erosão Alteração no risco de ocorrência de avalanches Danos às características geológicas (ex.: montanhas rochosas, altas e cavernas) Danos à ribanceira de rios
Recursos naturais	<ul style="list-style-type: none"> Esgotamento do solo e fornecimento de água na superfície Esgotamento de combustível fóssil que gera energia para as atividades dos turistas Alteração do risco de incêndios Esgotamento de recursos minerais para materiais de construção Exploração excessiva de recursos biológicos (ex.: pesca descontrolada) Alterações nos padrões hídricos Alteração da terra usada para produção primária
Impacto visual	<ul style="list-style-type: none"> Facilidades (ex.: edificações, teleféricos, estacionamentos) Lixo esparramado Detrito, florescimento de algas

Fonte: Swarbrooke (2000, p.79).

Dos impactos apresentados no Quadro 2, na Ilha de Itamaracá, se destaca a poluição e o impacto visual. Contudo, a atividade turística na Ilha de Itamaracá tem sido de suma importância na dinâmica da economia. Porém, ressalta-se que semelhante a outros lugares, o município sofre impactos, sobretudo, pelo motivo de que o segmento turístico de maior

expressividade é o de sol e mar ou sol e praia, que é considerado de grande impacto, pois, é praticado pela grande massa e por isso, é difícil de se controlar. Neste contexto, surge o turismo alternativo com uma nova visão de como praticar o turismo de uma maneira mais consciente e sustentável.

2.2 Ecoturismo e sustentabilidade

No final do século XX, surgiu um novo paradigma visando a sustentabilidade como um ideal aplicado a todas as atividades e áreas do conhecimento, sobretudo a partir da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro, denominada de Rio-92, buscando um equilíbrio nas dimensões econômicas, sociais e ecológicas (DIAS, 2011). Na Conferência foi dado ênfase ao desenvolvimento econômico, conservação e preservação tanto dos recursos naturais quanto culturais, almejando mitigar a pegada ecológica da humanidade no planeta.

Porém, é preciso ter a consciência de que o desenvolvimento sustentável, como é proclamado sob a ótica progressista e capitalista, é incompatível com a sustentabilidade, pois, busca crescimento econômico e benefícios financeiros, subjugando a natureza (BOFF, 2016) descaracterizando a essência da harmonia entre a dimensão ambiental e econômica. Por outro lado, é possível um desenvolvimento sob a ótica da expansão da potencialidade e capacidade do ser humano, fundamentada na educação ambiental e na democracia (BOFF, 2016). Com isso, busca-se não o desenvolvimento sustentável como o modismo atual, mas a sustentabilidade conforme defende Boff (2016, p.67), ou seja, “uma ética da suficiência para toda a comunidade, e não apenas para o indivíduo”, uma harmonia entre todos e com o todo, o bem-viver, onde esta sustentabilidade é compreendida de forma sistêmica e integradora:

Sustentabilidade é toda ação destinada a manter as condições energéticas, informacionais, físico-químicas, que sustentam todos os seres, especialmente a terra viva, a comunidade de vida, a sociedade e a vida humana, visando sua continuidade e ainda atender as necessidades da geração presente e das futuras, de tal forma que os bens e serviços naturais sejam mantidos e enriquecidos em sua capacidade de regeneração, reprodução e coevolução. (BOFF, 2016, p.116).

Com esta visão, atualmente a atividade turística inclina-se para uma redução do turismo de massa que possui um forte impacto socioambiental nos territórios emissores, nos espaços de deslocamento e nos núcleos receptores (CRUZ, 2003). Esta modalidade pode ser conceituada como:

Uma forma de organização do turismo que envolve o agenciamento da atividade bem como a interligação entre agenciamento, transporte e hospedagem, de modo a proporcionar barateamento dos custos da viagem e permitir consequentemente que um grande número de pessoas viagem (CRUZ, 2003, p.6).

O turismo de massa é conhecido por seu amplo poder de transformação espacial e de degradação. Porém, com o advento do turismo alternativo que confronta o modo do turismo tradicional, enxerga-se um caminho para a sustentabilidade. Um turismo sustentável é aquele que busca o bem-viver além da melhoria da qualidade de vida para a comunidade receptiva e seus visitantes, proporciona conhecimentos e lazer aos turistas, obtém um crescimento econômico respeitando o meio ambiente, utilizando de forma consciente e ética os recursos naturais e sociais pautando-se nas normas que versam sobre as questões ambientais. Esta forma sustentável de desenvolver o turismo idealiza-se nos “propósitos de crescimento pessoal e comunitário, em prol do bem-estar comum, pela conservação do meio ambiente” (RAMALHO *et al* 2010, p.26), um turismo menos degradante e mais conservacionista, que busque o equilíbrio entre a sociedade e a natureza. Rabinovici (2009 *apud* RAMALHO *et al* 2010, p.40) informa como deve ser um turismo sustentável:

Para ser sustentável o turismo deve considerar como meta a manutenção da integridade dos processos ecológicos, biológicos, ambientais além de satisfazer as necessidades econômicas, culturais, éticas, estéticas, das pessoas e dos ambientes envolvidos (dos visitados e dos visitantes). Como não conhecemos nenhuma localidade onde estas variáveis tenham sido alcançadas, mesmo que parcialmente, a viabilidade da aplicação do conceito deve ser colocada, sob pena de cair em descrédito enquanto conceito e enquanto utopia.

Embora que para muitos, seja impossível de se colocar em prática um turismo completamente sustentável, é preciso desenvolver políticas que direcionem para este fim, buscando ao máximo as reduções dos impactos negativos.

Segundo France (1997, *apud* MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007, p.22), para que se desenvolva um turismo com base nos critérios de sustentabilidade deve:

- ✓ Ser ecologicamente suportado e economicamente viável, simultaneamente;
- ✓ Distribuir equitativamente seus benefícios;
- ✓ Observar a ética e ser socialmente aceito pela comunidade receptora;
- ✓ Integrar-se com todos os aspectos do ambiente, de modo a respeitar áreas frágeis e a capacidade de suporte das áreas visitadas;
- ✓ Incentivar a participação de todos os atores envolvidos, pois a conservação da herança cultural e natural envolve cooperação, planejamento e manejo;
- ✓ Garantir a satisfação do turista e, concomitantemente, direcionar o seu comportamento, no sentido da conservação dos ambientes e respeito à cultura local;

- ✓ Estar integrado com a economia local e promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades receptoras;
- ✓ Ser necessariamente planejado e aplicar os princípios de sustentabilidade a todos os componentes do produto turístico (desde os transportes utilizados, a harmonia das instalações construídas com o ambiente, a questão do saneamento, o uso eficiente de energia etc.);
- ✓ Realizar marketing responsável;
- ✓ Pesquisar e monitorar a atividade turística de modo a garantir que o desenvolvimento dessa atividade aconteça de acordo com os princípios e critérios da sustentabilidade, de maneira que os avanços sejam mantidos e evitando retrocessos.

Com estes critérios de sustentabilidade a atividade turística poderá maximizar seus ganhos, mantendo um razoável equilíbrio nas dimensões ambientais, social, ecológica e econômica. Para tal, uma das alternativas é investir no turismo alternativo.

Para Magalhães (2002, p.27) o turismo alternativo, abrange vários segmentos “como o turismo ecológico, turismo rural, turismo verde, turismo de aventura” esperando como resultado o equilíbrio da exploração e a conservação do meio ambiente, buscando um novo paradigma comparado ao turismo de massa, que é caracterizado pela intensa exploração dos recursos naturais e das comunidades impactadas. Dentre os segmentos do turismo alternativo destaca-se o ecoturismo.

O Ecoturismo é um segmento turístico que vem crescendo no Brasil e no mundo segundo os dados da *World Tourism Organization* – Organização Mundial de Turismo (OMT) motivados por incentivos de governos e da iniciativa privada que investem neste segmento visando: a geração de emprego, a entrada de divisas e o desenvolvimento local (SALVATI, 2005, p.62). Segundo Selva e Coutinho (2000, p.123)

É procedente considerar o ecoturismo como uma modalidade de turismo que objetiva um contato direto com o ambiente em todas as suas dimensões – natural, econômica, social, histórica, cultural – de forma que seja possibilitado ao turista o conhecimento científico do ambiente e, à área receptora o desenvolvimento local.

O ecoturismo deve, portanto, trazer desenvolvimento local ao mesmo tempo em que contribui para o conhecimento do turista a respeito do meio visitado. No Brasil, o Ecoturismo iniciou-se a partir da década de 1980, com a publicação do documento *Nosso Futuro comum*, conhecido mundialmente como Relatório de Brundtland promovendo o ecoturismo como um instrumento de conservação da natureza. “O ecoturismo desponta como aliado potencial dos territórios protegidos, se devidamente bem manejados” (DALE, 2005, p.6). Portanto, o ecoturismo é uma das ferramentas de sensibilização dos turistas quanto à importância da conservação e preservação do meio ambiente natural (SERRANO, 2004, p.203).

O conceito de ecoturismo é bastante variado devido seu caráter transversal e multidisciplinar, visto que o turismo não é uma ciência nem uma indústria, mais uma atividade socioeconômica (BOULLÓN, 2002). Por ser um segmento do turismo, onde se pressupõe que o turista possua conhecimentos básicos de educação ambiental, o ecoturismo é uma atividade voltada à prática de contato direto com o meio ambiente natural de forma que não se agrida este meio, conservando-o para as gerações futuras, ou seja, praticando a sustentabilidade local.

Segundo o Ministério do Turismo, o Ecoturismo é:

Um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (BRASIL, 2010, p.17).

Com esta definição de ecoturismo realizada pela instituição pública federal, fica claro que o ecoturismo se baseia em três pilares: a conservação do patrimônio natural e cultural, a educação ambiental e o bem-estar das comunidades locais onde é praticado este tipo de segmento. Logo, o poder público o enxerga como um caminho à sustentabilidade.

Dentre os paradigmas do ecoturismo, que visam a valorização do espaço em suas dimensões natural, sociocultural e econômica, a interpretação ambiental é fundamental para a vivência do turista (SANTOS, R, 2014). Neste encaixe, a biogeografia antrópica ou social que “estuda o ser humano integrado à natureza e suas ações de transformação” é uma ciência que auxilia na compreensão e planejamento do ecoturístico, onde a conservação e a preservação são *out put*, consequências de uma gestão adequada dos recursos naturais.

Na visão de Santos, R (2014, p.120), o planejamento do turismo em áreas naturais pode acarretar benefícios ao local impactado:

O turismo em áreas naturais é uma atividade que, se bem planejada e desenvolvida, pode trazer benefícios amplos para as populações locais, como a oportunidade de diversificação e consolidação econômicas; a geração de empregos; a conservação ambiental; a valorização da cultura; a conservação e/ou recuperação dos patrimônios histórico, artístico e ambiental; a recuperação da autoestima dos habitantes locais; e a redução da imigração, principalmente dos jovens.

Ao compreender que existindo alterações de qualquer dos elementos de um determinado ecossistema, provocadas pela ação antrópica, acontece um impacto ambiental, as pessoas com frequência, costumam confundir a ação humana, a causa, como o impacto. Porém, segundo Sánches (2013), o impacto é a consequência e não a ação, como exemplo pode-se citar a construção de uma rodovia que não é um impacto ambiental, mas as alterações no meio é que se caracterizam de fato o impacto.

Considerando o ecoturismo, pode-se afirmar que os impactos socioambientais são mitigados pela educação ambiental, típica destes grupos de praticantes.

Para Neiman (2005, p.18), o ecoturismo busca a interação do indivíduo como o meio natural de forma sustentável tanto na dimensão ecológica quanto no setor econômico “incluindo-se aí suas populações tradicionais que assumem a responsabilidade de cuidar e, através de sua cultura, integrar-se a essas áreas de modo a preservar seu equilíbrio”. O ecoturismo bem estruturado em suas bases tem a capacidade de abarcar o triângulo da sustentabilidade, defendido pelo Relatório de Brundtland que se baseia no desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e desenvolvimento ambiental (SEIFFERT, 2009, p.26).

O Brasil é um país com grande potencial ecoturístico devido a sua rica biodiversidade, representada pela fauna, flora e os domínios morfoclimáticos em suas mais variadas formas, bem como seu potencial cultural dotados de seus valores singulares como seu patrimônio histórico, artístico, culinária, beleza cênica, dentre outros, que possibilitam a prática da atividade turística de contato direto com o meio natural e cultural. Estes fatores estão integrados às características antropológicas do povo brasileiro no que diz respeito a hospitalidade, um grande diferenciador para que o turista possa prolongar sua estadia nos lugares turísticos.

Para a devida proteção dos Biomas brasileiros foram criadas as Unidades de Conservação mediante a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 que “institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação” (BRASIL, 2000). Segundo Neiman (2005, p.39) o ecoturismo é desenvolvido principalmente nestas unidades, com exceção das Reservas Ecológicas e das Estações Ecológicas devido à fragilidade dos ecossistemas e sua incompatibilidade com o turismo.

Segundo Ferreira e Coutinho (2010, p.352), o ecoturismo pode ser observado de forma multidisciplinar, na qual, várias ações conduzem para um pleno desenvolvimento:

Para o desenvolvimento do ecoturismo de acordo com os conceitos de sustentabilidade, é necessário contemplar o processo de planejamento, com inventários, diagnósticos, análise de oferta e demanda, determinação de capacidade de carga turística e recreativa, elaboração de condução de impactos, identificação de projetos, ações, fontes de financiamentos e parceiros que possam contribuir direta ou indiretamente para a mitigação dos potenciais impactos negativos e maximização dos benefícios do ecoturismo.

Neste aspecto, um dos principais agentes colaboradores para o turismo sustentável é a figura dos condutores ambientais. Eles são responsáveis pela interpretação do ambiente e condução dos impactos turísticos junto aos visitantes, contribuindo para a manutenção, e uso

sustentável dos recursos naturais, históricos e culturais, sendo fundamental a capacitação destes profissionais (FERREIRA; COUTINHO, 2010, p.360).

A busca pelo lazer e pelo ecoturismo pode ser explicada pela urbanização, que em sua dinâmica, contínua e orgânica, trouxe ao homem uma vida agitada, de curto tempo e de muito trabalho, barulhos, o caos urbano. Este caos advindo da industrialização, sob o sistema capitalista, criou no homem a necessidade de buscar um refúgio, uma fuga do cotidiano. Como solução surge o turismo, como mais uma mercadoria. Segundo Camargo (2003) este tempo do não trabalho passou a ser ocupado por lazer e ser utilizado, inclusive, em viagens “vindo a constituir o turismo como prática social, vigente, portanto, dentro da sociedade industrial” (CAMARGO, 2003, p. 66).

Meirelles Filho (2005, p.42) apresenta a tendência de vários especialistas em lazer, como Dennis Spiegel, da *Internacional Treme Park Service*; John Robinett, da revista *Fun World*; e Gary Goddard, Presidente da *Landmark Entertainment Group*. Todos indicam que a tendência das pessoas é buscar uma fuga do cotidiano onde o retorno da natureza através de seu contato direto é compreendido como uma forma de lazer, chegando a afirmar que:

As pessoas querem sair de suas casas para mini aventuras. Ao mesmo tempo, as pessoas querem se divertir com algo exótico, estimulante, mas que não seja arriscado[...] atrações que focalizarem temas neutros como a paz, programas de reciclagem e meio ambiente serão bem sucedidos. Pensem no tema “sozinhos na floresta tropical (*Rain forst*) [...] Possivelmente para fugir do consumismo as pessoas serão atraídas por parques ambientados da nova era que proporcionem atmosferas tranquilas, naturais. (DENNIS ESPPEIGEL, 1994 *apud* MEIRELLES FILHO, 2005, p.42)

Para o Ministério do Turismo o ecoturismo encontra-se fundamentado em suas bases pela “interpretação, conservação e sustentabilidade” (BRASIL, 2010, p.19). Já Pelicioni e Toledo (2010) defendem que seus pilares são: o uso adequado dos recursos naturais, o envolvimento das populações locais e a formação de uma consciência ambientalista.

Embora o turismo tenha trazido um crescimento econômico em todo o mundo e as tendências indicam um crescimento anual 4 a 5% (PELICIONI; TOLEDO, 2010), os impactos socioambientais negativos provocados pelo turismo muitas vezes são mais expressivos que o seu pseudodesenvolvimento.

No ecoturismo uma das principais ferramentas associadas a educação ambiental são as trilhas ecológicas, que inclusive podem ser encontradas na Ilha de Itamaracá. Elas são caminhos realizados em ambientes de difícil acesso que possibilita o contato direto com o meio visitado que na visão de Pelicioni e Toledo (2010, p.304) “podem ser muito ricas do ponto de vista pedagógico”. O Ministério do Turismo conceitua as trilhas interpretativas como “Conjunto de

vias e percursos com função vivencial, com a apresentação de conhecimentos ecológicos e socioambientais da localidade e região” (BRASIL, 2010). A convivência vai além de uma simples visita, pois é algo que exige uma interação entre visitante e o meio.

Para que haja uma interpretação eficiente do meio, as trilhas devem conter o suporte adequado. A sua classificação pode ser ordenada “quanto à extensão, condução, forma e grau de dificuldade” (SANTOS, R, 2014, p.122). O grande desafio para o processo de ensino aprendizagem em trilhas são as deficiências dos guias turísticos, para as trilhas guiadas, que em muitos casos não possuem um conhecimento necessário para a interpretação do ambiente. Há casos em que os guias para satisfazerem os questionamentos de seus guiados criam histórias do lugar ou contam aquilo que ele acredita ser verdade, porém, está longe do conhecimento científico, são apenas saberes populares.

Para as trilhas não guiadas o turista deve dispor de todas as informações precisas para compreender o ambiente e absorver a ideia de preservação e conservação do local, sendo necessário uma previa orientação adquirida geralmente nos centros de informações turísticas ou por moradores do local, ou ainda placas ecológicas, mapas e textos informativos como o mapa explicativo fixado no início da trilha Samambaia, Ubajara – CE utilizado para as orientações prévias do guia para facilitar a experiência de interpretação ambiental (Figura 2).

Figura 2 – Mapa explicativo da trilha da Samambaia, Ubajara – CE



Fonte: Jefferson Candido (2014).

O Parque Nacional de Ubajara, no Ceará adotou o segmento ecoturístico para explorar de modo sustentável este ambiente. As trilhas são realizadas de modo guiada por condutores ambientais, treinados e capacitados para que o turista possa usufruir do atrativo de modo

consciente, e refletir criticamente no modo de vida que a sociedade atual vem desenvolvendo. Placas semelhantes a esta (Figura 2) deveriam fazer parte do cotidiano de moradores e turistas na ilha de Itamaracá, porém, no município mesmo com todo o seu patrimônio natural e cultural a prática do ecoturismo não tem muita expressividade quando comparado ao turismo de sol e mar.

O ecoturismo embora trabalhado no meio ambiente natural dever ter uma infraestrutura mínima para a sua operação.

O turismo contemporâneo é um grande consumidor da natureza e sua evolução, nas últimas décadas, ocorreu como consequência da busca do verde e fuga dos tumultos dos grandes conglomerados urbanos pelas pessoas que tentam recuperar o equilíbrio psicofísico em contato com ambientes naturais durante seu tempo de lazer (RUSCHMANN, 1999 apud SOUZA 2008).

O turismo é por natureza uma atividade que consome o espaço geográfico (CRUZ, 2003). Na busca de uma sustentabilidade que favoreça tanto o setor turístico quanto às comunidades, a ferramenta da educação ambiental utilizada pelo ecoturismo, é incorporada ao lazer de seus praticantes que dispõe de tempo livre e dinheiro para realizar o turismo. Essa reaproximação do homem com o meio natural é capaz de reequilibrar as condições psicofísicas dos praticantes do ecoturismo devido às atividades físicas e a interpretação do ambiente visitado.

Um dos pilares do ecoturismo é a valorização da cultura e agregados aos benefícios à comunidade local. Nesta perspectiva, o turismo cultural é um importante meio para esta valorização. Além de seus recursos naturais, a Ilha de Itamaracá também se destaca como um destino turístico de forte potencial cultural.

Santos (2004) entende que para combater o preconceito deve-se estudar as culturas diversas no sentido de fortalecer o respeito e a dignidade nas relações humanas e que a discussão desta temática ajuda na compreensão de nossa própria realidade social. Na concepção deste autor, a cultura trata-se de um resultado da coletividade das ações humanas, abrangendo seus processos históricos e todos os aspectos da vida social (SANTOS, 2004).

A Ilha de Itamaracá atrai os turistas pelo conjunto de patrimônios históricos e culturais nela existente, segmentando a demanda do turismo de sol e mar para um turismo cultural. No entendimento do Ministério do Turismo as atividades turísticas com objetivo de proporcionar aos turistas uma relação de intensa vivência com os aspectos e situações culturais peculiares da cultura visitada dar-se o nome de turismo cultural conceituada da seguinte forma:

Turismo Cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura (BRASIL, 2010, p.15).

Dessa forma, o turismo realizado sob os princípios de valorização e promoção desperta na comunidade explorada, o interesse de buscar o conhecimento de suas origens refletindo na produção mais verdadeira do ambiente cultural ofertado. O turismo além de proporcionar prazer, busca em sua essência reproduzir um ambiente abstrato, muitas vezes adaptado para a satisfação do turista que busca conhecer outras culturas para perceber a sua própria identidade (BANDUCCI JR; BARRETO, 2001, p.11).

O turismo cultural é uma prática diversificada onde a transversalidade desta leva a práticas de outros segmentos em conformidade com as características territoriais. “A transversalidade deste segmento se dá, também, por considerar elementos e expressões da cultura local, como a gastronomia, a música, as manifestações populares etc” (BRASIL, 2010).

No Quadro 3, observam-se diversas atividades que podem ser desenvolvidas com o turismo cultural na Ilha de Itamaracá pelos turistas, que são atraídos principalmente pela visitação à sítios históricos, como a Vila Velha e o Forte Orange; e às manifestações populares, como visita ao Espaço Cultural de Lia, pela tradição do coco de roda e da ciranda, além da gastronomia local à base de crustáceos.

Quadro 3 – Principais atividades praticadas no âmbito do turismo cultural

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO
Visitas a comunidades tradicionais e/ou étnicas	Visitas a comunidades tradicionais ou grupos étnicos (comunidades representativas dos processos imigratórios europeus e asiáticos, comunidades indígenas, quilombolas e outros grupos sociais que preservam seus legados étnicos como valores norteadores de seu modo de vida, saberes e fazeres), que permite a interação ou acompanhamento de atividades cotidianas ou eventos tradicionais de comunidades locais
Visitas a sítios históricos	Visitas a lugares de interesse histórico-cultural que representam testemunhas do cultural nacional, regional ou local.
Visitas a sítios arqueológicos e/ou paleontológicos	Visitas a sítios arqueológicos e paleontológicos com relevância histórico-cultural.
Visitas a Espaços e Eventos Religiosos	Visitas a espaços e eventos cuja motivação principal seja a busca espiritual e a prática religiosa relacionadas às religiões institucionalizadas, de origem oriental, afro-brasileiras, espíritas, protestantes, católica. Ex.: Peregrinações e romarias, retiros espirituais, festas e comemorações religiosas, visitação e espaços e edificações religiosas – igrejas, templos, santuários, terreiros – realização de itinerários de cunho religioso, apresentações artísticas de caráter religioso.
Visita a lugares místicos e Esotéricos	Visitas a espaços e eventos cuja motivação principal seja a busca da espiritualidade e do autoconhecimento em práticas, crenças e rituais considerados alternativos. Ex.: Caminhadas de cunho espiritual e místico, práticas de energização.

Visita a monumentos e celebrações cívicas	Visitas motivadas pelo conhecimento de monumentos, acompanhar ou recordar fatos, observar ou participar em eventos cívicos, que representem a situação presente ou da memória política e histórica de determinados locais.
Visita a Museus e Casas de cultura	Visitas a locais destinados à apresentação, guarda e conservação de objetos de caráter cultural ou científico. Ex.: Museu da Cachaça, Museu do Folclore etc.
Visitas Gastronômicas	Realização de passeios cujas essências sejam a visita de roteiros, rotas e circuitos gastronômicos, a participação em eventos gastronômicos, a visita aos bares, restaurantes e similares de um destino que represente as tradições culinárias da região.
Passeios para festas, festivais, celebrações locais e manifestações populares	Realização de passeios para festas e festivais locais, para apresentações de formas de expressões culturais com fins de informação cultural ou recreação; para acontecimentos ou formas de expressão relacionados à música, dança, folclore, saberes e fazeres locais, práticas religiosas ou manifestações de fé. Ex.: rodas de viola, folia-de-reis, crenças, rezas, novenas.
Passeios para cinemas e Teatros	Realização de passeios culturais para teatros e cinemas, conforme programação local.

Fonte: Brasil (2010).

A sensibilização através do planejamento de maneira sustentável busca por meio de ações imediatas e a longo prazo a eficácia da valorização e promoção da cultura dos destinos turísticos.

O turismo cultural deve ser incentivado no município pois, a medida em que a comunidade é visitada, fortalece o desenvolvimento local. Logo, a comunidade despertará para os sentimentos que lhes identificam com sua cultura e seu contexto histórico, que por consequência, deverá estimular este novo sentimento, fomentando ainda mais o turismo. Sendo assim, contribuem para a manutenção do patrimônio histórico-cultural regional.

O turismo cultural é um dos segmentos que por se tratar da vivência de outras formas de se fazer o caminho histórico de uma determinada comunidade, é de suma importância que este segmento seja realizado de forma sustentável. Porém, como afirma Swarbrooke (2000, p.19) “não há uma definição completamente aceita de turismo sustentável”, devido sua complexidade. Contudo, pode-se observar uma proximidade mais real com este paradigma como no texto abaixo:

Formas de turismo que satisfaçam hoje as necessidades do turista, da indústria do turismo e das comunidades locais, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades (SWARBROOKE, 2000, p.19).

Para que haja sustentabilidade no turismo as ações devem beneficiar tanto o meio ambiente natural, a sociedade quanto trazer um desenvolvimento econômico ao local do atrativo que segundo Dias (2011) eles seriam o tripé da sustentabilidade.

Neste mesmo intento Martins *et al* (2005, p.8) revelam que o turismo cultural deve preocupar-se com as gerações futuras:

O Turismo Cultural - entendido como o turismo que possui como principal atrativo aspectos da cultura humana - oferece a possibilidade de maior compreensão e comunicação entre os diferentes povos. Esse contato tende a enriquecer culturalmente tanto os turistas quanto a comunidade receptora. Para isso a atividade turística deve ser planejada e organizada da forma mais adequada possível para que os atrativos turísticos sejam vistos não só como fonte de renda e emprego, mas como legado cultural deixado para as próximas gerações. Nesse momento é fundamental o entendimento do que é o patrimônio cultural e como ele é fator relevante para a manutenção da identidade cultural.

O turismo implica em impactos, onde pode verificar que existem dois lados possíveis de análise quanto aos impactos socioambientais: os positivos e os negativos. Neste sentido, o turismo cultural deve ser tratado com extrema cautela, pois ao mesmo tempo que ele resgata a identidade cultural de um local, quando não planejado de forma correta, pode induzir as pessoas a uma modificação ambiental para se adequar a determinados “padrões turísticos”, muitas vezes modificando o modo de produção de vida de um lugar, alterando por consequente, a identidade cultural, e maquiando uma cultura que já não é de fato vivenciada.

O contexto de turismo sustentável em se tratando de Turismo cultural ainda é visto de forma delicada, pois tanto o turismo quanto a cultura precisam superar desafios para que haja uma harmonia no sentido de mitigar os impactos desta interação. Porém, segundo Simões (2009), “o resultado das ações integrativas deve ser assegurado, por meio da implementação de políticas culturais, em favor da sustentabilidade dos valores regionais”. Com esta visão, o autor apresenta as políticas culturais com uma forma de valorização de seu patrimônio.

Logo, o incentivo ao turismo alternativo serve como um importante mecanismo de gerenciamento para reduzir a demanda do turismo de massa e possibilita uma melhor distribuição espacial das atividades turísticas, mobilizando a economia e reduzindo a sazonalidade do fluxo. Como um turismo alternativo, o ecoturismo tem se apresentado propício ao desenvolvimento da Ilha de Itamaracá desde que bem planejado por meios de políticas públicas em parceria com os demais setores da sociedade.

2.3 Educação ambiental no turismo

Uma das atividades que possibilita as mitigações dos impactos socioambientais negativos é o ecoturismo, buscando a sensibilização de seus praticantes e da comunidade local por meio da educação ambiental (PELICIONI; TOLEDO, 2010).

A educação ambiental associada ao ecoturismo se dá pela interpretação da paisagem, que o meio oferece, sendo muito comum o uso de trilhas ecológicas onde o processo de construção do conhecimento possibilita que o turista através do contato direto com o meio ambiente natural construa os conhecimentos necessários sobre a fauna, a flora e sua relação com o homem para a devida proteção deste meio, não deixando de fora desta interpretação os recursos hídricos e geológicos.

A educação ambiental é um dos aspectos mais importantes para a transformação do pensamento do ser humano e busca um equilíbrio entre o meio natural e o social visando uma vida de qualidade através do saber ambiental.

Na visão de Mendonça (2005), a educação ambiental (EA) busca libertar o ser humano de si mesmo, onde os laços culturais e familiares são impedimento para uma nova experiência de equilíbrio ambiental, e visa uma mudança de atitude rompendo com a educação reprodutiva. Este equilíbrio só pode ser alcançado através da reformulação das relações inter e intrapessoal. No entendimento do mesmo autor o ser humano precisa tomar uma postura crítica “para modificar as bases culturais nas quais nossa sociedade foi moldada” (MENDONÇA, 2005, p.159).

Já Gonçalves (1990 apud PELICIONI, 2005, p.353) expõe que “o modo de ser, de produzir e de viver dessa sociedade é fruto de um modo de pensar e agir em relação à natureza e aos outros seres humanos que remonta a muitos séculos”. A formação do intelecto do ser humano é influenciada por valores socioculturais condicionados à compreensão da aprendizagem às práticas sociais, pois, “para que a educação ambiental se efetive, é preciso que conhecimentos e habilidades sejam incorporados e que, principalmente atitudes, sejam formadas a partir de valores éticos e de justiça social, pois são essas atitudes que predispõem à ação” (PELICIONI; PHILIPPI JR, 2005, p.6).

Pelicioni e Philippi Jr (2005, p.6) defendem que “como prática democrática a educação ambiental prepara para o exercício da cidadania por meio da participação ativa individual e coletiva considerando os processos socioeconômicos, políticos e culturais que a influenciam”. Desta forma, as ações voltadas a conservação e preservação do meio capacitam homens e

mulheres, representantes da camada social sem interesse políticos, a atuarem ativamente na elaboração das políticas públicas, criando uma esfera democrática, onde o exercício de seus direitos e deveres torna essa esfera possível.

A educação ambiental proposta em 1997 pela Conferência Internacional Ambiente e Sociedade - Educação e Sensibilização do Público para a Sustentabilidade, na Grécia, - possuiu um caráter voltado à sustentabilidade englobando além do meio ambiente natural, “a pobreza, a habitação, a saúde, a segurança alimentar, a democracia, os direitos humanos e a paz” (PELICIONI; PHILIPPI JR, 2005, p.7) respeitando o mundo multicultural. Desta forma, a EA passa a ser uma base sólida do paradigma da sustentabilidade.

A educação ambiental através de sua capacidade crítica deve formar homens e mulheres aptos ao pleno exercício da cidadania. Para Pelicioni e Philippi Jr (2005, p.10)

Somente por meio da Educação ambiental desenvolvida a partir de bases políticas, conceituais, filosóficas e ideológicas como aqui abordadas, e que poder-se-á novas e positivas formas de abordagem e de planejamento para o processo de desenvolvimento local e nacional com sustentabilidade.

Henrique Leff (2009) defende que a educação ambiental assumiu outros pilares que renova os ideais de outrora, ressaltando que apenas ações de conscientização e capacitação profissional não são eficazes, pois é preciso que a educação esteja baseada nos princípios de democracia, sustentabilidade ecológica, diversidade cultural e equidade. Estes princípios reorientam o processo que envolve a educação ambiental no sistema, pois “o saber ambiental problematiza assim o conhecimento para refuncionalizar os processos econômicos e tecnológicos, ajustando-os aos objetivos do equilíbrio ecológico à justiça social e a diversidade cultural” (LEFF, 2009, p.233).

Ao argumentar sobre a educação, Rodriguez e Silva (2013, p.202) definem um fim para a mesma, voltada à sustentabilidade, revelando que “a educação deve proporcionar a aquisição de conhecimentos, habilidades e desenvolvimento de atitudes”. Com uma educação ambiental baseada nestes pilares, o desenvolvimento do saber, nos seus aspectos científicos e populares. Na obra citada, os autores permitem ao cidadão uma visão crítica do mundo moderno e suas implicações no meio ambiente, possibilitando assim, habilidades para a construção de sistema de produção menos agressivo ao meio ambiente em relação ao atual sistema capitalista, que explora os serviços ambientais sem o devido cuidado quanto a conservação e a preservação, exploração esta que é perceptível também no turismo.

A razão, capacidade que distingue o ser humano dos demais animais, permite a humanidade por meio da filosofia desenvolver o conhecimento e habilidades (cultura) tornando-a apta a desenvolver atitudes que não comprometa sua ética e nem cause danos que o

meio ambiente não possa se recuperar por meio de sua resiliência que é a “capacidade do sistema em retornar às suas condições originais após ser afetado pela ação de distúrbios externos” (CHRISTOFOLETTI, 1999, p.114). Para que estas atitudes estejam dentro de um paradigma sustentável, os valores da sociedade precisam ser reconstruídos, se distanciando do desejo do consumo e pautando seu recomeço em uma ideia de equidade, senso de justiça. A educação ambiental deve produzir estes elementos no cidadão: conhecimento, habilidades e mudança de atitude.

Para uma educação ambiental pautada na sustentabilidade, o paradigma da pedagogia crítico-social, aliada à pedagogia libertadora parece satisfazer os princípios da sustentabilidade. A pedagogia crítica-social zela pela “difusão de conteúdos (vivos, concretos), considerando a educação como atividade mediadora no seio da prática global social, privilegiando a aquisição do saber vinculado às realidades sociais” (RODRIGUEZ; SILVA, 2013, p.210). Em quanto que, a pedagogia libertadora, trata da análise da relação homem/natureza para uma melhor compreensão e “transformação das condições socioeconômicas” (RODRIGUEZ; SILVA, 2013, p.210).

O papel fundamental da educação é a formação do ser humano para o exercício da cidadania. Cidadão é estar apto a participar ativamente das relações sociais, exercendo seus deveres e buscando o cumprimento de seus direitos. Embora a palavra cidadania remonte às relações políticas nas cidades, na contemporaneidade, ela abrange a todos que se adequam as relações sociais de seus lugares e do global, visto que as relações atualmente transcendem a simplicidade do cotidiano, revelando-se em uma complexidade global, sendo o turismo um dos elementos responsáveis pela globalização.

Nesta concepção a educação ambiental fundamentada na pedagogia libertadora e libertária, busca a formação de cidadãos através da compreensão, reflexão crítica para uma mudança de atitudes do indivíduo e a criação de uma nova cultura, impulsionada por este conhecimento. Uma formação para a vida pessoal e social.

2.4 Gestão do turismo

O turismo é algo relativamente novo no cotidiano da sociedade e deve ser analisado e planejado por meio da gestão do turismo. Esta gestão deve ser compartilhada e participativa entre o poder público e o *trade* (BENI, 2007). Porém o Estado como principal agente na organização e produção do espaço deve ter uma participação ativa e efetiva por meio de suas políticas públicas na gestão do território.

As relações da sociedade com os entes políticos atualmente se intensificam pela crescente participação da sociedade civil tanto nos processos de planejamento quanto nas tomadas de decisões, tornando praticável o texto constitucional que afirma que o poder do estado advém do povo. Poder este que concede autoridade a seus representantes legais a agirem em benefício da coletividade, buscando sempre a realização das necessidades individuais, priorizando o bem comum de uma sociedade por meio do regime democrático que atualmente é vigente no Brasil e em grande parte das nações do mundo. A carta magna de 1988, vigente, estabelece para a República Federativa do Brasil como um dos seus principais objetivos “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988) que é realizado por meio da administração pública e suas políticas.

O termo política advém do grego, referenciando a *Polis (politikós)* que faz alusão às cidades, a vida urbana ao Estado. Já o termo *Policy* é de origem anglo-saxão que representa o conjunto das atividades exercidas pelo Estado – as políticas públicas – (DIAS; MATOS, 2012, p.2). Entende-se como política os aparatos que conduzem a um objetivo, que embora esteja vinculado à gestão do Estado, existe a política no seio social sem que esteja atrelada às ações do governo, como as políticas empresariais. Segundo Beni (2007, p.111) “a política pode ser definida como um curso de ação calculado para alcançar objetivos”.

As políticas públicas partem de um pressuposto de que no cotidiano das pessoas, existe uma esfera que diz respeito a uma relação que vai além do individual ou da vida privada, revelando-se em uma dimensão comum aos demais (DIAS; MATOS, 2012). Com esta proposta, o público é compreendido como o “domínio da atividade humana que é considerado necessário para a intervenção governamental ou para a ação comum” (DIAS; MATOS, 2012, p.11).

Com esta visão, o autor apresenta um conceito de um espaço concreto necessário para a consolidação do poder público ou de um poder compartilhado de forma que o bem comum seja ali especializado. Este espaço público pode ainda ser interpretado como uma materialização de uma apolítica pública, que pode ser compreendida como as ações de governo voltadas a sanar as necessidades públicas, entendidas como o bem comum da sociedade. Com este enfoque, conceitua-se políticas públicas como “um conjunto de procedimentos que expressam relações de poder. Estes por sua vez, se orientam para a resolução de conflitos no que se refere aos bens públicos” (DIAS; MATOS, 2012, p.3). Logo, as políticas públicas são expressões dos direitos da sociedade inerentes de um Estado moldado segundo seus princípios, objetivos e normas prescritas em um ordenamento jurídico.

Diante da complexidade dos espaços e as múltiplas variáveis que torna cada lugar um ambiente com sua própria identidade, pode-se dizer com base em Dias e Matos (2012) que não existe uma política pública ideal, ou que a mesma política pública possa ser aplicada em lugares distintos.

Os agentes que impulsionam as políticas públicas são definidos como agentes sociais da produção do espaço. “São eles: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos” (CARLOS, 2013, p.44). Dentro deste grupo de agentes sociais, as ONGs, os sindicatos e os líderes comunitários tem um grande peso na formulação das políticas, utilizando-se inclusive do Poder Judiciário para que o Poder Executivo cumpra com o seu dever legal institucionalizado pelo Poder Legislativo. Estes três poderes são as bases da representatividade do poder do União, o Estado Brasileiro, que estabelece os ditames da relação social visando sempre o bem comum em detrimento da individualidade e do privado. Dias e Matos (2012, p.40) ressaltam que “a implementação de uma política pública dependerá da correlação de forças entre os diversos grupos envolvidos que tem representação política, seja no âmbito do governo ou com atuação política a partir da sociedade civil, como os movimentos sociais”.

Como forma de organização as políticas públicas podem ser classificadas como política social, política macroeconômica, política administrativa e política específica ou setorial. Esta última é de grande valia para as discussões desta pesquisa, pois, busca o seu foco para setores específicos como o turismo, o meio ambiente e outros.

O Estado deve interferir diretamente na atividade turística, que em sua essência é uma atividade social que consome o espaço geográfico. Esta interferência se apresenta como as políticas públicas, onde o Estado, fundamentado em sua soberania, exerce a função reguladora que defende os interesses da sociedade, velado pela conservação do patrimônio natural, cultural e histórico. Neste pensamento, Beni (2007, p.102) afirma que “o turismo é uma atividade que requer a intervenção proeminente do Estado pelo que representa em suas características fundamentais”. O autor resalta que as políticas do turismo devem estar pautadas nos valores nacionais, nos traços culturais e nos aspectos físicos.

As políticas públicas do turismo alinhadas com as demais políticas voltadas ao desenvolvimento de um lugar turístico possibilitam o gerenciamento e a organização espacial de seu território através de normas e educação ambiental.

As políticas públicas do turismo, tendo o Estado como sujeito, busca o ordenamento da atividade turística em sua espacialização. Goeldner, Ritchie e McIntosh (2002 apud DIAS 2003, p.121) definem política de turismo como:

Um conjunto de regulamentações, regras, diretrizes, diretivas, objetivos e estratégias de desenvolvimento e promoção que fornece uma estrutura na qual são tomadas as decisões coletivas e individuais que afetam diretamente o desenvolvimento turístico e as atividades diárias dentro de uma destinação.

Seguindo o pensamento de Dias (2003, p.121) que apresenta o conceito de políticas públicas de uma forma bastante clara e compreensiva, este conceito servirá como base para as discussões e as conclusivas desta dissertação.

O papel do Estado no desenvolvimento do turismo em seus territórios tem uma posição determinante no acontecer da atividade, muito em bora, com frequência delegue o a função da promoção do turismo ao setor privado como afirma Beni (2007, p.112):

O Estado atua no turismo sempre para garantir a melhoria do balanço de pagamentos, a de empregos, a redução da sazonalidade e o incentivo a proteção ambiental e, modernamente, esquecendo-se, talvez de seus próprios fins, relega-o a posição tão inferior, principalmente quando se trata dos benefícios sociais, que chega a imprimir e divulgar nas políticas do setor a essencialidade do investimento privado na estratégia que é de sua própria responsabilidade.

Já na visão de Dias (2003, p.126) o Estado possui sete atributos decisivos no âmbito da gestão do turismo seja na esfera nacional, estadual ou municipal conforme apresentado no Quadro 4.

Quadro 4 – O papel do Estado diante da atividade turística

Prerrogativas	Aspectos gerais
Coordenação	Não deve ser delegada; direcionar interesses individuais para o coletivo.
Planejamento	Estabelecer linhas gerais; definir o rumo do turismo; ser imparcial aos interesses de determinados grupos sociais.
Legislação e regulamentação	Instrumentos da realização das políticas públicas; limitam as atividades e impõe organização na atividade turística por meio do ordenamento jurídico e normativo.
Empreendimentos	Exerce a função empresarial; supre a necessidade de estrutura básica; proprietário de estruturas de apoio e suporte à atividade turística.
Incentivos	Financiamento setor privado; empréstimos, incentivos fiscais e isenção de taxas.
Atuação social	Favorecer as camadas sociais com o turismo, materializando o direito de lazer; colônias de férias e outras ações.
Promoção do turismo	Atuar nas regiões emissoras de turistas com o marketing do produto ofertado.

Fonte: Adaptado de Dias (2003, p.126).

Estes atributos que o Estado possui capacita-o como o principal agente na consolidação do turismo em lugares potencias, ou mesmo já consolidados, revelando a importâncias das políticas públicas diante de seus diversos atores sociais.

Embora o Estado tenha perdido sua força no planejamento do desenvolvimento de seus territórios no início dos anos 1980 por causa da globalização e neoliberalismo, fatores externos e do legado da ditadura militar no Brasil, Ele deixou o poder decisório restrito ao poder executivo (STEINBERGER, 2006). Hoje as políticas públicas devem estar voltadas a um planejamento participativo.

O planejamento de agora não pode mais ser aquele normativo e tecnocrático, em que alguns planejavam para muitos e justificavam necessidades criadas a priori. As políticas públicas de agora não podem mais ser aquelas que autoritariamente definiam metas e recursos para sujeitos tomados como público-alvo, como se não tivessem projetos próprios. Enfim, a expectativa é que se adote um compartilhamento entre Estado e sociedade, por meios da construção de pactos e compromissos enunciados em políticas públicas nacionais, cuja finalidade última seja promover transformação social (STEINBERGER, 2006, p. 30).

Nesta perspectiva, as políticas atuais estão se adequando a uma gestão descentralizada e participativa, onde a sociedade tem poder de decisão e podem, enfim, exercer com dignidade a cidadania.

Devido à grande disparidade comportamental das empresas brasileiras em relação às questões ambientais, incluindo neste caso as empresas turísticas, é preciso que haja uma mudança cultural para que de fato ocorra eficiência nas políticas ambientais. Na visão de Hall (2011, p.97), gestão ambiental “é o braço da administração que reduz o impacto das atividades econômicas sobre a natureza”. Esse autor ainda menciona a importância do monitoramento destes impactos, pois, deve-se levar em consideração o ciclo de renovação do ecossistema, evitando a escassez dos recursos naturais.

Com base em Hall (2011), pode-se afirmar as questões ambientais chegam aos dias atuais focadas na visão de sustentabilidade, que relaciona de forma harmônica a ética ecológica, a responsabilidade social e o desenvolvimento econômico.

Dentro da moderna administração, pode-se ressaltar a construção de cenários prospectivos para uma melhor gestão do turismo na Ilha de Itamaracá.

Pensar em cenários não é prever o futuro, mas construir hipóteses que conduzem a uma reflexão e ação, reconhecendo o poder de influência dos elementos internos ao ambiente analisado. A prospecção de cenários futuros é uma metodologia que tem como objetivo a formulação e a implementação de um planejamento estratégico de uma organização, visando ainda atenuar os ambientes instáveis provocado por uma súbita mudança ambiental (MORITZ;

NUNER; PEREIRA, 2008). Os mesmos autores afirmam que a prospecção de cenários “é uma importante ferramenta de gestão para melhorar a qualidade da tomada de decisão”.

Segundo Marcial e Grumbach (2008, p.67), com base em estudos realizados nos Estados Unidos, os métodos de elaboração de cenários prospectivos é um dos que mais foram utilizados pelo serviço de inteligência de todo o mundo. Porém, no Brasil ainda é pouco divulgado e utilizado, sobretudo na área do turismo (CARVALHO *et al.*, 2014).

Porém, quando se refere aos cenários prospectivos deve-se levar em consideração a concepção de vários autores como de Michel Godet (1987 apud MARCIAL; GRUMBACH, 2008, p.47) que conceitua cenário como sendo “o conjunto formado pela descrição coerente de uma situação futura e pelo encaminhamento dos acontecimentos que permitem passar da situação de origem à situação futura”. Já na concepção de Schwartz (1996 apud MARCIAL; GRUMBACH, 2008, p. 48) “os cenários são uma ferramenta para nos ajudar a ter uma visão de longo prazo em um mundo de grandes incertezas”.

Marcial e Grumbach (2008, p.49) ainda citam Ratter (1979) mostrando a influência das forças sociais na construção dos cenários futuros:

A construção de um cenário futuro visa a um procedimento sistemático para detectar as tendências prováveis da evolução, numa sequência de intervalos temporais e procura identificar os limiares da tensão social nos quais as forças sociais poderiam alterar essas tendências. Essas atitudes envolvem juízos sobre que estruturas e parâmetros são importantes e que objetivos e metas inspiram e motivam essas forças sociais.

Moriarty (2012, apud SOBREIRA *et al.*, 2014, p.428) afirma que:

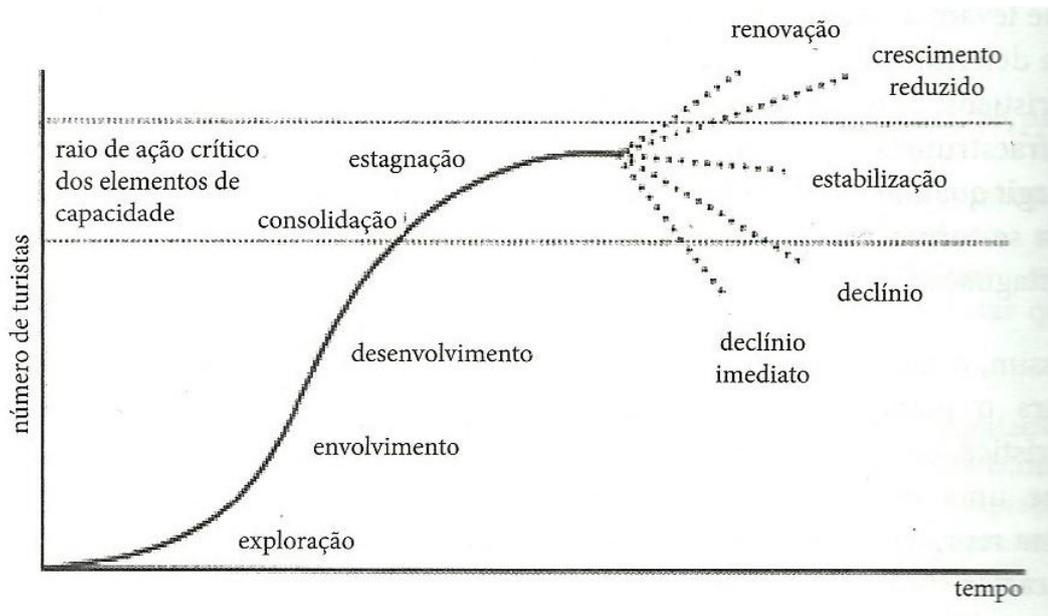
A análise de cenários procura contribuir para a sustentabilidade ao propor ambientes futuros hipotéticos que expõem as estruturas e as dependências dos estados atuais de negócios, testando, assim, a sua capacidade de resistência ou adequação permanente sob diferentes pressões evolutivas.

É importante lembrar que a tendência de um cenário é influenciada pela sociedade diante de suas metas e objetivos. Por isso é importante identificar os parâmetros e estruturas na qual esta sociedade encontra-se para que a análise do cenário possa mostrar qual seria o melhor caminho para a sustentabilidade diante de suas prospecções.

Diante desta proposição, é relevante que seja desenvolvido na Ilha de Itamaracá um planejamento que tenha como base a prospecção de cenários futuros como uma de suas ferramentas para garantir uma sustentabilidade no turismo.

A gestão do turismo na Ilha de Itamaracá é de suma importância pois, sendo ela um lugar turístico está passível de sofrer um declínio em seu ciclo, como apresentado por Araújo (2012, p. 62) (Figura 3).

Figura 3 – Ciclo de vida de um lugar turístico



Fonte: Butler (1980 apud ARAÚJO, 2012, p. 63).

Nesta perspectiva, tem-se as características do estágio de estagnação: “a área perde seu glamour inicial e sai de moda; a área começa a perder turistas para outras destinações; a área apresenta sérios problemas ambientais, econômicos e sociais” (ARAÚJO, 2012, p.63).

O declínio é um reflexo da gestão do turismo do lugar como se afirma no texto a baixo:

É exatamente nesse contexto que o poder público pode fazer alguma diferença, ou seja, os órgãos públicos responsáveis pelas políticas públicas de turismo, e pela gestão territorial das destinações podem assumir plenamente suas responsabilidades institucionais e adotar uma atitude proativa frente a evolução das destinações turísticas. Tal atitude do poder público – nos níveis municipal, estadual e federal – é fundamental porque o poder público tem responsabilidades institucionais frente a diversos setores de políticas públicas relacionados de alguma forma ao turismo. É o caso, por exemplo das políticas de meio ambiente, saúde, educação, infraestrutura e segurança pública (ARAÚJO, 2012, p.64).

Para a construção das diretrizes para a gestão pública do turismo com critérios de sustentabilidade deve-se considerar a sustentabilidade como premissa apoiadas nos seguintes pilares: segmentação do turismo local com um foco no ecoturismo; educação ambiental e governança;

A governança embora tenha sua origem nas empresas privadas, nos dias atuais estão sendo implementadas nas repartições públicas. Segundo Dias e Matos (2012, p.99) o conceito de governança é muito diversificado e permeia várias ciências e conhecimentos, porém pode-se compreender por governança pública o “modelo gerencial da administração pública onde o Estado reduziu seu papel de executor ou prestador direto de serviços, mantendo-se, entretanto,

no papel de regulador e provedor ou promotor” (DIAS; MATOS, 2012, p.99). Esta abertura política dá a sociedade ampla participação na gestão pública, caracterizando-se como uma gestão participativa, do povo e para o povo, alavancando os direitos e deveres dentro de uma sociedade democrática. Possibilitando desta forma, um mecanismo de participação plena no exercício de governo. Segundo o mesmo, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) apresenta dez características que define uma boa governança conforme dispostas no Quadro 5.

Quadro 5 – Características de uma boa governança

Características	Descrição
Participação	Todos os homens e as mulheres devem ter voz na tomada de decisão, diretamente ou através de legítimas instituições intermediária que representam seus interesses. Ampla participação construída sobre a liberdade de associação e expressão, bem como as capacidades de participar de forma construtiva.
Estado de Direito	As estruturas jurídicas devem ser justas e aplicadas de forma imparcial, em particular as leis de direitos humanos. A aplicação imparcial das leis exige um sistema judiciário independente e uma força policial imparcial e que sempre busque ser incorruptível.
Transparência	Transparência é construída sobre livre fluxo de informações. Processos, instituições e informações são diretamente acessíveis a todos os interessados com eles, e bastante informação é fornecida para compreender e monitorá-los.
Receptividade	Instituições e processos tentam servir a todos os interessados.
Orientação de consenso	Mediações de diferentes interesses para alcançar um amplo consenso sobre o que está nos melhores interesses do grupo e, quando possível, em políticas e procedimentos. Devido à existência de vários atores, é inerente que existam muitos pontos de vista em uma dada sociedade. A boa governança exige a mediação dos diferentes interesses da sociedade para alcançar o amplo consenso sobre o que é de interesse de toda a comunidade e como isso pode ser alcançado. Ela requer uma visão ampla de longo prazo sobre o que é necessário para o desenvolvimento humano sustentável e como atingir os objetivos desse desenvolvimento. Isso só pode resultar de uma compreensão dos contextos histórico, culturais e sociais de uma determinada sociedade ou comunidade.
Equidade	Todos os homens e mulheres têm oportunidade para melhorar ou manter o seu bem-estar.
Eficácia e eficiência	Processos e instituições produzem resultados que atendam às necessidades ao fazer o melhor uso dos recursos.
Prestação de contas	Os tomadores de decisão no governo, o setor privado e organizações da sociedade civil são responsáveis perante o público, bem como os intervenientes institucionais. Está prestação de contas difere dependendo da organização e se a decisão ou externa a uma organização.
Visão estratégica	Permite aos líderes e ao público ter uma perspectiva ampla e de longo prazo sobre a boa governança e do desenvolvimento humano, juntamente com uma sensação de que é necessário para tal desenvolvimento. Há também uma compreensão das complexidades históricas, culturais e sociais em que essa perspectiva se baseia.

Fonte: Dias e Matos (2012, p.102).

O Quadro 5 apresenta de maneira resumida com deve ser um sistema de governança para a sustentabilidade dando ênfase na transparência das informações e na participação popular diante dos processos de tomada de decisão.

A sustentabilidade é capaz de transformar além dos valores sociais, a relação de poder, construindo “uma nova racionalidade produtiva como gestão participativa” (LEFF, 2009, p.86). O mesmo autor afirma que há uma reivindicação da democracia participativa:

Os valores ambientais surgem contra a cultura do poder fundado na razão tecnológica e na racionalidade econômica. Face à produção em massa, ao desenvolvimento centralizado, ao congestionamento das megalópoles, há homogeneização da cultura, à produção e ao consumo, aos sistemas hierárquicos e autoritários de tomadas de decisões, reivindicam-se os valores da subjetividade, da diversidade cultural, da democracia participativa e da tolerância; segundo Gandhi, são valorizados a autodeterminação, o desenvolvimento endógeno, os saberes tradicionais e os sistemas de complementação e de intercâmbio comunitários (LEFF, 2009, p.87).

O caráter democrático nas tomadas de decisões das políticas públicas é resultado de um início de transformação no modelo de gestão dos órgãos públicos, que já é realidade em algumas localidades demonstrando assim uma participação democrática.

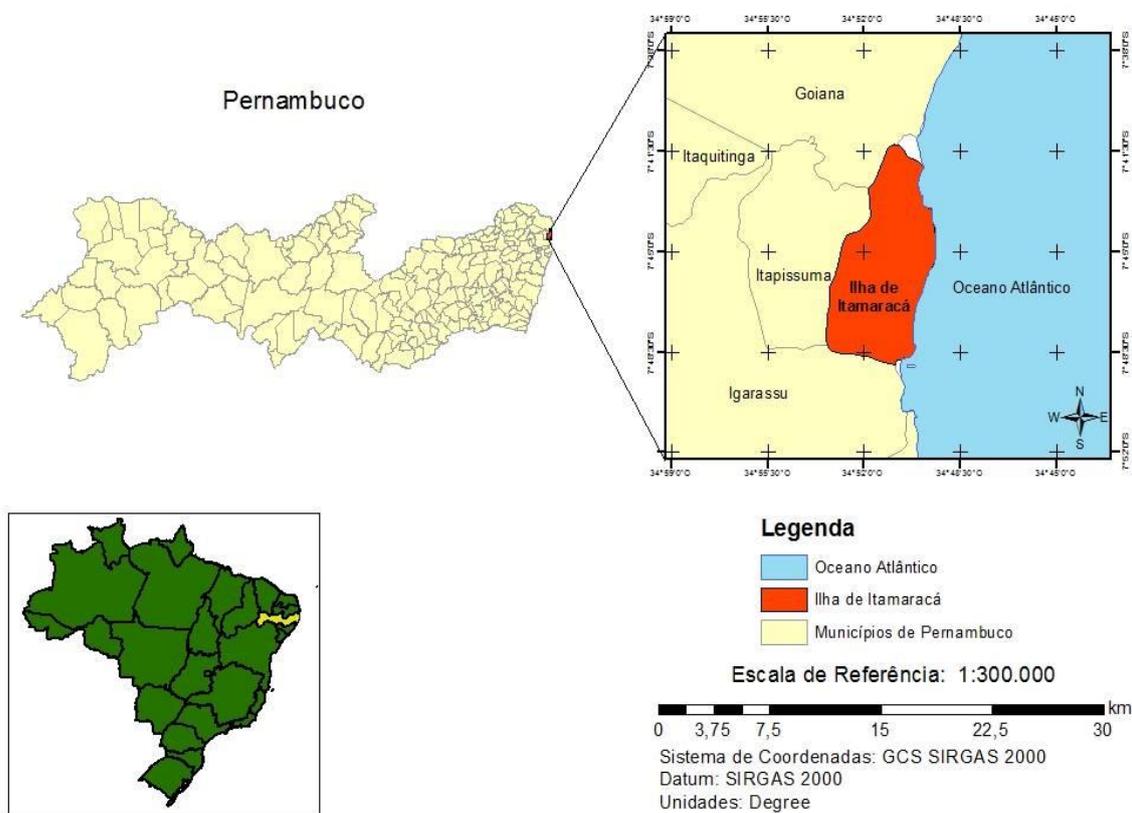
Segundo os Autores Hanai e Espíndola (2012, p.228), o planejamento do turismo deve-se pautar pelo o que orienta o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) que busca a descentralização das políticas públicas do turismo “reconhecendo o papel essencial de intervenção dos envolvidos locais no desenvolvimento turístico sustentável”.

Para que haja uma Políticas de desenvolvimento do turismo voltado ao planejamento com o foco na gestão nos papéis, onde a sociedade pode intervir nas tomadas de decisões, é preciso um enfoque não apenas com os interesses econômicos, mas para que seja fomentado o social e o econômico em conjunto para a preservação e conservação do meio natural.

3 CARACTERIZAÇÃO DA ILHA DE ITAMARACÁ

A Ilha de Itamaracá é um município que pertence a mesorregião Metropolitana do estado de Pernambuco (Figura 4), “limitando-se a Norte com Goiana, a Sul com Igarassu, a Leste com Oceano Atlântico, e a Oeste com Itapissuma” (BELTRÃO *et al*, 2005, p.2). As coordenadas geográficas da sede municipal são “de 07 Graus 45 min. 00 seg de Latitude Sul e 34 Graus 49 min. 30 seg de longitude oeste, distando 47,5 km da capital, cujo acesso é feito pela BR-101 e em seguida pela PE-035” (BELTRÃO *et al*, 2005).

Figura 4 – Localização da Ilha de Itamaracá no litoral norte do Estado de Pernambuco



Fonte: Jefferson Candido, elaborado no ArcMap⁴.

O município da Ilha de Itamaracá foi criado em 1958, desmembrado do município de Igarassu pela Lei Estadual nº 3.338. Segundo o censo de 2010, realizado pelo IBGE, o município conta com uma população de 21.884 habitantes, porém estima-se que a mesma alcançou 25.346 no ano de 2016. O município possui um único distrito com sede municipal situada na costa Oeste do Atlântico Sul em uma altitude de 3 metros a cima do nível do mar.

⁴ Elaborado em parceria com Antônio Henrique Rufino Padilha Cardoso, geógrafo pela UFPE.

A Ilha de Itamaracá é parte da geodiversidade da Região Metropolitana do Recife que ao litoral norte apresenta-se caracterizada pelos depósitos marinhos, marcada pelo avanço e recuo do mar (ASSIS; SILVA FILHO, 1994), sendo esse um dos motivos pelos quais o município apresente praias tranquilas como a do Forte Orange (Figura 5), principal atrativo turístico do município. A Ilha de Itamaracá já está consolidada como um destino turístico dentro do Estado de Pernambuco devido seus recursos naturais e seu arcabouço histórico que remonta ao período colonial (SETUR/PE, 2004). Ao longo de sua costa estão localizadas 11 praias: Praia Rio Âmbar, Praia dos Quatro Cantos, Vila dourado, Baixa Verde, Pontal, Forno da cal, Praia do Fortinho ou Enseada dos Golfinhos, Praia de Jaguaribe, Praia do Pontal do Jaguaribe, Praia do Pilar, Praia do Forte Orange. Destas, as 6 últimas são as principais, porém ainda existe a Praia Coroa do Avião que não mais pertence ao município, atualmente ela é parte do município de Igarassu mas tem forte influência na Ilha de Itamaracá devido sua proximidade e seu contexto histórico no cotidiano de moradores e turistas da Ilha de Itamaracá.

Figura 5 – Praia do Forte Orange



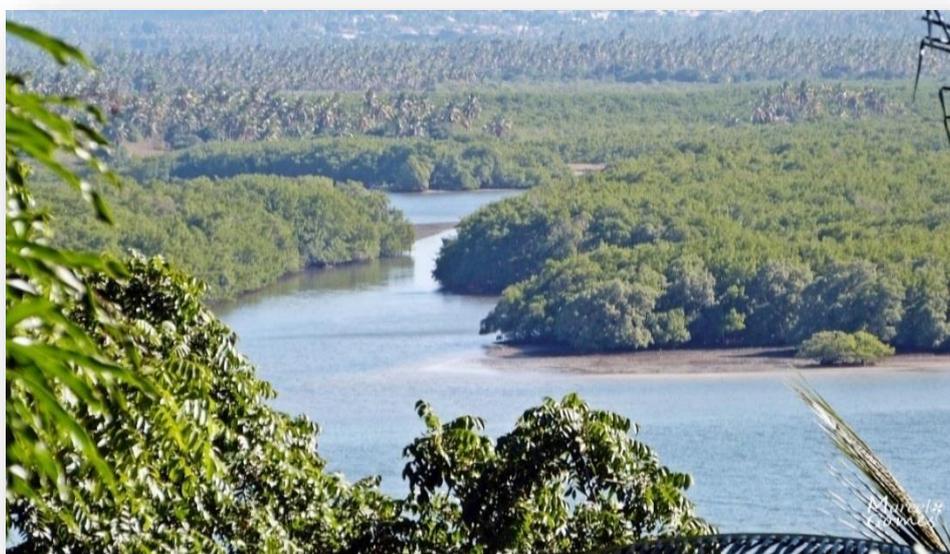
Fonte: Skycrepercity (2016).

O Forte Orange, “fortificação holandesa, construída em 1631, é considerada Patrimônio Histórico Nacional desde 1938 e hoje alberga um museu dedicado à sua construção e história” (FERREIRA, 2013, p. 39). Segundo historiadores, o forte foi construído pelos holandeses, mas os portugueses ao retomarem seu território destruíram a fortificação, reconstruindo-o em seguida sobre as bases holandesas.

A Ilha de Itamaracá é testemunha de um importante processo geomorfológico, deposição de sedimentos, que ocorreu há milhões de anos, o qual possibilitou sua formação.

Segundo Beltrão *et al* (2005, p.3), a ilha é parte da uma unidade geoambiental conhecida como Baixada Litorânea de áreas arenosas, “onde se incluem as restingas, as dunas e os mangues”. Estes aspectos físicos representam um potencial turístico responsáveis por belíssimas paisagens como na Figura 6, onde é possível perceber a expressividade do manguezal seguido pela vegetação de restinga ao fundo, formada pela vegetação lenhosa em partes arenosas no litoral da ilha. O mangue é um importante ambiente para a reprodução de peixes e outros espécimes aquáticas e bentônicas do qual a comunidade da ilha utiliza-se para a extração de crustáceos e pesca para a venda e consumo próprio.

Figura 6 – Restinga ao fundo e manguezal no canal de Santa Cruz vista de Vila Velha



Fonte: Foieuqtirei (2012).

Devido às grandes áreas de manguezais, principalmente na parte mais ao Norte da ilha é possível encontrar, nesses ambientes, o solo classificado pelo Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (SiBCS) como Gleissolos, com grande concentração de sais minerais, enxofre, por se encontrarem nas proximidades de baixadas úmidas com lençol freático elevado, eles são facilmente saturados com água, atribuindo-os uma coloração acinzentada, sendo necessária uma drenagem para a utilização do mesmo para agricultura (LEPSCH, 2011, p.338). Por outro lado, os moradores da Ilha de Itamaracá fazem uso desse ambiente para a prática da aquicultura, criação de peixes e camarões e crustáceos. Mas em se falando estritamente nos solos de ambientes dos manguezais, seu uso deve ser de caráter preservacionista, pois o manguezal é um berçário natural de várias espécies e propicia alimentos para outras várias. Segundo a Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH (2010, p. 42), com exceção do solo antropizado pela ocupação urbana, o solo da ilha, na parte mais arenosa, pode ser classificado

em sua grande maioria como Neossolo Quartzarênico e Espodossolo fato que contribui para as formações de pequenas dunas e o desenvolvimento das restingas.

As áreas de restinga são utilizadas para práticas ecoturística como a trilha dos holandeses (Figura 7) que liga Vila Velha ao monumento histórico do Forte Orange em uma caminhada de aproximadamente 2,5 km que pode ser feita à pé ou de bicicleta.

Figura 7 – Trilha dos holandeses em meio a restinga nas proximidades da praia do Forte Orange



Fonte: Cedida por Kilsa Karla, agosto de 2016.

As dunas, embora sejam de pouca expressividade na Ilha de Itamaracá, podem ser encontradas em algumas praias, a exemplo da Praia do Pontal como apresentada na Figura 8.

Figura 8 – Praia do Pontal, um local paradisíaco de águas tranquilas com vista belíssima para o canal da Barra de Catuama



Fonte: Cama café (2016).

O turismo de sol e mar é a principal prática turística local, fonte base de sua economia, que dinamiza o setor de serviços. Além da presença das praias, um dos elementos que torna possível a prática deste segmento turístico é o clima Tropical Chuvoso com temperaturas elevadas no verão (BELTRÃO *et al*, 2005, p.3). Segundo a classificação de Köppen o clima do município pode ser definido como As' Clima Tropical Quente e Úmido com chuvas de verão retardadas para outono e inverno (TORRES; MACHADO, 2011, p.141). Na Figura 9 é possível perceber as pessoas em baixo dos guardas sol (ao fundo) desfrutando do mar oferecido pela Praia de Jaguaribe, possivelmente durante o verão.

Figura 9 – Praia de Jaguaribe, local de cultura e lazer



Fonte: Blog Rogerio Silva radialista (2015).

A praia de Jaguaribe é um importante lugar turístico tanto pelos seus aspectos naturais quanto pela sua tradição cultural, pois é neste ambiente que a cantora Lia de Itamaracá, que é um dos Patrimônios Vivo de Pernambuco (Figura 10) realiza suas apresentações de Ciranda, tendo como local de apoio o Centro Cultural Estrela de Lia. Maria Madalena Correia do Nascimento, Lia, é reconhecida como um ícone da cultura nacional brasileira em nível internacional.

Figura 10 – Cantora Lia, Patrimônio vivo de Pernambuco

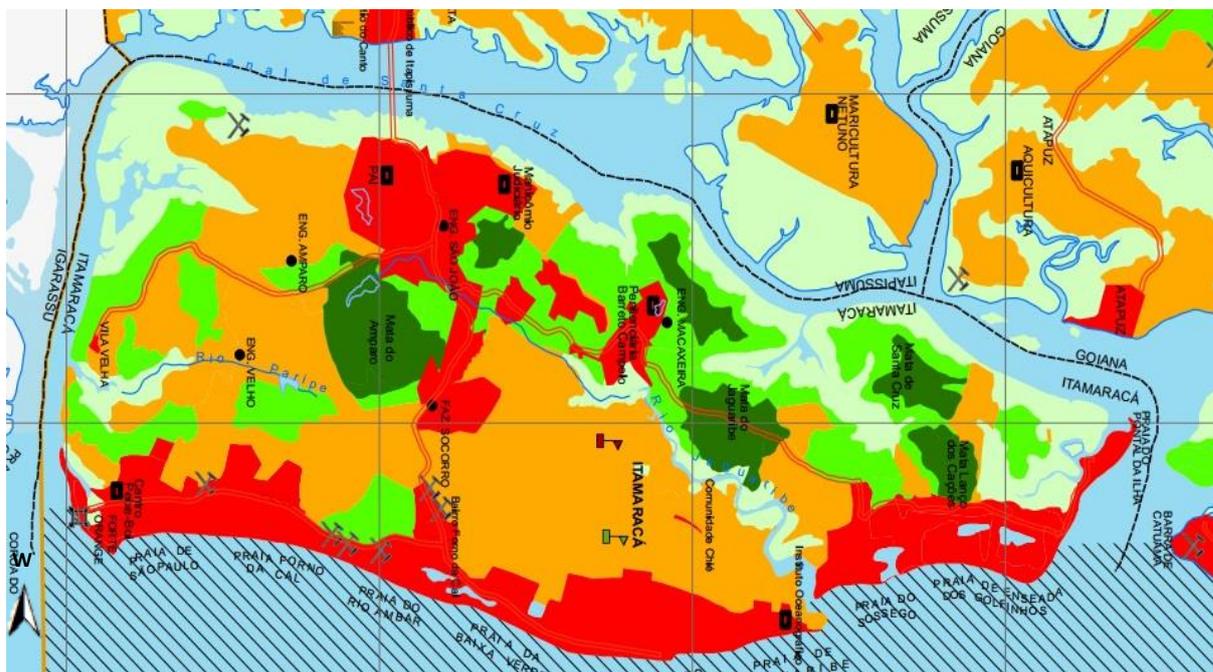


Fonte: Lia de Itamaracá (2016).

Em decorrência do clima, a Ilha de Itamaracá é de estimado valor ecológico devido sua fauna e flora típica do Domínio Morfoclimático Tropical Atlântico, tendo como vegetação principal a Mata Atlântica (AB’SÁBER, 2003). Segundo o IBGE (2010), o bioma de maior predominância na Ilha é a Mata Atlântica, vegetação típicas dos tabuleiros ondulados do Nordeste Oriental e das terras firmes litorâneas (AB’SÁBER, 2003, p.46). Devido suas riquezas naturais e culturais, o município da Ilha de Itamaracá encontra-se dentro dos limites da Área de Proteção Ambiental – APA – de Santa Cruz (CPRH, 2010).

Dentro de seu território, a Ilha de Itamaracá foi seccionada pela Agência Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco em zona de preservação da vida silvestre, zona de conservação da vida silvestre, zona de uso agropecuário e aquicultura e zona de uso urbano. Dentro destas zonas a ilha foi dividida em subzonas das quais é importante destacar as seis subzonas dos Refúgios de Vida Silvestre e as subzonas urbanas turísticas que podem ser visualizadas na Figura 11.

Figura 11 – Uso e ocupação do solo do município da Ilha de Itamaracá



Legenda

ÁREAS	ZONAS	SUBZONAS	
ÁREA PREFERENCIAL PARA PRESERVAÇÃO (APR).	ZONA DE PRESERVAÇÃO DA VIDA SILVESTRE	SUBZONA DOS REFÚGIOS DA VIDA SILVESTRE	
		SUBZONA RPPN TABATINGA	
ÁREA PARA RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO (ARC)	ZONA DE CONSERVAÇÃO DA VIDA SILVESTRE	SUBZONA MATA ATLANTICA	
		SUBZONA DE ESTUÁRIOS E ECOSISTEMAS ASSOCIADOS	
		SUBZONA AMBIENTE MARINHO	
ÁREA PARA RECUPERAÇÃO E UTILIZAÇÃO (ARU)	ZONA DE USO AGROPECUÁRIO E AQUICULTURA	SUBZONA DOS RECIFES	
ÁREA URBANA (AU)	ZONA DE USO URBANO	SUBZONA URBANO TURISTICA	
		SUBZONA URBANO INDUSTRIAL	

Fonte: CPRH (2010).

A Lei Estadual nº 13.539, de 12 de setembro de 2008, instituiu os Refúgios de Vida Silvestre denominados: Matas do Engenho Amparo, do Engenho São João, do Engenho Macaxeira, de Jaguaribe, Lanço dos Cações e Mata de Santa Cruz. Já a Lei nº 9.931, de 11 de dezembro de 1986 estabeleceu as áreas estuarinas e manguezais dos Rios Itapessoca, Rio Jaguaribe e do Canal de Santa Cruz como áreas proteção ambiental (CPRH, 2010). Estas áreas representam um grande potencial para a prática do ecoturismo desde que as atividades deste segmento sejam bem planejadas, inclusive as áreas Refúgios de Vida Silvestre, autorizado pelo plano diretor da APA. Na Figura 12 é possível identificar um lugar para esta prática localizado nas Matas do Engenho Amparo, conhecido como Lagoa da Mata.

Figura 12 – Lagoa da mata, localizada no Refúgios de Vida Silvestre nas Matas do Engenho Amparo



Fonte: Jefferson Candido, agosto de 2016.

Entre a Mata do Amparo e a Vila Velha encontra-se outro potencial para o ecoturismo, trata-se da Lagoa Azul (Figura 13), onde é possível realizar caminhadas, atividade esportiva de aventura com o uso da tirolesa, ou ainda realizar trilhas de *bike*.

Figura 13 – Lagoa Azul, um balneário frequentado por turistas e moradores



Fonte: Vivo intensamente as coisas mais simples (2011).

O ambiente proporcionado pela Mata Atlântica na qual situa-se a lagoa azul é de tranquilidade e lazer. Embora disponha de uma estrutura simples, no local possui bares e aparatos para um passeio de barco ou pedalinhos.

A Mata Atlântica representa um potencial para a prática do ecoturismo e deve ser preservada, considerando ainda sua importância na proteção do solo (LEPSCH, 2011). Em vários locais da ilha é possível perceber uma substituição da mata original por uma secundária devido o agrossistema do coco-da-baía. Esta interdependência entre o solo e a vegetação e as atividades humanas conduzem as ações antrópicas a um novo paradigma: o da sustentabilidade, onde a conservação e a preservação do meio ambiente possibilita a manutenção da vida para esta, e as futuras gerações.

Na Ilha de Itamaracá encontra-se o projeto do peixe-boi marinho, desenvolvido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) importante instituto na manutenção e preservação da biodiversidade. O projeto do peixe-boi marinho faz parte do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Aquáticos (CMA), com sede no próprio município, que atua principalmente sobre as espécies ameaçadas e migratórias.

Embora não tenha sido construído para fins turísticos, o projeto peixe-boi é considerado como mais um dos atrativos turísticos locais, sendo o espaço visitado por turista e moradores (Figura 14).

Figura 14 – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Aquáticos-CMA



Fonte: ICMBio (2016).

Outro atrativo é a ilhota Coroa do Avião (Figura 15), extenso banco de areia localizado entre a Ilha de Itamaracá e o Canal de Santa Cruz, que serve de base de pesquisas de aves

migratórias. A Coroa do Avião com sua importante estrutura geológica é marcada pelos “sedimentos recentes (terraços marinhos, depósitos aluviais, depósitos flúvio-lagunares, depósitos de mangue, depósitos de praia e recifes)” (CPRH, 2003, p.19) e feição geomorfológica denominada planície costeira. Embora pertença politicamente ao município de Igarassu, esta ilha é um importante atrativo que influencia diretamente no turismo na Ilha de Itamaracá devido sua proximidade com o forte Orange.

Figura 15 – Vista aérea da ilha Coroa do Avião



Fonte: Santa dose (2010).

Práticas de turismo de aventura também podem ser observadas ao entorno desta ilha, como esportes náuticos, onde turistas utilizam-se de lanchas, *Jet Ski* e *Yacht*.

Além de potencial hídrico e de uma fauna diversificada, o município desenvolve a prática de observação de aves conhecida como *birdwatching*, que “é uma das atividades ligadas à natureza mais tradicionais em todo o mundo, principalmente na Inglaterra e nos Estados Unidos, e se resume em colecionar registros de aves no ambiente natural” (FARIAS, 2004, p.1).

Por meio de um estudo realizado por Farias (2004) na Ilha de Itamaracá foram encontradas 184 espécies de aves, dentre elas quatro ameaçadas de extinção e 23 migratórias marinhas. Uma das aves migratórias que foi encontrada na Ilha de Itamaracá pode ser vista na Figura 16, fotografada por Farias (2004) quando realizava sua pesquisa de campo na Praia Enseada dos Golfinhos.

Figura 16 – Maçarico-branco, *Calidris alba*, marcado nos Estados Unidos e fotografado na praia da Enseada dos Golfinhos, Itamaracá – PE



Fonte: Farias (2004).

Segundo o secretário municipal de turismo de Itamaracá, há algum tempo atrás 66 pessoas visitaram a Ilha de Itamaracá vindos da Dinamarca para a *birdwatching*, prática ecoturística. Na Ilha de Itamaracá, os locais de maior concentração de aves migratórias encontram-se em parte das praias de Enseada dos Golfinhos e Fortim, além de áreas da Coroa do Avião, pertencente a Igarassu (FARIAS, 2004).

Levando em consideração que a Ilha de Itamaracá é uma Área de Proteção Ambiental – APA –, existem várias restrições para as instalações de empresas neste município, o que faz do turismo e dos serviços a principal fonte de renda para o desenvolvimento local. Segundo a Secretaria de Turismo do Estado (BRENCORP, 2013) os serviços representam um montante de 81,8 % do PIB do município (Tabela 1).

Tabela 1 – Participação dos serviços no PIB da Ilha de Itamaracá

Especificação	Produto Interno Bruto (PIB) (2010)				
	PIB		PIB per capita (em R\$)	Valor Agregado Bruto – Setor Serviços	
Municípios do Polo	(Em milhões de R\$)	(%)		(Em milhões de R\$)	(%)
Goiana	734	0,8	9.706	441	60,1
Itamaracá	122	0,1	5.418	100	81,8
Itapissuma	479	0,5	20.208	168	35,1
Igarassu	1.147	1,2	11.244	556	48,5
Paulista	2.130	2,2	7.084	1.580	74,2
Subtotal Litoral Norte	4.612	4,8	-	2.845	61,7
Olinda	3.108	3,3	8.276	2.549	82,0

Fonte: Brencorp (2013).

Dentre os municípios do litoral norte do estado apresentados na Tabela 1 a Ilha de Itamaracá é a que possui o maior índice quando observado o setor de serviços, chegando bem perto da cidade de Olinda, um dos principais destinos turísticos do Estado. Ressalta-se a influência da atividade turística neste setor.

Segundo informações coletadas durante entrevista realizada em pesquisa de campo pode-se afirmar que com uma taxa de contribuição significativa, o turismo tem dinamizado a economia local, sobretudo pela grande quantidade de casas de veraneio que são alugadas a turistas e movimentam o comércio e os serviços, principalmente nos finais de semana e nos períodos de alta estação (Verão, ou períodos de férias).

De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM da Ilha de Itamaracá vem tendo um aumento progressivo nos últimos censos de 1991, 2000 e 2010, com índices respectivamente de 0,451; 0,569; e 0,653. O índice relativo ao ano de 2010 é classificado como médio, pois encontra-se próximo do IDH alto que é acima ou igual a 0,8, uma vez que a escala varia de 0 (zero) a 1 (um) (RECIFE, 2005; GOVERNO DE PERNAMBUCO, 2016).

É possível que políticas públicas na área de saúde tenham influenciado no crescimento da expectativa de vida que saltou no ano de 1991 do índice de 65,34 para 73,55 no ano de 2010, influenciando por consequência no IDHM pois, segundo o Banco de Dados do Estado:

IDHM é composto pelos componentes da Longevidade (Expectativa de vida ao nascer), Educação (Escolaridade da população adulta e Fluxo escolar da população jovem) e Renda (Renda per capita). Esse conjunto de indicadores compõem os índices: IDHM-L (Longevidade), IDHM-E (Educação) e IDHM-R (Renda). O IDHM é um número que varia entre 0 (zero) e 1 (um). Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano do município (GOVERNO DE PERNAMBUCO, 2016).

O IDHM pode ser refletido na imagem de um lugar turístico, sendo inclusive utilizado em campanhas de *marketing* para atrair e fazer permanecer um maior número de turistas em seu território.

Na Ilha de Itamaracá a renda média domiciliar per capita em 2010 era de R\$ 386,44, que se comparado ao Estado de Pernambuco, que era de R\$ 508,82, fica aquém do esperado, principalmente quando comparado à Região Metropolitana do Recife – RMR que era de R\$ 745,10 no mesmo ano (GOVERNO DE PERNAMBUCO, 2016).

Quando verificado a taxa de analfabetismo (população de 10 anos ou mais de idade), o município destaca-se negativamente com um índice de 14,24% comparado a RMR que é apenas de 8,47%, revelando a necessidade de uma educação mais atuante na Ilha de Itamaracá (GOVERNO DE PERNAMBUCO, 2016). No Brasil o percentual é de 9% de não-alfabetizados

segundo o senso de 2010 realizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Com este cenário de deficiência em educação, as políticas públicas da Ilha de Itamaracá precisam investir de forma contundente na educação ambiental visando a conservação e preservação deste ambiente para que possam garantir que o produto turístico, Itamaracá, continue sendo vendido, possibilitando a dinâmica na economia.

Com base nos dados do ano de 2010, a proporção de domicílios com saneamento adequado do município é de apenas 11,90%, enquanto que em Recife este índice é de 59,75%, mesmo o município da Ilha de Itamaracá tenha uma taxa de urbanização de 77,65% e com uma população urbana de 16.993 habitantes (GOVERNO DE PERNAMBUCO, 2016).

Assim como em outros lugares que não possuem uma função turística, o saneamento básico em lugares turísticos é fundamental, pois além de beneficiar a população local dá condições para a espacialização do turismo que, na maioria das vezes se utiliza de infraestruturas urbanas por possuírem os meios e os serviços dispostos no ambiente capazes de reter o turista por longos períodos, como pousadas e hotéis, rede bancárias, hospitais, serviços de alimentos e bebidas, segurança, serviços como coleta de lixo, água, energia, rede de esgoto, telecomunicações, transportes e outros.

Outra característica da Ilha de Itamaracá é o seu potencial cultural. Segundo a Empresa de Turismo de Pernambuco⁵ (EMPETUR) em seu material de divulgação dos atrativos turísticos do estado em Pernambuco de 01 a 08 dias (EMPETUR, 2015), a Ilha de Itamaracá está inserida na Região Costa Náutica Coroa do Avião, juntamente com os municípios de Paulista, Igarassu, Itapissuma e Goiana. A descrição dessa região publicada no *Mapa das regiões turísticas Pernambuco é só chegar*, publicado pela EMPETUR, expressa a grandiosidade dos atrativos nela contidos:

Um valioso Legado Histórico e artístico que remonta à época do Brasil Colônia, deliciosa culinária litorânea, Ilha Ilhota, belas praias, rios, manguezais. Ideal para a prática de esportes náuticos, a região também esconde surpresas, como uma Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, reconhecida pela UNESCO ‘Patrimônio Natural da Humanidade (EMPETUR, 2015).

⁵ Órgão responsável pela gestão do Turismo em Pernambuco, a Empetur tem como objetivo proporcionar maior transparência e celeridade às solicitações de patrocínios para projetos de conteúdo turístico, tais como a produção de livros, filmes, peças teatrais, CDs e DVDs, bem como a realização de projetos sociais, feiras, exposições e congressos. A política de fomento tem como base a Lei Estadual 14.104, publicada em 1º de julho de 2010, que institui regras e critérios para a contratação ou formalização de apoios a eventos. Disponível em: <<http://www.pe.gov.br/orgaos/empetur-empresa-de-turismo-de-pernambuco/>> Acesso em: 20 out. 2016.

Na publicação organizada pelo Pacto Metropolitano de Turismo, publicado como livreto pela Prefeitura do Recife, a prefeitura apresenta a Ilha de Itamaracá como “um paraíso tropical que oferece águas calmas, areias brancas, praias selvagens, patrimônio histórico e gastronomia excêntrica, baseada em doces de caju e pratos à base de mariscos”. Além do apelo histórico e cultural, a prefeitura do Recife ainda chama a atenção para o potencial da prática dos esportes náuticos. Põe em evidência as competições de *jet ski* e canoagem ressaltando as estruturas de marinas e as áreas delimitadas às práticas de *kitesurfe* e *windsurfe*.

Como patrimônio histórico, o destaque fica para a Vila Velha (Figura 17), antiga sede da capitania de Itamaracá do Período Colonial oficialmente fundada em 1534, segundo o IBGE (2010), mas há indícios de ocupação na Vila em 1491, antes do descobrimento do Brasil. Porém na entrada da Vila existe uma placa de sinalização turística informando a data de 1516 como ano da fundação da vila.

Figura 17 – Paisagens de Vila Velha



- A - Ruínas da igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos;
- B - Loja de souvenir, na proximidade do mirante;
- C - Igreja de Nossa Senhora da Conceição;
- D - Sinalização turística feita por moradores da vila;

Fonte: Jefferson Candido, fevereiro de 2016.

A vila foi inicialmente chamada de vila de N.S. da Conceição, chamada pelos holandeses de *Oppidum Schoppij* (ANDRADE, 1999, p.35). Nela encontra-se a igreja dedicada à Nossa Senhora da Conceição construída no século XVI nos estilos barroco e renascentista. Na igreja encontra-se a imagem de Nossa Senhora da Conceição, de origem portuguesa, doada durante o

Período Colonial pela Rainha de Portugal, Dona Maria, conhecida como “a piedosa” (RABAHY, 2014).

A CPRH (2010, p.262) faz uma breve descrição do potencial turístico de Vila Velha no trecho abaixo ressaltando o papel da FUNDARPE em sua promoção:

Em meados da década de 1980 foi empreendido pelo arqueólogo da FUNDARPE, Ulysses Pernambucano de Mello Neto, pesquisas arqueológicas que tiveram como finalidade localizar em Vila Velha e em seus arredores, vestígios, que no geral só se conhecia através da documentação ou que estavam sob forma de ruínas. Esses achados arqueológicos serviram de suporte para a delimitação do perímetro da área tombada. Na ocasião foram localizadas e identificadas as áreas do fosso, a casa de câmara e cadeia, os fornos de cal, o reduto e a ruína de uma igreja. Os resultados dessas pesquisas estão registras em mapa, conforme consulta efetuada, em cópia de mapa plani-altimétrico de Vila Velha – Itamaracá – PE na escala de 1/1000, datado de 16 de janeiro de 1989 - FUNDARPE, confeccionada na finalização do referido trabalho de pesquisa arqueológica. Além desses citados locais ainda podem ser vistas as ruínas da igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e seu cemitério, ainda em uso, os alicerces da antiga ponte sobre o rio Paripe e a igreja de Nossa Senhora da Conceição, restaurada em 1984.

Ainda se referindo ao patrimônio histórico, a EMPETUR dá destaque ao Engenho São João que em meados do século XVIII (1747) foi o primeiro engenho movido a vapor no Brasil (Figura 18). Este engenho foi onde residiu o abolicionista e Conselheiro João Alfredo, relator do projeto da Lei Áurea, sancionada pela Princesa Isabel em 13 de maio de 1888.

Figura 18 – Engenho São João, o primeiro no Brasil a funcionar com máquina a vapor



Fonte: Jefferson Candido, agosto de 2016.

A Ilha de Itamaracá, por ser uma ilha com indícios de forte potencial para prática do ecoturismo encontra-se como o principal município no tocante ao desenvolvimento do turismo da região norte do estado por seu contexto histórico, natural e cultural. Este potencial reconhecido pelo governo do estado assegurou políticas públicas voltadas a grandes construções e revitalização de áreas de interesse turístico com uma demanda inclusive internacional. Através do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste do Brasil – PRODETUR NORDESTE II, o estado de Pernambuco direcionou projetos para o desenvolvimento do turismo no território do litoral norte:

Governo do Estado de Pernambuco, através de seus diversos planos estratégicos (de Cultura, Turismo e Meio Ambiente), aponta o Território Norte Metropolitano como uma área com grande potencial de desenvolvimento, priorizando a implantação de ações estruturadoras e projetos integrados. Dentre as ações programadas, ressalta-se a Ilha de Itamaracá como foco de uma intervenção, impulsionada pela decisão de retirada das penitenciárias existentes; a alienação de 1.600 ha para empreendimentos turísticos e imobiliários; e, a reserva de área, correspondente a 20,83 ha para a Revitalização do Engenho São João (EMPETUR, 2009, p.2).

Com estas ações é possível que os aspectos socioeconômicos da ilha sejam maximizados, porém, é importante que sejam observados os respectivos impactos socioambientais advindos destas transformações espaciais, onde o foco é o desenvolvimento da atividade turística na Ilha de Itamaracá.

4 METODOLOGIA

A pesquisa científica é fundamentada em lógicas argumentativas que seguem um caminho pré-estabelecido para alcançar seus objetivos, conhecido como o método, que na visão de Pereira (2014, p.58) “compreende o material e os procedimentos adotados na pesquisa de modo a poder responder à questão central da investigação”.

Para as conclusivas desta, levou-se em consideração a indução que, segundo Dencker (1998, p.25), “inicia-se pela observação dos fenômenos até chegar aos princípios gerais para depois testá-los”, apoiando-se em seus três elementos que compõem as suas fases: a observação dos fenômenos, a descoberta das relações entre eles, e a generalização da relação (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.87).

Nesta perspectiva, utilizou-se do método quanti-qualitativo onde são utilizadas as abordagens quantitativas e qualitativas dentro de uma mesma pesquisa (FREITAS *et al.*, 1996; AZEVEDO, 1998). A pesquisa quantitativa segundo Dalfovo *et al.* (2008, p.7) “caracteriza-se pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento dessas através de técnicas estatísticas, desde as mais simples até as mais complexas”. A pesquisa qualitativa, por sua vez, busca apresentar o fenômeno/objeto pesquisado contextualizado por meio da percepção de suas qualidades (BICUDO, 2011).

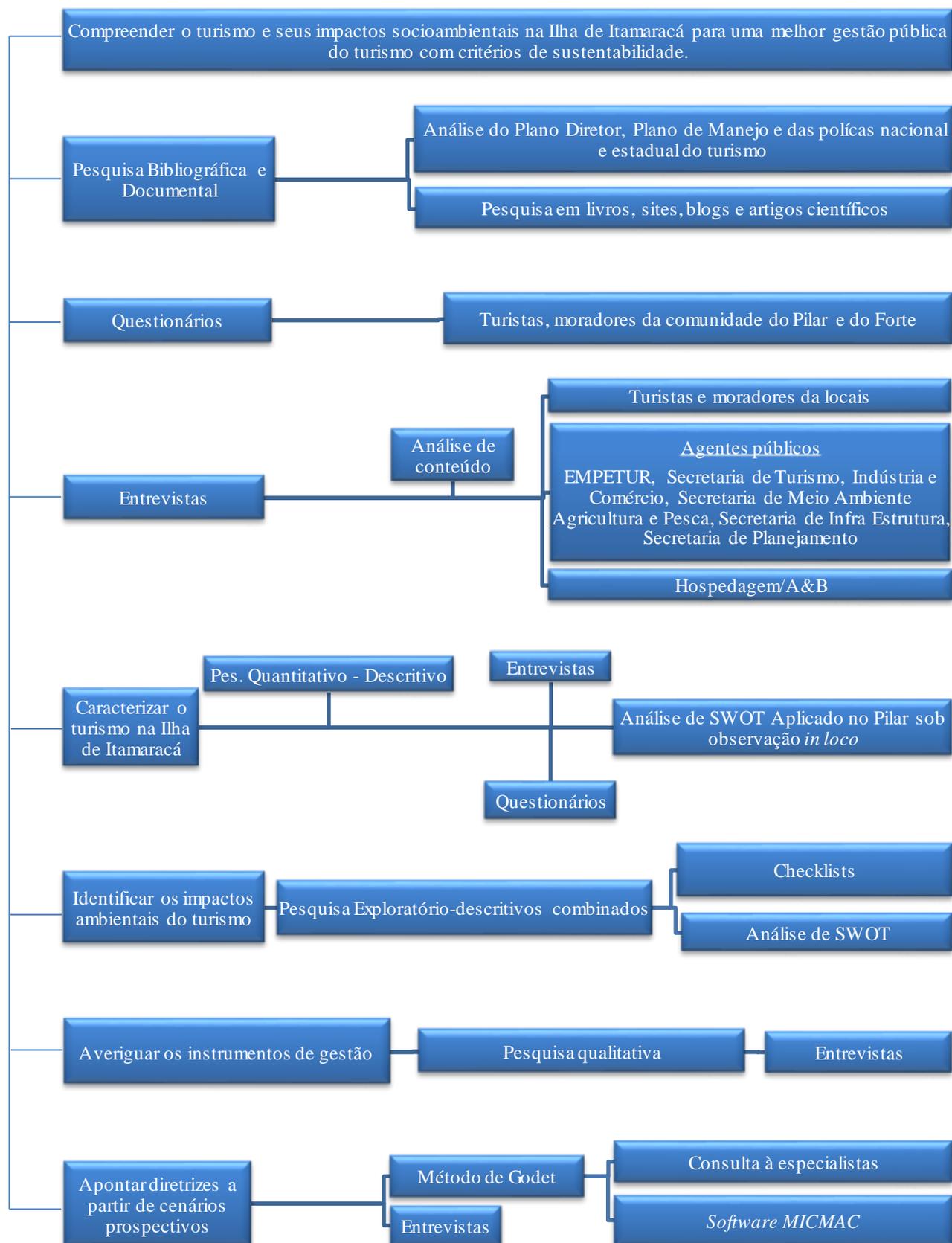
Com o objetivo de explicitar o conteúdo do discurso, as entrevistas foram analisadas segundo a metodologia de análise de conteúdo que pode ser compreendida como

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 2016, p.48).

Para esta análise, utilizou-se o processo estruturalista de categorização de Bardin (2016) realizando as etapas do inventário e classificação. Para a realização da análise, as entrevistas foram gravadas em áudios e transcritas em forma de texto. Em seguida, algumas frases de destaques foram categorizadas por temas segundo sua relevância em relação ao objeto de pesquisa.

Para as conclusivas deste trabalho científico seguiu-se a seguinte lógica metodológica: revisão bibliográfica, pesquisa de campo, aplicação de questionários, realização de entrevistas, identificação dos impactos socioambientais do turismo, elaboração dos cenários prospectivos e proposição de diretrizes para o desenvolvimento do turismo. A Figura 19 apresenta de forma reduzida o esquema metodológico desta pesquisa.

Figura 19 – Esquema de metodologia da pesquisa



Fonte: Jefferson Candido, 2016.

Foram realizadas pesquisas bibliográficas e documental na *internet*, em *sites* oficiais e em *blogs* de caráter não oficial com fonte alternativa, visto a disponibilidade limitada de informações disponíveis por órgãos públicos.

Com o objetivo de caracterizar o turismo na Ilha de Itamaracá foi feita uma pesquisa de campo do tipo quantitativo-descritivo que segundo Marconi e Lakatos (2003, p.187) “consistem em investigações de pesquisa empírica cuja principal finalidade é o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas, ou o isolamento de variáveis principais ou chave”. Foram utilizados procedimentos de coletas de dados, com a pesquisa direta intensiva que se utiliza das técnicas de observação e entrevistas indo além de ver e ouvir, realizando uma análise dos fenômenos estudados (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.190).

Para esta análise foi utilizada a técnica de análise de conteúdo das entrevistas do tipo padronizada ou estruturada (Apêndice B), “aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.197) com representantes: do poder público, no âmbito da EMPETUR, ligada a Secretaria Estadual de Turismo; da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio; da Secretaria de Meio Ambiente Agricultura e Pesca; da Secretaria de Infraestrutura; e da Secretaria de Planejamento, além da população local e turistas presentes na Ilha de Itamaracá durante a pesquisa.

Na ocasião, foi aplicado um questionário à população flutuante da Ilha de Itamaracá (Apêndice A) de forma espontânea, sem previa identificação, que posteriormente fora segmentada em: moradores, turistas e pessoas que possuem uma segunda residência no município.

O tipo da amostragem estatística da população da Ilha de Itamaracá que respondeu os questionários classifica-se como não-probabilística por cotas, pois não há possibilidade de se conhecer a probabilidade de escolha de um elemento no universo, e a seleção dos respondentes é determinado pelo pesquisador em áreas pré-determinadas segundo sua conveniência (DENCKER, 1998). Para a aplicação dos questionários foi escolhida a praia do Forte Orange, e bairro do Pilar, nas mediações da praça, por serem lugares que abrigam tanto moradores quanto turistas em maiores quantidades no município. Desta forma, com a aplicação dos questionários obteve-se uma amostra da população que totalizou em 380 respondentes, sendo 187 turistas, 124 moradores e 69 pessoas que possuem uma segunda residência na Ilha de Itamaracá, revelando um quantitativo ideal para um universo com uma população de 40.000 (quarenta mil) habitantes (MAGALHÃES, 2002). Ressalta-se que a população da ilha foi

estimada em aproximadamente 25 mil habitantes para o ano de 2015 (BDE, 2016). A coleta destes dados foi realizada no período de dezembro de 2015 a abril de 2016.

Ainda nesta fase foi possível a realização de uma pesquisa bibliográfica e documental onde foram analisados os resultados locais e confrontados com as políticas estaduais e nacionais do turismo.

Como ferramenta de diagnóstico, a análise de SWOT – *Strengths* (Pontos fortes), *Weakness* (Pontos fracos), *Opportunities* (Oportunidades), *Threats* (Ameaças) – permite uma análise macroambiental do problema a ser analisado em sua situação atual ou futura, dando base para a tomada de decisão, com sua visão holística. Desta forma, ela foi aplicada na praça do pilar sob a perspectiva do pesquisador, utilizando-se do método de observação e conversas informais com pessoas daquele ambiente. Ainda foi utilizada a análise de SWOT do litoral norte que fora realizada pela Secretaria de Estadual Turismo publicada no Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável para a costa dos arrecifes – PDITS.

Para identificar os impactos socioambientais do turismo utilizou-se um estudo exploratório-descritivo combinado que:

Têm por objetivo descrever completamente determinado fenômeno, como, por exemplo, o estudo de um caso para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas. Podem ser encontradas tanto descrições quantitativas e/ou qualitativas quanto acumulação de informações detalhadas como as obtidas por intermédio da observação participante. Dá-se precedência ao caráter representativo sistemático e, em consequência, os procedimentos de amostragem são flexíveis (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.188).

Sob essa visão, foi possível a verificação dos impactos socioambientais do turismo na Ilha de Itamaracá, realizado por meio de uma matriz alimentada pelo *checklists* que segundo Sáchez (2013, p.220) “são ferramentas empregadas para facilitar o trabalho de identificar impactos”. São de fácil elaboração e compreensão para o público geral, levando em consideração os aspectos subjetivos do avaliador com base em sua formação e experiência além de que “a listagem de verificação (*checklist*) representa um dos métodos mais utilizados em Avaliação dos Impactos Ambientais (AIA)” (NOBRE FILHO *et al.*, 2012, p.9). A metodologia aplicada segue o que estabelece Nobre Filho *et al.* (2012). Desta forma, apresentaram-se em uma matriz os elementos do turismo e seus impactos (Quadro 10)⁶, considerando ainda os impactos cumulativos, que se acumulam no tempo e no espaço. Embora tais impactos tenham um baixo poder significativo para os Estudos de Impactos Ambientais (EIA), por serem ações

⁶ Ver página 104

pontuais e individuais, no futuro, com estas individualidades generalizadas, podem acarretar um impacto significativo. Sáchez (2013, p.235) afirma que:

Pequenos empreendimentos turísticos, como pousadas e restaurantes, e pequenas obras de infraestrutura urbanas individualmente podem ter impacto pouco relevante, mas somados e concentrados em uma área modificam paisagens, qualidades das águas e a cultura local.

A matriz da listagem de verificação dos impactos socioambientais da atividade turística no município da Ilha de Itamaracá foi elaborada levando em consideração o valor dos impactos criteriosamente identificados “tomando-se como base a mensuração de seu caráter, sua magnitude e duração das ações” (NOBRE FILHO *et al.*, 2012, p.5). Isso possibilitou um diagnóstico dos impactos ambientais visivelmente identificados, e os potenciais, que estão na eminência de acontecer. Os impactos socioambientais do turismo identificados na Ilha de Itamaracá foram registrados por meio de fotografias e georeferenciados pelo GPS, representados pelas latitudes e longitudes desconsiderando, portanto, suas altitudes.

Esta identificação foi possível mediante a análise da paisagem do espaço turístico da Ilha de Itamaracá e seus entornos, observando os fatos materiais presentes no momento em que esta pesquisa fora desenvolvida.

A análise da paisagem foi realizada com base no que considera Bernardes (2012, p.244) em relação ao espaço geográfico onde a mesma afirma “que o espaço deve ser visto como uma instância junto com a economia, a política institucional, e a ideológico-cultural na articulação da sociedade”. Esta inter-relação permitiu uma análise dos processos sociais na transformação da paisagem, sendo decisivos na interpretação.

A análise de SWOT, foi outra ferramenta utilizada para a análise dos impactos ambientais devido suas características outrora citadas.

Materiais como mapas, câmera fotográfica, e o aplicativo para celular (*GPS Essentials*), auxiliaram diretamente na identificação dos impactos socioambientais.

A averiguação dos atuais instrumentos de gestão para tomada de decisão na gestão turismo se deu através de pesquisas qualitativas apoiadas em entrevistas realizadas com representantes do poder público e com a população civil local. Na ocasião, questionou-se o poder público quanto a participação da sociedade no planejamento e nas ações do turismo. A partir do método da análise do discurso nas entrevistas, foi possível confrontar os resultados com o que estabelece as políticas estaduais e nacionais do turismo em relação a participação população na gestão do turismo.

Para apontar diretrizes a partir de cenários prospectivos foi utilizado o método de Godet (2000 apud MARCIAL; GRUMBACH, 2008) porque ele se utiliza dos fatos históricos e das

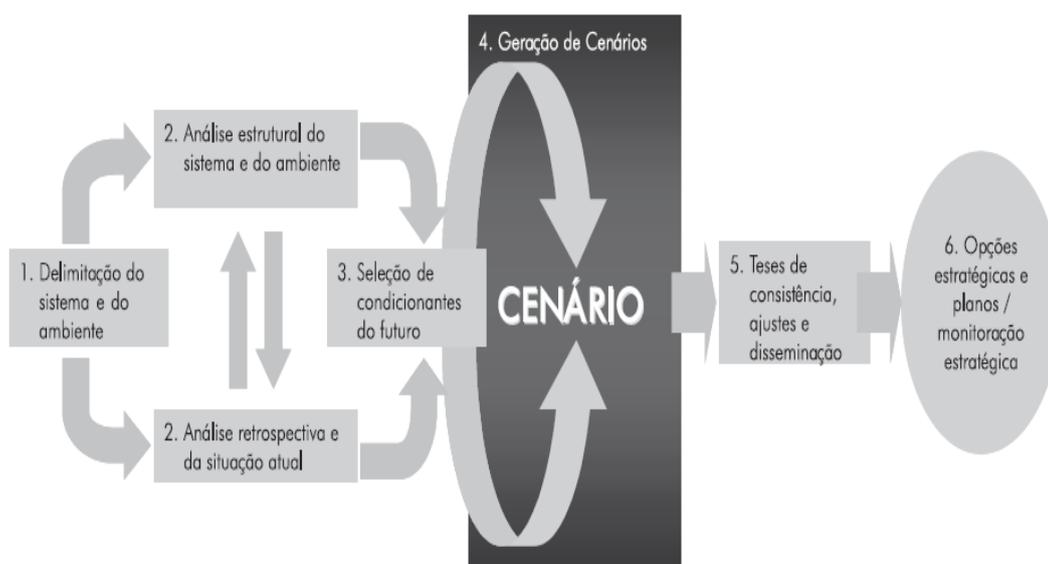
variáveis do presente para realizar a prospecção dos cenários, além do que, na área do turismo outros pesquisadores já recorreram a este método e obtiveram respostas positivas quanto a relevância do mesmo. Este método foi realizado de acordo com os procedimentos utilizados por Carvalho *et al.* (2014) e Sobreira *et al.* (2014). Levou-se ainda em consideração partes do método de Schwartz (1995, apud MARCIAL; GRUMBACH, 2008) para os devidos fins desta pesquisa.

Para desenvolvimento de um cenário prospectivo existem diversos métodos. Dentre eles, dois métodos se destacam no meio acadêmico, o método de Schwartz ou método da Global Business Network (GBN) e o método de Godet.

O método de Schwartz leva em considerações a relação entre as variáveis do ambiente estudado (Fatores-chaves) e as forças que influenciam o resultado dos acontecimentos (Forças motrizes), hierarquizando-as segundo seu grau de importância e incerteza (MORITZ; NUNER; PEREIRA, 2008). Peter Schwartz elabora projetos formulando cenários prospectivos com base na visão de mundo de especialistas responsáveis na elaboração dos cenários.

Já o método de Godet (2000 apud MARCIAL; GRUMBACH, 2008) baseia-se na relação entre as variáveis do presente e os cenários passados que se interagem em condicionantes para formar cenários hipotéticos dentro de uma lógica intuitiva. Godet (2000 apud MARCIAL; GRUMBACH, 2008) em sua prospecção futurística utilizou-se de seis etapas para este fim (Figura 20), iniciando-se pela definição do ambiente estudado e sua complexidade, até as estratégias adequadas ao cenário prospectado.

Figura 20 – Fases do Método Descrito por Godet



Fonte: Marcial e Grumbach (2008, p. 91).

O método de Godet (2000 apud MARCIAL; GRUMBACH, 2008) leva em consideração que para descrever os cenários é preciso identificar as variáveis-chave e analisar o comportamento dos atores elaborando hipóteses.

Dentro das variáveis de um sistema, considerando o contexto de um cenário, os atores são “as sementes mais importantes, pois são os verdadeiros agentes de mudança” (MARCIAL; GRUMBACH, 2008, p.58) onde influenciam e são influenciados no sistema.

Para a elaboração de um cenário é preciso identificar e analisar as tendências de peso que possuem um alto teor de probabilidade de ocorrer no período considerado. Marcial e Grumbach (2008) consideram tendências de peso para os próximos 10 anos para qualquer cenário as seguintes variáveis, que também serão levadas em conta nesta pesquisa:

- ✓ O aumento da expectativa de vida e o envelhecimento da população brasileira;
- ✓ Treinamento e aprendizado continuado;
- ✓ Crescimento da consciência do socialmente ecologicamente correto;
- ✓ Maior competitividade nos mercados internos e internacionais;
- ✓ Crescimento das preocupações com conservação e gerenciamento no uso da água (MARCIAL; GRUMBACH, 2008, p.59).

Seguindo o método de Godet, para selecionar as variáveis do ambiente turístico da Ilha de Itamaracá, e posteriormente hierarquizá-las, utilizou-se os três principais passos do método original de Delphi: “consulta a especialistas; categorização dos dados; e retorno aos especialistas” para a realização dos níveis de influências das variáveis entre si (CARVALHO *et al.*, 2014). Desta feita, os cenários prospectivos foram construídos da seguinte forma:

1. **Recenciamento das variáveis:** na primeira etapa foram listadas 33 variáveis e apresentadas a 10 especialistas – professores universitários, alunos do curso de mestrado do Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA – da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE – geógrafos e turismólogos. As variáveis foram classificadas pelos especialistas em níveis de importância segundo a influência nos cenários futuros da Ilha de Itamaracá, numa escala de 0 a 3, onde 0 representa a ausência total de importância; 1 representa pouca importância; 2 muita importância; e 3 muitíssima importância, segundo a escala Likert (SOBREIRA *et al.*, 2014).
2. **Seleção das variáveis:** como mecanismo, utilizou-se o *software Microsoft Excel 2016* com objetivo de hierarquizar as variáveis do maior para o menor grau de influência. Utilizou-se como critério de corte, na seleção das variáveis, a média das médias aritméticas dos valores atribuídos às variáveis, subtraindo o desvio padrão das médias, pois quanto menor o desvio padrão mais homogêneos são os dados de uma distribuição. Adotou-se o valor de 1,62 como limite para a seleção das variáveis-chave para as próximas etapas

restando apenas 14 das 33 variáveis, pois obtiveram um valor acima do limite de corte. As variáveis que não alcançaram o limite de corte foram desconsideradas para as próximas etapas do processo de recenseamento.

3. **Consulta à especialistas:** após a identificação das variáveis válidas no processo, as mesmas foram remetidas a cinco especialistas – doutores e mestrandos do PRODEMA da UFPE – para preenchimento da matriz de dupla entrada (14 variáveis x 14 variáveis), para verificar o grau das relações entre elas utilizando os critérios da escala Likert (SOBREIRA *et al.*, 2014). Com esse procedimento foi obtida uma única matriz por meio da média aritmética dos valores atribuídos pelos especialistas em suas respectivas matrizes.
4. **Agrupamento das variáveis:** as variáveis selecionadas foram submetidas ao *software* MICMAC da *Lipsor*⁷, com o objetivo de reduzir a complexidade do sistema na seleção das variáveis-chave e construção dos cenários (SOBREIRA *et al.*, 2014). Este *software* foi utilizado nesta pesquisa para o agrupamento das variáveis em quatro tipos segundo o nível de influência de cada variável (Quadro 6) elaborados a partir da matriz de dupla entrada ou Matriz de Impactos Cruzados e Multiplicações Aplicadas a uma Classificação (MICMAC).

Quadro 6 – Níveis de influências das variáveis

Quadrantes	Áreas de influência	Descrição
Q(1)	De influência	Trata das variáveis de entrada, ou de influência, ou seja, aquelas que mais exercem influência nas demais variáveis, mas de pouca dependência .
Q(2)	De motricidade	Ficam as variáveis de ligação, motrizes, ou em jogo, que tanto exercem influência como são influenciadas .
Q(3)	De dependência	É das variáveis mais dependentes e que exercem pouca influência nas demais.
Q(4)	Excluídas	Não são relevantes para os cenários que se pretende descrever, devendo, então, serem excluídas .

Fonte: Sobreira *et al.*, (2014).

Com base no resultado da matriz de dupla entrada foi possível identificar as variáveis chaves e suas relações de influencias no sistema ambiental produzido pelo turismo na

⁷ “aplicativo computacional MICMAC, desenvolvido por Godet (2003) no *Laboratoire d’Investigation en Prospective Stratégie et Organisation (LIPSOR)* e *Conservatoire National des Arts e Métiers (CNAM)*” (CARVALHO *et al.*, 2014, p.257).

Ilha de Itamaracá possibilitando interpretar o comportamento dessas variáveis em um futuro hipotético e lógico.

5. **Identificação da variáveis-chaves:** para a interpretação e análise do mapa da motricidade e dependência produzido pelo *software* MICMAC, um segundo critério de seleção foi aplicado às variáveis do sistema possibilitando por definitivo a identificação da variáveis-chaves no desenvolvimento do turismo na Ilha de Itamaracá. Foi traçada uma linha diagonal separando o quadrante em duas partes, de forma que somente as variáveis que permaneceram acima da linha diagonal traçada foram identificadas como variáveis-chaves.
6. **Interpretação das variáveis:** foi utilizada técnica da análise morfológica⁸ onde foram feitas a decomposição do sistema em elementos e analisadas “as várias formas e valores que estes podem assumir” (MARCIAL; GRUMBACH, 2008, p.77) atrelada aos métodos de impactos cruzados utilizados pelo *software* MICMAC que possibilitam uma série de técnicas com uma visão mais global e leva em conta a interdependência e a influência do elementos de um sistema para um cenário futuro, possibilitando uma hierarquia de cenários mais prováveis (MARCIAL; GRUMBACH, 2008, p.81).
7. **Construção dos cenários:** Desenvolveram-se dois cenários, sendo um idealista e outro pessimista interpretando o mapa da motricidade e dependência utilizando um horizonte temporal de 10 anos (2016-2026).
8. **Retorno aos especialistas:** Os resultados foram apresentados a dois especialistas (doutores da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE) com o objetivo de ajustar e consolidar o cenário prospectivo elaborado.

Obteve-se, assim, o relatório final do *software* MICMAC com o título *Cenário do Turismo em Itamaracá* que se encontra disponível no Anexo A.

⁸ Tem como objetivo “explorar de forma sistemática os futuros possíveis” (GODET 2000 apud MARCIAL; GRUMBACH, 2008, p.77)

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste item são apresentados os resultados da pesquisa realizada no período de 2015 a 2016 tendo como recorte espacial o município da Ilha de Itamaracá, ao mesmo tempo em que é realizada uma reflexão deste produto turístico a luz do referencial teórico apresentado no item 2.

5.1 Como acontece o turismo e seus reflexos nas práxis do cotidiano da ilha

Nos finais de semanas prolongados ocasionados por feriados geminados ao fim de semana – sexta-feira ou segunda-feira – há um aumento na ordem de cinco vezes na população flutuante da Ilha de Itamaracá, em relação aos demais dias da semana, segundo informações do Secretário de Infraestrutura Municipal. Um fenômeno que merece um olhar especial da gestão pública para garantir a sustentabilidade do turismo nesta região. Mas quais as características desta demanda?

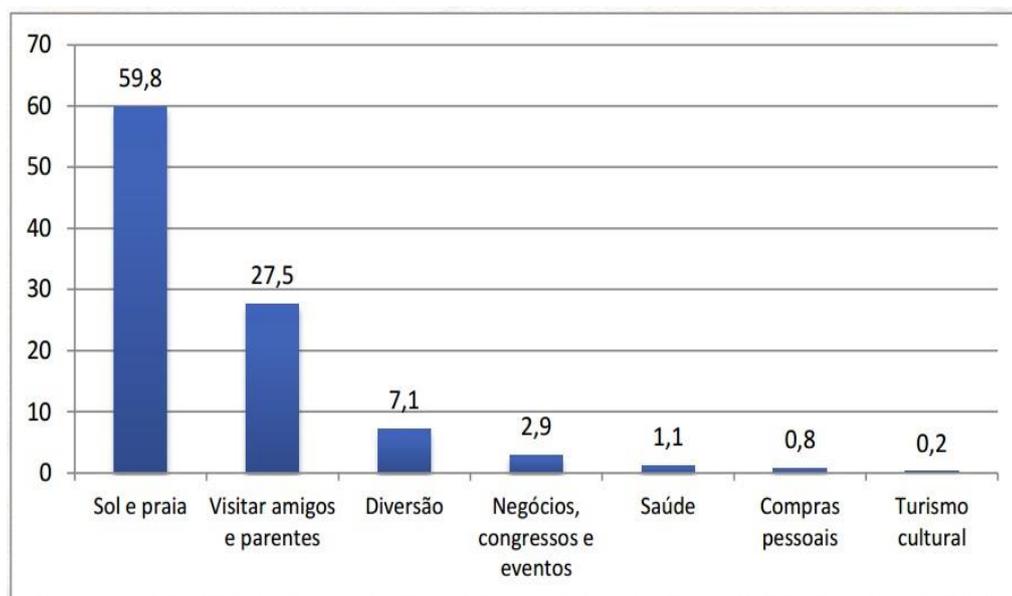
Quanto à demanda turística referente aos dados de 2007-2011, a Ilha de Itamaracá recebe cerca de 1,8% do fluxo turístico doméstico do Estado, ocupando a 9ª colocação no ranque dos principais destinos turísticos do estado de Pernambuco (FERREIRA, 2013). Porém, 95% dos turistas do Litoral Norte são do próprio Estado (BRENCORP, 2013). Possivelmente, um dos motivos para uma demanda doméstica fraca, pode se dar pelo fato da oferta de hospedagem encontrar-se pouco qualificada (RABAHY, 2014). Contudo, segundo a visão dos empresários do setor turístico (RABAHY, 2014), a Ilha de Itamaracá é apontada como uma cidade que possui potencial para o crescimento do turismo obtendo 44% das indicações dentre as cidades do litoral norte do Estado, ocupando assim a segunda posição no ranque.

Porém, quanto a economia, o setor de serviços motivados pelo turismo representa a maior parte da economia do município com uma taxa de 81,8% do PIB em 2010. Entre 2006 e 2011 o setor de hospedagem foi o que mais cresceu com 67,8% em se tratando de contribuição financeira para o município, chegando a 2012 com 751 leitos e 16 meios de Hospedagem, bem diferente de Ipojuca que contava nesse mesmo ano com 210 meios de hospedagem e 15.306 leitos (BRENCORP, 2013).

Em se falando do Polo Turístico Costa dos Arrecifes, que é composto pelo Litoral Norte, Litoral Sul, Fernando de Noronha e Região Metropolitana do Recife, observa-se que 60% da demanda é motivada pelo turismo de sol e mar e apenas 0,2 pelo turismo cultural (Gráfico 1) com uma média de permanência de 2 a 3 dias, gastando neste lugar em média R\$ 21,00 diariamente por pessoa (FERREIRA, 2013), enquanto que em Ipojuca o turista permanece em

média 7 dias gastando diariamente R\$ 168,50 (SETUR/PE, 2012). Percebe-se uma enorme disparidade entre o Litoral Norte e Sul, sendo as casas de segunda residências com turistas de baixa renda familiar, a deficiência de estruturas turísticas e a gestão do turismo um dos principais motivos para esta realidade.

Gráfico 1 - Principal motivo da viagem ao litoral norte (Dados em %)



Fonte: SETUR/PE, 2012.

Com um turismo caracterizado por uma demanda predominantemente do próprio estado, de baixa renda, veranista, de pouca permanência, centralizado no turismo de sol e mar, e um índice lamentável de uma demanda motivada pelo turismo cultural, é de suma importância que as políticas públicas voltem-se para reestruturar o turismo na ilha visto que ele é a principal atividade econômica do município participando ativamente da qualidade de vida de seus moradores.

Diante destas características, percebe-se que o turismo acontece na ilha de forma não condizente com paradigmas da sustentabilidade, refletidos pela má gestão e pela falta de infraestrutura que se destacam na colaboração do quadro caótico do destino, onde não há melhoria do bem-estar da comunidade nem preocupação com o meio ambiente, além de um fraco desempenho econômico mesmo diante das riquezas naturais e culturais.

Durante o trabalho de campo, foi observada a paisagem da Praça do Pilar, na área urbana de Itamaracá, em um domingo à noite no dia 11 de outubro de 2015, véspera de feriado nacional (Nossa Senhora da Aparecida). Na ocasião foi realizada a análise de SWOT (Quadro 7) sob a técnica de observação do espaço e por meio de conversas informais com moradores e turistas presentes no momento. Como resultado, pôde-se perceber que a gestão pública local precisa

gerenciar melhor os espaços turísticos e suas praxes desenvolvidas no lugar, dando suporte às práticas sustentáveis e modificando o seu comportamento para uma visão menos agressiva ao meio ambiente⁹ em seu sentido lato.

Quadro 7 – Análise de SWOT da praça do pilar

FATORES INTERNOS		FATORES EXTERNOS	
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Concentração dos serviços de bebidas e alimentos; ✓ Localização geográfica de fácil acesso; ✓ Boa drenagem da pavimentação; ✓ Transporte turístico. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Poluição sonora; ✓ Ausência de lixeiras (presença de lixos); ✓ Ausência de banheiros públicos (uso de ruas como banheiros); ✓ Segurança; ✓ Drogas. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Valorização cultural; ✓ Eventos de médio porte; ✓ Revitalização; ✓ Políticas públicas; ✓ Novos empreendimentos 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Baixa temporada; ✓ Degradação pela manutenção inadequada; ✓ Limite da capacidade de carga ultrapassado; ✓ Desapego da comunidade e a obsolescência do local.

Fonte: pesquisa direta, 2016.

Sendo o município uma ilha cujo perfil do turista em sua grande maioria apresenta-se como veranista (ASSIS, 2003), os espaços públicos como as praias, os locais de grandes eventos em ambientes abertos, e sobretudo as praças são locais de encontros, de multidões nos fins de semanas, principalmente nos momentos festivos e feriados.

O acúmulo destas pessoas em movimentos desordenados gera impactos ambientais devido à falta de estrutura, incompatível com a demanda do local, e a insensibilidade dos turistas e moradores no cuidado com o meio.

A Praça do Pilar é um dos locais mais badalados da ilha. Em seu entorno, o comércio organiza-se com bares, lojas de artigos de praia e *souvenir*, serviços de alimentos e bebidas, que varia desde a pequena barraca de cachorro quente até restaurantes, possibilitando aos turistas uma culinária variada, além de serviços bancários e hoteleiros nas proximidades. Devido a estes serviços ofertados, a paisagem da praça se transforma do dia para a noite. Durante o dia ela é bem menos movimentada, e menos ainda em se tratando dos dias úteis no decorrer da semana, chegando a parecer um local pacato. Já nas noites dos finais de semanas (Figura 21), às vezes ela recebe um contingente muito superior à sua capacidade de carga, ocasionando transtorno aos moradores locais e turistas que buscam um pouco mais de sossego fugindo de seu cotidiano agitado.

⁹ Compreende o meio ambiente em sua totalidade seja em seus aspectos físicos, biológicos, social, modificado pelo homem ou não, em conformidade com o pensamento de Karl Marx.

Figura 21 – Concentração de turistas e moradores na praça do Pilar



Fonte: Jefferson Candido, outubro de 2015.

O poder público, mesmo ciente desta demanda, parece omissivo no tocante à estrutura para responder a mesma. Não há uma lixeira sequer em toda a praça, exceto um tambor localizado próximo ao meio fio da praça (Figura 22). Com isso, a multidão ao consumir seus produtos – na maioria deles alimentos e bebidas – descarta os resíduos em via pública. Porém, ao observar estes consumidores percebe-se que as pessoas ficam constrangidas em jogar seus resíduos nas áreas de passeio da praça e os lançam em pequenos quadriláteros construídos em volta das árvores. Esta atitude, mesmo não sendo a mais adequada para o meio ambiente, apresenta-se como menos impactante, indicando que se houvesse lixeiras na praça possivelmente o lixo não estaria no chão. Já que em ambientes de praias, como foi observado, muitas pessoas vão às praças desprovidas de bolsas, que poderiam utilizar para guardar seu próprio lixo, como é de praxe de alguns. Em um outro momento, em frente a pousada Ruínas do Pilar, foi observado que os espaços junto as árvores utilizados pelas pessoas para descartar o lixo, estavam cobertos por plantas. Esta iniciativa partiu dos proprietários da pousada situada à frente da praça, alegando que as pessoas jogavam o lixo no local por falta de lixeiras na praça, e que com sua intervenção isso já não acontece mais.

Quanto ao transporte turístico, pode-se afirmar que se encontra precário, pois se resume apenas a dois “trenzinhos” guiado por trator que conduzem turistas e moradores com dois destinos: Pilar e Forte.

Figura 22 – Tambor de lixo sendo utilizado para depósitos de resíduos



Fonte: Jefferson Cândido, out. 2015.

Outra dificuldade é a ausência de sanitários públicos no local, tendo como consequência os becos e ruas sendo utilizados como sanitários públicos. Isso aumenta o risco de contaminação das pessoas com patógenos que podem vir a carregar em gastos públicos com a saúde dos infectados, além de prejudicar a paisagem com fortes odores, principalmente por ser este lugar uma área de serviços gastronômicos.

A poluição sonora é um dos grandes desafios para a gestão pública. Um dos grandes atrativos para os encontros na praça é a música que instiga as pessoas a consumirem trazendo benefícios ao segmento de bebidas e alimentos. Porém, a legislação prevê o excesso de ruídos como crime tipificado na Lei de Crimes Ambientais (Lei nº. 9605/98) sendo ainda prevista como perturbação de sossego na lei de contravenções penais. Segundo Fiorilho (2014, p.366) “a Organização Mundial de Saúde (OMS) considera que o som deve ficar entre 55 decibéis (db) para não causar prejuízo ao ser humano”. Na praça são frequentes os chamados “paredões” que podem reproduzir um som de aproximadamente 133,70 db¹⁰, dependendo do aparelho empregado, excedendo em 243,09% a recomendação da OMS.

¹⁰ Valor baseado no 6º campeonato brasileiro de som, *turning* e *rebaixados*, realizado em São Luiz – MA em julho de 2015. Disponível em: <WWW.dbchampions.com.br>. Acesso em: 10 nov. 2015.

O policiamento é fundamental em grandes concentrações de pessoas, sendo inclusive mencionado pela constituição brasileira em seu artigo 5º para que o direito à segurança seja garantido (BRASIL, 1988). Na Praça do Pilar durante as observações não foi avistado ou se teve notícia de policiamento a pé, isto é, Policiamento Ostensivo (PO) realizado pela PMPE. Isso deixa no ambiente uma sensação de insegurança, dando oportunidade para menores e adultos fazerem uso de drogas sem algum pudor, prejudicando em primeiro plano a saúde destes usuários e a imagem do produto turístico.

Em momentos de grande fluxo turístico, a prefeitura poderia realizar na praça um evento cultural agradando aos turistas, ao mesmo tempo que poderia divulgar sua cultura, valorizando com este ato a sociedade local e fortificando sua identidade. Porém, a gestão pública não vislumbrou esta possibilidade para o dia observado.

Outra falta de visão quanto a gestão do turismo local se dá pelo fato de que não há um apelo ou orientação aos visitantes quanto a conduta ou a prática da conservação e preservação, que aguçaria a sensibilidade ambiental dos turistas e moradores, haja vista que o município encontra-se dentro dos limites da Área de Proteção Ambiental de Santa Cruz. Como exemplo, percebe-se que do início dos limites territoriais da Ilha de Itamaracá, iniciado na Ponte Presidente Vargas, até a zona propriamente urbana, são aproximadamente 7 Km até o Giradouro do Pilar, contudo, durante este percurso, observam-se placas e *outdoor* comerciais que incentivam o consumo de mercadorias ou mesmo de serviços, porém, não utilizam estes espaços para trazer informações de caráter educacional.

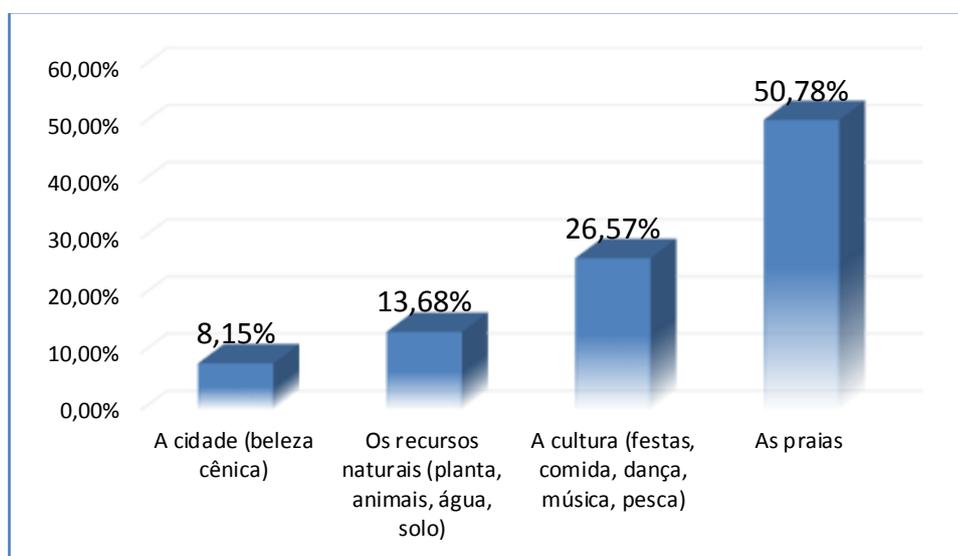
5.1.1 Diagnóstico das políticas públicas do turismo na Ilha de Itamaracá

Para o diagnóstico das políticas públicas, além de entrevistas foi aplicado um questionário que teve como base uma amostra da população da ilha que totalizou em 380 respondentes número ideal para um universo com uma população de 40.000 – quarenta mil – habitantes (MAGALHÃES, 2002). A pesquisa foi realizada no período de dezembro de 2015 a abril de 2016 com objetivo de verificar a percepção da população e dos turistas sobre o desenvolvimento do turismo e as políticas públicas desta atividade no município.

Ao analisar os dados da pesquisa extraída dos questionários aplicados no Bairro do Forte e no Pilar, pode-se perceber (Gráfico 2) que o aspecto de maior importância para atrair os turistas para a Ilha de Itamaracá diz respeito às praias, que atingiu um índice de 50,78%, seguido pela cultura local. Neste mesmo gráfico, as praias foram colocadas a parte da categoria recursos naturais para poder extrair com mais precisão a visão dos respondentes, haja vista que as praias são os principais atrativos da ilha, e poder compara-las com os demais. Este dado revela que a

população da Ilha, ainda percebe o turismo de sol e mar como o atrativo de grande valor, porém já percebem uma fragmentação para o turismo cultural. Esta percepção é de suma importância para que se possa trabalhar outros segmentos da atividade turística, junto ao poder público e a comunidade local, com o intuito de que outros atrativos possam ser desfrutados pelos turistas fora do verão, período de baixa estação, onde irão contribuir para a permeância do turista durante todo o ano, reduzindo a sazonalidade do fluxo turístico, promovendo outros atrativos, como eventos (DIAS, 2003, p. 52).

Gráfico 2 – Aspectos de maior importância para atrair os turistas à Ilha

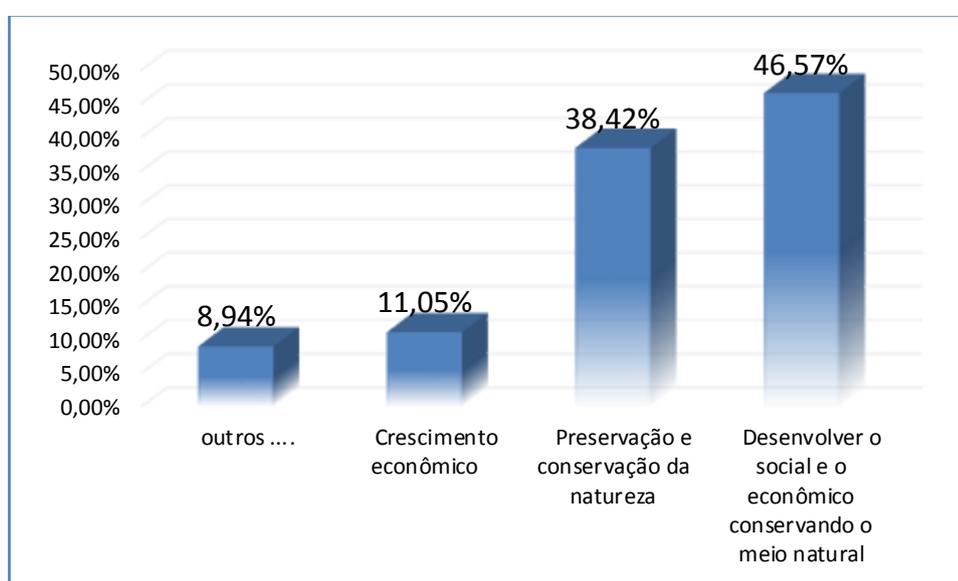


Fonte: pesquisa direta, 2016.

Com apenas 13,68% dos índices, os recursos naturais, a base para o desenvolvimento do ecoturismo, ficou em terceira opção, ficando à frente apenas do índice que se refere à beleza cênica da cidade. Estes dados apontam que é preciso uma maior informação da população com relação ao poder de atração dos recursos naturais. Embora as praias façam parte destes recursos, a população a destacou diante dos demais. Cruz (2003) afirma que no Brasil, o fato das cidades se desenvolverem ao longo do litoral, o turismo de sol e mar é um grande trunfo na oferta turística. Porém, é notório o crescimento das atividades turísticas que se desenvolvem em ambientes naturais, como o turismo alternativo, ecoturismo, turismo de aventura, observação de pássaros e outros, em consequência da atual conjuntura social, influenciadas pelo paradigma da sustentabilidade. E para que esta atividade aconteça, o consumo dos espaços naturais é imprescindível. Logo, a população do município hierarquizou com os maiores índices o potencial turístico da seguinte forma: turismo de sol e mar e o turismo cultural.

A partir da compreensão do conceito de sustentabilidade as pessoas podem, por meio da educação ambiental emancipatória, ter uma mudança de atitude (LOUREIRO, 2012) para se chegar ao desenvolvimento sustentável (RODRIGUEZ; SILVA, 2013, p.202). O Gráfico 3 mostra que o conceito de sustentabilidade entre a população da ilha precisa melhorar, pois, menos da metade consegue aproximar-se do entendimento do que vem a representar este termo, muito embora o conceito de sustentabilidade vá além do descrito no Gráfico 3, representando o bem-viver defendido por Boff (2016) e a harmonia dos processos econômicos, ecológicos e sociais como afirma Rabinovici (2009 *apud* RAMALHO *et al* 2010), resultando em uma qualidade de vida consciente e ética.

Gráfico 3 – Conceito de sustentabilidade na visão da população de Itamaracá



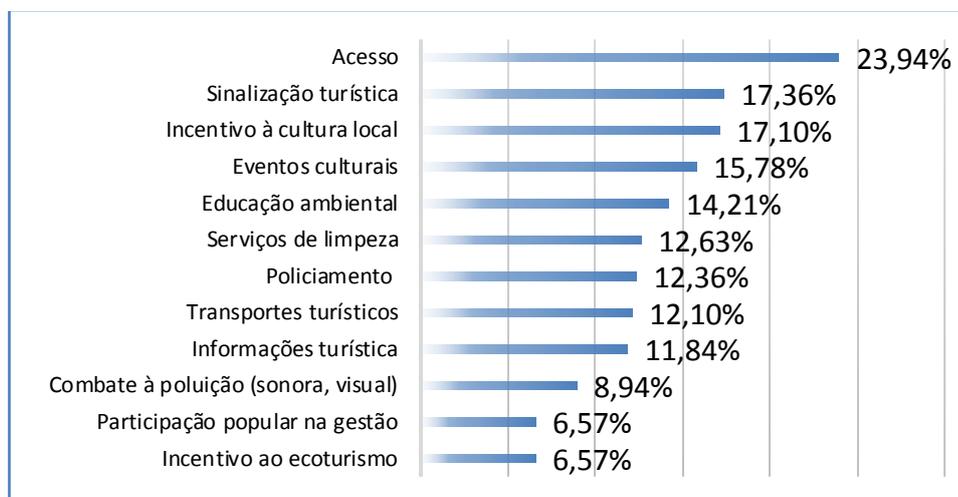
Fonte: pesquisa direta, 2016.

Ao se falar em sustentabilidade, muitos remetem o termo a conservação ou preservação da natureza, apresentando um índice de 38,42%, demonstrando uma carência em educação ambiental. Embora na contemporaneidade o mundo esteja mergulhado no meio técnico-científico-informacional, como afirma Santos e Silveira (2004), em um movimento constante e irreversível de globalização, onde a mídia noticia as questões ambientais, muitos ainda associam o nome sustentabilidade ao crescimento econômico.

A atividade turística é uma teia interligada por seus elementos interdependentes, mas que colaboram para a espacialização da mesma. Esta transversalidade conhecida de sistema turístico, tem como seu fim o consumo do espaço turístico (BENI, 2007; CRUZ, 2003). Logo, cabe ao município o dever de orientar a espacialização do turismo em seu território, visto que a atividade se desenvolve no lugar turístico (DIAS, 2003).

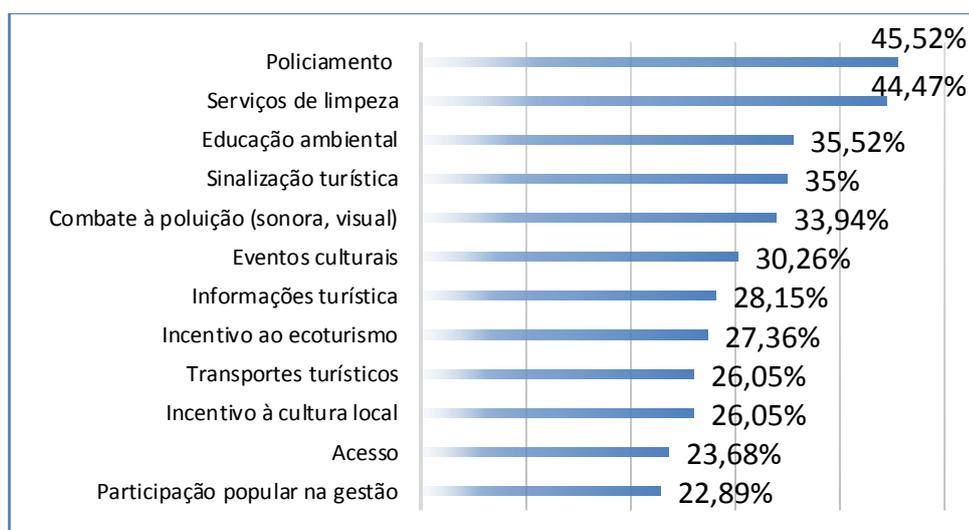
Para que o turismo se desenvolva, a gestão pública do turismo deve estar interligada de forma constante com todas as variáveis possíveis deste meio complexo. É imprescindível buscar sempre a eficiência e a melhora dos elementos apresentados no Gráfico 4. Porém, ao verificar como a população observa a gestão pública do turismo em seus pontos fortes e fracos (Gráficos 4 e 5), percebe-se uma insatisfação por parte da população, pontuando os indicativos negativos em mais que o dobro em relação aos indicativos positivos da gestão do turismo.

Gráfico 4 – Pontos FORTES (positivos) da gestão pública do turismo em Itamaracá



Fonte: pesquisa direta, 2016.

Gráfico 5 – Pontos FRACOS (negativos) da gestão do turismo em Itamaracá



Fonte: pesquisa direta, 2016.

Dentre os elementos de maior destaque como ponto forte tem-se as vias de acesso aos atrativos turísticos e a sinalização turística, que juntos representam 41,3% dos respondentes. Porém, quando comparado os mesmos elementos em uma perspectiva negativa (pontos fracos) a soma de ambos possui um índice de 58,68%, superior em 17,38% dos dados anteriormente mencionados. Isso revela que embora os elementos tenham tido um bom desempenho como ponto fortes, ao serem acareados com seu oposto o resultado será sempre maior para o indicativo negativo, com exceção ao elemento acesso, que supera o ponto fraco em apenas 0,26%.

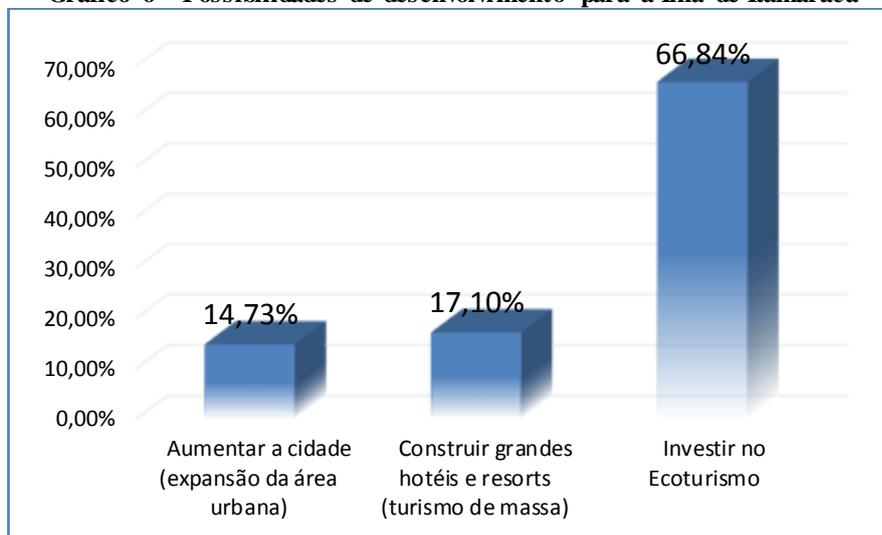
A participação popular na gestão e o incentivo ao ecoturismo obtiveram o mesmo índice positivo de apenas 6,27%, ocupando as últimas posições do ranque. Desta forma é impossível se construir uma política pública do turismo voltada para a sustentabilidade, onde as tomadas de decisões não são compartilhadas com população local em uma gestão participativa (BENI, 2007, p.128). Ressalta-se o quadro deficiente da participação da população no processo de gestão do turismo no município, comprometendo as orientações do Ministério do Turismo que defende um modelo de gestão pública descentralizada e participativa (BRASIL, 2013, p.53). A não participação da população na gestão pública do turismo também vai de encontro ao Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável de Pernambuco.

Outro elemento decisivo para a gestão do turismo na Ilha de Itamaracá voltada à sustentabilidade é o incentivo ao ecoturismo. O Ministério do Turismo por meio da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica (FIPE) realizou o estudo de demanda, em 2012, que aponta o Distrito de Fernando de Noronha como o destino turístico mais desejado pelos brasileiros com um índice de aproximadamente 13% (BRASIL, 2015) apontando para os segmentos turísticos que se utilizam dos recursos naturais como fonte primária de seu atrativo, como o ecoturismo.

Em consonância com o destino mais desejado da demanda do turismo interno, a população da Ilha de Itamaracá aponta a melhor solução para que a ilha possa se desenvolver (Gráfico 6) com um importante polo turístico, desenvolvendo-se de forma sustentável beneficiando o econômico, o ecológico e com responsabilidade social. Com 66,84% das respostas válidas, a opção de investir no ecoturismo supera a construção de grandes resorts e a expansão da área urbana. Este índice ressalta a esperança de um turismo local desenvolvido com critérios de sustentabilidade, pois o ecoturismo é uma das atividades que se bem planejada possui seus impactos negativos mitigados, ao mesmo tempo em que valoriza a cultura local e promove uma educação ambiental transformadora de atitudes em anuência com os dizeres de

Paulo Freire¹¹ que assim afirmou: “educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”.

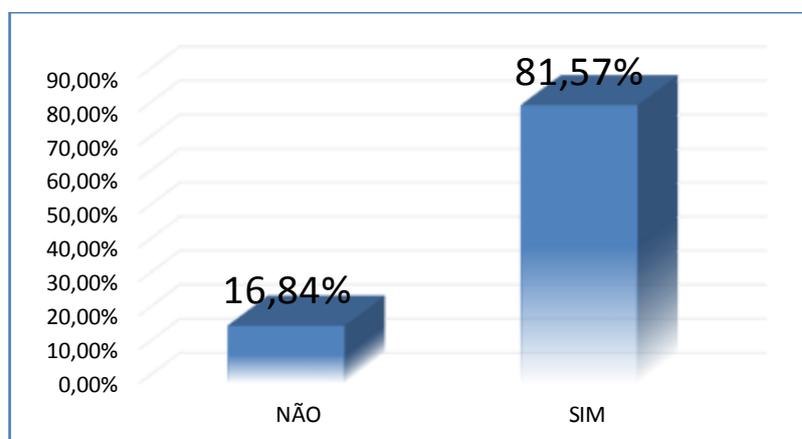
Gráfico 6 – Possibilidades de desenvolvimento para a Ilha de Itamaracá



Fonte: pesquisa direta (2016).

Os dados apresentados no Gráfico 7, mostram que a grande maioria da população representada por 81,57% dos respondentes tem a consciência (SIM) do poder impactante da atividade turística sobre o meio ambiente natural. Fato que contribui para que 66,84%, dos respondentes (Gráfico 6) tenham optado por uma atividade turística que cause menos impactos e colabore para a melhoria da qualidade de vida da comunidade, tendo como matéria primordial o ecoturismo para desenvolver a ilha com critérios de sustentabilidade.

Gráfico 7 – Percepção da população quanto aos impactos da atividade turística sobre o meio ambiente natural e sobre a cultura local



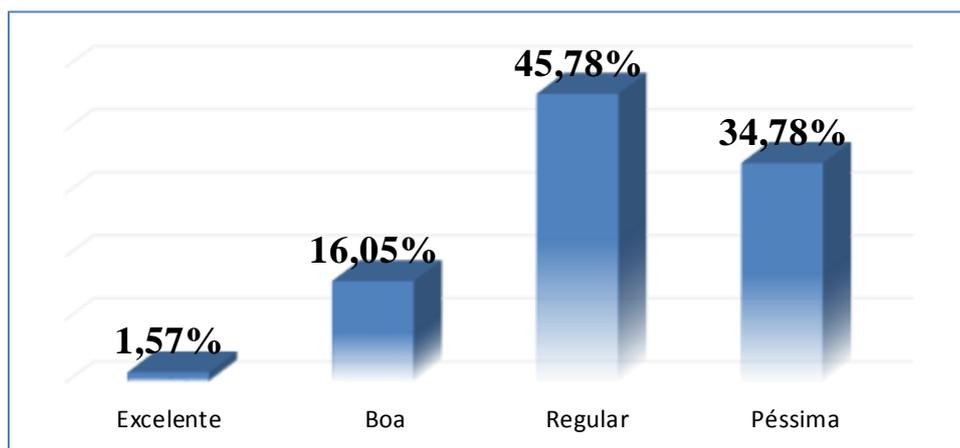
Fonte: pesquisa direta (2016).

¹¹ Disponível em: <https://pensador.uol.com.br/frase/MTU5MTYyMg/> > Acesso em: 2 nov. 2016.

Ressalta-se que o ecoturismo embora apresente-se como o segmento turístico mais indicado para a sustentabilidade, a forma como ele se desenvolverá refletirá nos impactos socioambientais. Muitos destinos turísticos que o tem como principal atividade, devido à falta de gerenciamento, o ecoturismo torna-se tão impactante de forma negativa quanto o tradicional turismo de massa, como afirma Swarbrooke (2000) e a Ramalho *et al* (2010). Por isso, é preciso ter a concepção de que o ecoturismo não é uma garantia de sustentabilidade mais é uma atividade que mais se aproxima dos critérios de sustentabilidade apresentados por France (1997, apud MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007).

Com base nos dados da pesquisa realizada em campo, pode-se afirmar que a população não está satisfeita com a gestão que vem desenvolvendo o turismo em seu território, somando um índice de 80,25% dos respondentes que consideraram a gestão péssima ou regular, enquanto apenas 1,57% a definiram como excelente (Gráfico 8).

Gráfico 8 – Avaliação do planejamento e das ações turísticas promovidas pela gestão pública



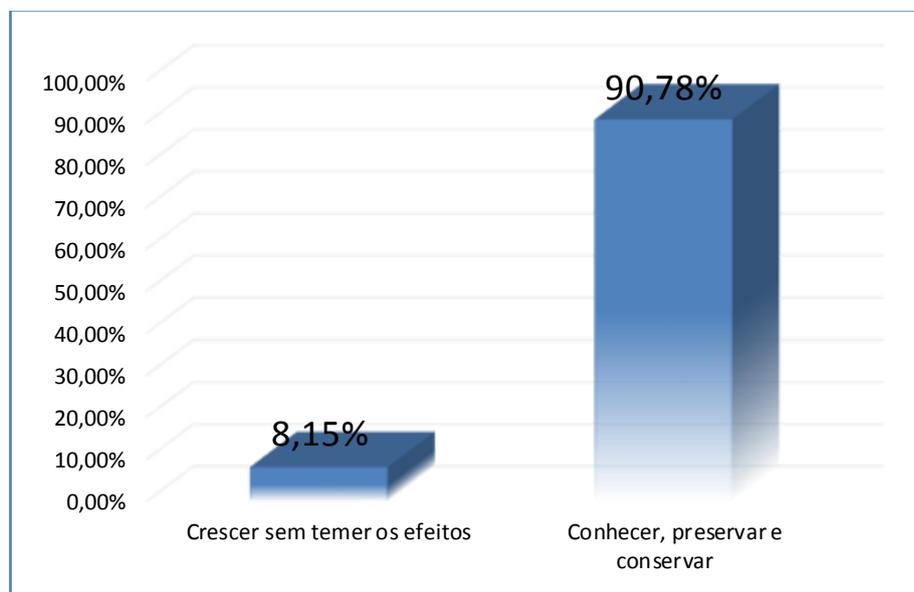
Fonte: pesquisa direta (2016).

Este quadro mostra o quanto é preciso para que se alcance uma gestão com suas práticas reconhecidas de forma positiva, que possibilite o desencadeamento de um turismo sustentável, e que possa por consequência, trazer benefícios à população e aos turistas, que de imediato reconhecerão uma boa gestão. Para que se tenha uma boa gestão, o caráter da avaliação é de fundamental importância, pois aponta o caminho que deve ser seguindo e incentiva a continuidade ou a mudança das ações de um planejamento, principalmente quando se refere às políticas públicas que devem dirigir suas ações para benefícios da coletividade.

O Gráfico 10 possibilita uma rápida averiguação do perfil dos respondentes, apontando um interesse da população no conhecimento, e no binômio preservar e conservar, com um índice de 90,78%. Tal resultado reforça a ideia de que acontecendo uma política atuante e constante de educação ambiental, a população, assim como os turistas apreenderão com a

mesma, resultando em uma mudança de atitude e uma maior valorização dos patrimônios naturais e culturais do destino turístico, lugares onde acontece a espacialização da atividade turística.

Gráfico 9 – Perfil autodeclarado da população de Itamaracá quanto ao desenvolvimento da Ilha



Fonte: pesquisa direta (2016).

Segundo um dos secretários da Ilha de Itamaracá, até o momento nunca houve na ilha um planejamento do desenvolvimento do turismo local, mais que a atual gestão tem se mobilizado para desenvolvê-lo “inclusive é uma das exigências do ministério do Turismo para a atualização do mapa turístico do Brasil através do programa de regionalização do turismo” com base nos princípios da preservação ambiental, na cultura e na infraestrutura porém ressalta que “não adianta fazer planejamento turístico sem recursos” denunciando a falta de apoio dos Governos Federal e Estadual.

Embora o Secretario tenha afirmado que a preservação ambiental seja um dos princípios básicos do turismo na ilha, percebe-se uma política que não explora a prática do ecoturismo, sendo destacado na fala da funcionária da pousada Ruínas do Pilar onde afirma que na atualidade o turismo encontra-se em um péssimo momento e que a falta de atrativos, a falta de incentivos do governo ao turismo cultural e ao ecoturismo tem prejudicado o fluxo dos turistas. Ela acredita que deveriam ter um incentivo, inclusive para que os turistas pudessem fazer trilhas e passeios de *buggy* catamarã, mas isso não acontece. Ela ainda destacou o programa PROJOVEM que capacitava os jovens para ser guias e conduzir os turistas nas trilhas, mas que foi deixado de lado. Ela ainda ressalta que não acontece uma política de educação ambiental.

Quando indagado ao gestor público se existe alguma política voltada ao incentivo do ecoturismo, ele afirmou o seguinte: “A política existe, agora a prática política é que a gente não consegue colocar em prática ainda” embora tenha afirmado que pretende no futuro “reativar um programa que já houve no governo do estado chamado Caminhos da Ilha, que são algumas trilhas ecológicas...” porém reforçou que precisa de segurança para implementar o turismo ecológico na ilha. Ele ainda descreveu o potencial ecoturístico local:

“A gente tem ilhas, ilhotas, manguezais, lagoas, tem tudo que o ecoturismo precisa em um local pequeno, você em pouco tempo vê muitas coisas, sem contar que a gente tem seis reservas de mata atlântica que faz parte da APA de Santa Cruz, que nós ainda temos ela razoavelmente preservada, então, se você me perguntar qual seria, escolha um segmento do turismo pra se trabalhar em Itamaracá, eu podia escolher sol e mar, eu podia escolher o ecoturismo, eu podia escolher o turismo religioso, eu podia escolher o turismo de lazer, eu escolheria o ecoturismo, porque eu trago além de eu preservar, aí vem a parte de preservação ambiental, a parte sustentável, o turismo sustentável, além de eu ter como preservar o que eu tenho aqui o meio ambiente, eu trago um turismo diferenciado. Então, se fosse para eu escolher, lógico que eu queria atuar em todos segmentos, mais seria esse turismo o interessante para o turismo que um dos nossos principais diferenciais”.

Porém, a falta de educação ambiental também é sentida pelo gerente de uma das pousadas na Ilha, informando que existe com raridade uma ação pontual, “mas nada muito que abrange a necessidade, um negócio bem superficial só pra dizer que tem, mas nada que venha dá o levante”. Ele ainda denuncia a falta de apoio à cultura local destacando Lia como um exemplo de falta de incentivo por parte da prefeitura afirmando que “o espaço de Lia que é tão conhecido, tá lá se acabando...”. Ele ainda responsabiliza a gestão pública ao mesmo tempo em que aponta a parceria público privada como uma saída para as melhorias do setor turístico confirmando que “quem tem o poder de fazer é eles, junto conosco porque nós não podemos fazer sozinho”.

Por sua vez, um dos secretários municipais em resposta ao espaço de Lia informou que será reconstruído com recursos da União e que a prefeitura tem contratado a cantora, mas nos últimos anos o Governo estadual tem negado a contratação da mesma e completou destacando que “só de contratação da prefeitura, ela não vai sobreviver e do governo do estado muito menos, porque o governo do estado está cada dia dificultando estas contratações”.

Ressalta-se que em pesquisa de campo pode-se observar que a cultura local com destaque a ciranda de Lia tem sido preterida em detrimento a outras atividades como o brega e músicas de cunho ostentativo. E em momentos de grandes movimentações, como aconteceu em um feriado nacional, não houve atrações culturais para entreter os moradores e turistas. Na ocasião seria uma oportunidade de reproduzir a cultura local pois as manifestações culturais são

atividades que se incorporam ao produto do turismo cultural (BRASIL, 2010) e precisam estar como bases das políticas públicas do turismo do município.

A segurança local é um dos pontos que impedem uma maior demanda turística. O Secretário destaca a falta de segurança na ilha atribuindo a situação ao Governo estadual denunciando que “o Estado não dá a mínima condição de segurança do nosso município. Tanto é, que o Estado implantou aqui e não consegue retirar três presídios que nos prejudica bastante”. Na opinião do gerente de uma das pousadas na Ilha, a segurança tem prejudicado a demanda turística. Ele informou que temia a demanda no período do carnaval devido o acontecimento de fugas nas unidades prisionais da ilha onde a mídia projetou uma imagem muito forte e negativa da mesma que ocasionou o cancelamento de muitas diárias em sua pousada justificadas pela insegurança do lugar. Fato que aconteceu também com a pousada Ruínas do Pilar.

Ainda em relação à insegurança na ilha, um dos secretários Municipais informou que não mantém um convênio com a Polícia Militar por meio da Ciatur, pois declarou não acreditar nos serviços prestados por esta Cia, pois não funcionava. Por outro lado, afirmou que tem em mente a formação de uma polícia turística com o efetivo da guarda municipal que vai servir como agente de informações turísticas já que “o Estado não dá segurança necessária para que se faça turismo”. Ainda afirmou que quer criar no município uma Guarda Ambiental, para cuidar do patrimônio ambiental, já que segundo ele o CPIOMA não tem estruturas para trabalhar na ilha.

No discurso do Secretário percebe-se que o planejamento do turismo já iniciado, não leva em consideração a integração das Secretarias municipais em sua maioria pois ele entende da seguinte forma: “as próprias secretarias não têm como me repassar informação, eu preciso delas para fazer o turismo”. Mas, afirma uma parceria com a EMPETUR e a Fundarpe. Com esta visão, o planejamento do turismo pode ser prejudicado devido à complexidade que envolve a atividade abrangendo todas as secretarias do município, que deveriam trabalhar em conjunto (SELVA, 2012) já que o turismo é a principal atividade econômica da ilha e movimenta o setor de comércio e serviços. O secretário municipal afirmou ainda que “hoje a gestão do município turisticamente falando, se baseia única e exclusivamente na prefeitura e na secretaria do município”.

Outra preocupação na gestão do turismo é a capacidade de carga. Segundo o gestor de turismo da Ilha “O município tem 23 mil habitantes e qualquer final de semana normal, sem ser feriadão, sem ser nenhuma data especial, nós recebemos 100 mil, 120 mil visitantes e turistas”. Porém a prefeitura tem trabalhado para tentar equilibrar o contingente onde no futuro deseja implantar a Taxa de Preservação Ambiental (TPA), como é cobrada no Distrito Estadual de Fernando de Noronha.

De uma maneira direta um dos gestores municipais afirmou saber como desenvolver o turismo na Ilha de Itamaracá, mas responsabilizou o Estado por oferecer condições por meio de recursos e apoio no desenvolvimento da atividade apontando as dificuldades financeiras, o acesso e as políticas públicas do estado que não saem do papel, resumindo no texto abaixo:

“Então eu não tenho acesso. Eu tenho três presídios, eu tenho os problemas daqui que existe, isso é uma poupança negativa que eu recebo. Qual a ação que o Estado, eu digo que a gente precisa do Estado e o Estado precisa do Governo Federal. Qual a ação que o Estado tá fazendo pra retirar os presídios daqui? O presídio de Itaqui não cabe mais os presos daqui, e outros detalhes. Eu não digo mais, mas quando estive no governo do Estado eu dizia essa rota nosso aqui se chama Rota Náutica coroa do avião, eu digo, não é a “Rota dos Presídios”, porque eu tenho o COTEL, em Abreu e Lima, o presídio de Igarassu, eu tenho três em Itamaracá, e agora estão fazendo um em Itaqui, depois vai ter um em Aracoiaba, então isso não é rota turística”.

Por outro lado, ao indagar sobre a intenção e ações para o desenvolvimento do Turismo no Litoral Norte um dos representantes da Secretaria Estadual de Turismo afirmou que:

“A atual política pública do Estado tem foco na interiorização do turismo. Para tanto vem desenvolvendo diversas ações como o Programa de Regionalização do Turismo - PRT, em parceria com o Ministério do Turismo - MTur, que visa apoiar a estruturação e a gestão municipal em cidades turísticas; ações do Prodetur com restauro de edificações históricas e obras de infraestrutura; publicações informativas, como o guia Pernambuco de 1 a 8 Dias; e ações e publicações promocionais, tanto em impressos como em diversas mídias incluindo a nova campanha que utilizará as redes sociais para a promoção de destinos – tudo isso incluindo a Ilha de Itamaracá”.

Ele ainda informou que “existe a intenção de retirada dos presídios. Porém ainda não foi definida a forma de uso da área. Cogitou-se, em passado recente, a possibilidade de uma licitação para a implantação de resort na localidade, mas nada está definido”. Destaca-se que a implantação de resort, porém para Magalhães (2012) e Yáziqi (2003) estes empreendimentos apresentam-se inadequado com uma política de sustentabilidade, pois, impede o contato dos turistas com a comunidade visitada, privando ambos dos benefícios deste contato ao confinar os turistas em ambientes produzidos que em muitos casos degradam a paisagem natural e cultural do lugar turístico. Porém, quando há um monitoramento por parte do poder público os impactos negativos podem ser mitigados por ações corretivas destes empreendimentos, e os impactos positivos podem se sobressair, sobretudo na dimensão econômica com a geração de emprego e renda para a comunidade local. Ressalta-se ainda que podem ser realizadas apresentações culturais dentro dos espaços de “confinamento” promovendo e valorizando a identidade local. Outros aspectos positivos dos resorts é que estes espaços primam por uma gestão de qualidade e buscam certificações para suas ações beneficiando por consequência o meio ambiente natural e social.

Na visão de um pesquisador inglês, atualmente morador da Vila Velha, a gestão do turismo na Ilha de Itamaracá precisa investir na promoção do patrimônio cultural e praticar ações que possibilite uma demanda turística que vá além do período de alta estação como o turismo cultural, que tem a Vila Velha com o principal produto incluindo a Trilha dos holandeses. Em sua fala percebe-se a ausência de políticas voltadas a preservação do patrimônio como no trecho abaixo:

“Temos aqui atrativos turísticos que são únicos. Você vê aqui a igreja mais antiga do Brasil. Isso é o suficiente para promover e criar um turismo o ano inteiro. Não se tem uma noção do que é turismo aqui na ilha. Nenhuma das repartições da prefeitura, ou seja, dos órgãos públicos. Por exemplo, a trilha dos holandeses(...) essa cerca de madeira (Estrutura do mirante) não é da prefeitura, isso foi feito por moradores! A prefeitura não tem absolutamente nada feito aqui para promover a questão histórica daqui(...). Falando de questão do turismo aqui na ilha nos últimos festivais de carnaval, a prefeitura contratou uma banda chamada aborto do suvaco. Mas é impossível, inimaginável. Eu não sei, você como brasileiro, um grupo chamado aborto do suvaco? Você nem sabe o que isso quer dizer, o que quer dizer isso? O cheiro do suvaco... Esse é o nível cultural por aqui”.

É possível identificar a reprovação do pesquisador inglês em relação às ações que a prefeitura tem desenvolvido, onde nos momentos de grandes eventos concede prioridade a uma cultura que não caracteriza o patrimônio histórico e cultural da ilha. Ele ainda denuncia o abandono que tem acontecido na trilha dos holandeses e com as ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Na Vila Velha é visível o abandono inclusive nas placas de informações turísticas que ainda resistem (Figura 23) embora o Secretário tenha informado estava trabalhando a sinalização turística do município.

Figura 23 – Placa de sinalização turística do tipo informativa sobre a Vila Velha em condições precárias



Fonte: Jefferson Candido, fevereiro de 2016.

Em entrevista com um morador da Vila Velha ele afirmou:

“Este lugar é a onde eu moro há trinta anos, os políticos hoje se fossem por parte deles isso aqui já não existiria mais. Porque eles pretenderam acabar com os lugares históricos mais o povo fala mais alto (...) a vontade deles eram destruir com a história de Vila Velha, mais como não conseguiram, não estão fazendo nada para ajeitar as trilas (dos holandeses)”.

O morador explicou que a vila por ser um local de relevante valor histórico impede o avanço do setor imobiliário que já cercou o entorno da Ilha. Ele acredita que se Vila Velha perder seu valor histórico, logo o lugar será dominado pelas empresas imobiliárias, e que a inércia política estaria ajudando com o processo de desvalorização.

A Secretaria de Turismo de Pernambuco (SETUR/PE, 2008) classifica a turismo na Ilha de Itamaracá, juntamente com Igarassu e Itapissuma como nível II levando em consideração o grande potencial do lugar atual, e a considera ainda como um destino que já foi consagrado no passado, reconhecendo como um importante destino turístico no qual destaca o segmento de sol e mar. Porém, a sua cultura e os demais recursos naturais conseguem atrair turistas este lugar turístico encontra-se saturado.

Com base nas entrevistas e questionários é possível identificar o quanto encontra-se fragilizada a gestão do turismo na ilha. O fluxo vem caindo e o perfil que hoje visita a ilha é considerado pelo Secretário municipal do turismo como de médio a baixo nível destacando os veranistas. A população encontra-se desacreditada com as atividades turísticas que no passado eram mais visíveis no município e com as gestões que se sucederam nos últimos 10 anos de tal forma que chegam a indagar: “Turismo na Ilha? Isso foi há muito tempo...”

A falta de articulação políticas tem prejudicado a espacialização do turismo, com uma infraestrutura modesta e serviços que podem melhorar em muito. O discurso futurista da atual gestão revela que na atualidade o turismo local sustenta-se na esperança da gestão pública colocar em prática o conhecimento do “saber desenvolver” o turismo afirmado em seu discurso já que no presente não se observa uma política adequada ao paradigma da sustentabilidade pela falta de incentivo ao ecoturismo, a educação ambiental, a valorização da cultura local e o bem-estar da comunidade.

Na prática, percebe-se que não há de fato uma educação ambiental direcionada a moradores e turistas, como reflexo tem-se uma paisagem degradada em suas dimensões econômicas, social e ecológicas.

Contudo, o auge do turismo na ilha aconteceu nos últimos anos de 1970 até o início da década de 1990, e hoje encontra-se estagnado (CARVALHO, 2009). Segundo um dos

secretários do município, há pelo menos 15 anos, o turismo vive em declínio e o mesmo responsabiliza a gestão pública por essa situação:

“O descaso dos governos estadual, federal e municipal nesses 25 anos é que elevou a Ilha de Itamaracá a ser basicamente a última cidade do Litoral Norte a ser visitada pelos turistas quando chegam a Recife, os próprios taxistas pela proximidade com Porto de Galinhas passaram a não vender a Ilha...”

Já Carvalho (2009) atribui a decadência do Litoral Norte ao marketing negativo das instalações das unidades prisionais da Ilha¹² e políticas públicas e associações dos empresários, que redirecionaram o fluxo turístico para o litoral sul, especificamente para as praias de Porto de Galinhas, Muro Alto e Maracaípe.

Com base em Araújo (2012, p. 62) percebe-se que a Ilha de Itamaracá encontra-se em uma fase de estagnação com um declínio, como afirma o Secretário Municipal de Meio Ambiente: “se continuar do jeito que está, o turismo na ilha vai se acabar”.

Esta situação de declínio é um reflexo da gestão do turismo que poderá atingir o estágio de pós-estagnação, onde poderá sofrer um processo de requalificação e produção de novos atrativos por meio de uma intensa campanha de marketing liderada pelo poder público (ARAÚJO, 2012, p. 64). Com esta visão, o Governo Federal lançou no ano de 1994 o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE – que concedeu créditos ao setor público para estados e municípios aplicarem em programas e projetos que melhorasse a infraestrutura turística e poder desenvolver um turismo de boa qualidade que beneficiou também o município da Ilha de Itamaracá. O PRODETUR/NE foi financiado através dos recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID – juntamente com o Banco do Nordeste¹³ que foi o órgão executor (BANCO DO NORDESTE, 20016). O PRODETUR/NE financiou atividades como infraestrutura básica nos municípios com saneamento, transportes, urbanização; projetos de cunho ambiental, histórico e cultural; e capacitação profissional. Todas estas ações desenvolvidas pelo programa de desenvolvimento colaboraram para uma maior competitividade entre os municípios diante do mercado turístico. O programa teve sua primeira fase iniciada no ano de 1994, e a segunda fase teve início em 2002 e foi concluída em março de 2012. Diferente da primeira fase, que visava a infraestrutura básica, a segunda foi concentrada no planejamento estratégico financiando pesquisas e elaborando planejamentos.

¹² Penitenciária de segurança máxima Professor Barreto Campelo; penitenciária agro-industrial São João, com regime semiaberto; Hospital de custódia e tratamento psiquiátrico (manicômio judiciário);

¹³ “O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1649, de 19.07.1952, e organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, tendo mais de 90% de seu capital sob o controle do Governo Federal” (BANCO DO NORDESTE, 20016)

Como exemplo, o governo de Pernambuco apresentou o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) em 2004 como um planejamento para o desenvolvimento do turismo em nível regional, como o Pólo Costa dos Arrecifes no qual a Ilha de Itamaracá está inserida visando melhorias na oferta turística a partir de diagnóstico e planos de ações (SETUR/PE, 2004). No Quadro 8, é apresentada uma análise dos pontos fortes e fracos do município realizada pelo Secretaria de Turismo Estadual por meio do PDITS com intuito de verificar o potencial da atividade turística.

Quadro 8 – Pontos positivos e negativos da Ilha de Itamaracá identificados pelo Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
Grande beleza cênica;	Poluição visual;
Município de grande interesse turístico	Ocupação urbana desordenada
Destino turístico do estado consagrado	Poluição muito expressiva do meio ambiente com resíduos sólidos
Grande valor histórico/cultural	Sinalização turística precária
Presença do Forte Orange	Necessidade de Centros de Informações turísticas;
Meio Ambiente turístico/natural privilegiado	Limpeza Urbana muito precária, inexistente ou inoperante
Potencial para trilhas ecoturística	Vila Velha com mirante e Igreja sub aproveitado e com resíduos sólidos
Presença de empreendimentos turísticos/hoteleiros	Ocupação desordenada e precária

Fonte: SETUR/PE (2004).

A análise mostra que o município ainda apresenta grandes desafios na busca de um turismo sustentável principalmente na questão da poluição pelos resíduos urbanos mencionados por três vezes no documento. Por outro lado, ela mostra que o município tem um forte potencial para o ecoturismo e o turismo cultural representado pelos recursos naturais e pelo patrimônio histórico e cultural que consagram a Ilha de Itamaracá em um destino turístico de grade interesse.

Vale ressaltar que a identificação dos pontos positivos e negativos realizado pelo PDITS já fazem 12 anos, porém, os problemas ainda são os mesmos, como o lixo, a sinalização precária, a deficiência de limpeza dentre outros, mostrando um descaso da gestão local para com a atividade turística no município. Destaca-se que o Portal G1 da Rede Globo Nordeste, noticiou em 06 de outubro de 2016 o seguinte: “Prefeito comandava desvio de verba em

Itamaracá, dizem polícia e MPPE. Detalhes da 'Operação Itakatu' foram repassados nesta quinta-feira (6). Investigadores informaram que fraude pode superar os R\$ 11 milhões” (GLOBO.COM, 2016). Com estes rumores de corrupção e desvio de verba pública que a reportagem afirma ter início da gestão em 2013, o turismo na Ilha de Itamaracá ficou prejudicada, refletindo negativamente na imagem da Ilha e na qualidade de vida dos moradores e turistas.

Contudo, projetos como a recuperação do Forte Orange (Figura 24) é um exemplo de ação do PRODETUR Nacional na Ilha de Itamaracá para a manutenção do turismo e desenvolvimento local. Segundo o Ministério do Turismo (2015), o estado de Pernambuco recebeu US\$ 125 milhões do PRODETUR e o Forte Orange já está com 80% de execução. Segundo o JC *on line* (2016), a obra está orçada em 11 milhões, que deveria ser concluída no final de 2015 mas foi reajustada com uma previsão para o ano de 2017.

Figura 24 – Obras de requalificação do atrativo turístico forte Orange com verbas do Prodetur



Fonte: JC *on line* (2016).

O Quadro 9 apresenta as ações anunciadas pelo governo estadual para o Litoral Norte do estado. Observa-se que só a Ilha de Itamaracá alcançou um investimento direto em um montante de aproximadamente 9 milhões e mais um investimento conjunto na PE-35 de “R\$ 13.777 milhões destinados aos 18 km da rodovia, que receberão a partir da primeira semana de janeiro [2013] serviços de terraplanagem, pavimentação, drenagem e sinalização. A obra está prevista para durar um ano” (GOVERNO DE PERNAMBUCO, 2013).

Quadro 9 – Investimento do Governo Estadual com o Prodetur

Ação	Município	Valor
Requalificação do Mercado de Itapissuma e da Praça Agamenon Magalhães	Itapissuma	R\$ 1.821 milhão
Capacitação profissional dos permissionários do Mercado de Itapissuma	Itapissuma	R\$ 193 mil
Obra de Requalificação da PE 35	Igarassu, Itapissuma e Itamaracá	R\$ 12.346 milhões
Supervisão da Requalificação da PE 35	Igarassu, Itapissuma e Itamaracá	R\$ 805 mil
Projeto Executivo da Rotatória de Igarassu	Igarassu	R\$ 127 mil
Implantação da Rotatória de Igarassu	Igarassu	R\$ 1.530 milhão
Estudo de Viabilidade e Plano de Gestão do Sítio Histórico de Igarassu	Igarassu	R\$ 281 mil
Projeto Executivo da Casa do Artesão*	Igarassu	R\$ 193 mil
Projeto Executivo da Requalificação do Museu Histórico*	Igarassu	R\$ 202 mil
Estudo de Viabilidade e Plano de Gestão do Forte Orange	Itamaracá	R\$ 184 mil
Obra de restauração do Forte Orange	Itamaracá	R\$ 8.352 milhões
Supervisão da obra de restauração do Forte Orange	Itamaracá	R\$ 550 mil
Estudo de viabilidade, plano de gestão e projeto executivo do Espaço Cultural e Centro de Informações Turísticas de Goiana	Goiana	R\$ 500 mil
	Total	R\$ 27 milhões

Fonte: Governo de Pernambuco (2013).

Como pode-se observar, as obras direcionaram-se para o Forte, e a pavimentação do trecho da PE 35 somente foi executada no ano de 2016 e até o mês de agosto ainda não tinha sido iniciada o trecho na Ilha. Ainda de acordo com o relatório de ações 2012, publicado pela Secretaria de Turismo do Estado no qual apresentou-se os projetos concluídos com verbas do PRODETUR Nordeste II, foi observado que foram investidos R\$ 654.000,00 no projeto de requalificação do engenho São João, na Ilha de Itamaracá, porém até o mês de outubro do ano de 2016 nenhuma obra foi iniciada no local; o mesmo aconteceu com o projeto Plano de Revitalização de Vila Velha no qual publicou-se que foram gastos R\$ 330.000,00; no Referido relatório ainda verifica-se que foram gastos R\$ 7.500.000,00 com Sinalização turística do Litoral, e neste último a ilha foi de fato contemplada (SETUR/PE, 2012).

Nesta perspectiva, ações de cunho político observada nos últimos 10 anos incentivaram no desenvolvimento do turismo na ilha pela fixação de placas de sinalizações turísticas dispostas nas principais vias de acesso aos destinos turísticos; pela qualificação de alguns

profissionais através do PRONATEC¹⁴ a partir de 2011, que segundo o Secretário de Turismo Municipal em toda ilha foram qualificadas 1.500 pessoas em diversos segmentos; e na restauração do Forte Orange (em andamento).

Porém, essas ações ficaram isoladas e não obtiveram a manutenção necessária, tem-se como exemplo as placas de sinalização turística do tipo informativa em avançado estado de degradação, além da falta de: centro de informações turísticas, guias financiados em parte pela prefeitura (convênio), policiamento especializado (Ciatur), educação ambiental para o turista e a comunidade, manutenção de Vila Velha, requalificação dos engenhos São João e Amparo, reparo no espaço cultural de Lia e das instalações do projeto peixe boi que embora não seja de responsabilidade da prefeitura é hoje um importante atrativo para a ilha, porém encontra-se fechado para visitação desde o início de 2015 por tempo indeterminado. Ressalta-se ainda que no site da prefeitura não dispõe informações da história da ilha nem dos atrativos turísticos que dispõem no município, perdendo-se um excelente espaço para divulgar a paisagem turística e aumentar a demanda, onde ainda poderia se utilizar deste meio para transmitir mensagens sobre educação ambiental e influenciar nas reflexões e atitudes dos turistas e moradores.

Portanto, é imprescindível que as políticas públicas da Ilha de Itamaracá estejam voltadas ao desenvolvimento do turismo buscando a sua reestruturação com base sustentável, sobretudo em conjunto com a sociedade por meio de uma gestão democrática e descentralizada, seguindo as orientações do Ministério do Turismo (BRASIL, 2013), possibilitando assim novas transformações no espaço turístico.

5.2 Identificação dos impactos do turismo na Ilha de Itamaracá

O turismo como uma atividade socioeconômica possui uma pegada ecológica que deve ser avaliada para que possibilite a identificação dos futuros danos, resultado de ações inadequadas da humanidade tomadas no passado e no presente.

Neste item pretende-se responder a um dos objetivos específicos deste trabalho, que é a identificação dos impactos socioambientais provenientes do turismo na Ilha de Itamaracá. Esta identificação trata-se de uma enumeração das consequências das ações antrópicas por meio da indução e dedução (SÁNCHEZ, 2013). Para esta pesquisa considerou-se aos impactos potenciais e os impactos socioambientais do turismo que já se materializaram no ambiente investigado.

¹⁴ O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal, em 2011, por meio da Lei 12.513/2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país.

Com base no paradigma da sustentabilidade, visando uma melhor compreensão desta pesquisa, os impactos socioambientais do turismo foram fragmentados em três dimensões: social, econômica e ecológica.

Ao analisar os impactos sociais percebe-se que a dimensão sociocultural é preterida em relação às demais, dando-se mais ênfase à ecológica. Supõe-se que isso acontece pela dinâmica lenta e discreta dos impactos sociais, todavia, de forma constante que raríssimas vezes podem ser revertidos (SWARBROOK, 2000). Percebeu-se que as atividades do turismo alteraram a estrutura social no município.

Na atividade turística o choque cultural é um dos mais visíveis e pode gerar um desconforto aos moradores quando realiza uma autoanálise de sua situação e idealiza nos turistas o padrão ideal de conduta (DIAS, 2003, p.29), além da modificação do consumo da população local, a transmissão de doenças e manifestações de etnocentrismo que reduz a autoestima da comunidade impactada. Na Ilha de Itamaracá, pode se perceber que a população local está sob o processo de aculturação¹⁵, como exemplo percebe-se que a ciranda de Lia tem sido, renegada diante de subculturas como o brega e outras como o funk que promove a ostentação, fragilizando a identidade cultural do local e criando possibilidades da subcultura tornar-se a cultura central (SANTOS, 2013, p.114). Em um dos questionários aplicados na Ilha, um dos respondentes sugeriu como melhora para o desenvolvimento do turismo local o seguinte: “Mais limpeza, mais educação e menos Pablo¹⁶”.

O brega também é citado por uma outra pessoa: “O que eu sugiro? Itamaracá tá precisando de tudo. Uma Ilha linda onde tinha muito turismo, que hoje em dia tá tudo acabado, só tem drogas, bregas e desrespeitos, precisando de um prefeito que faça a diferença”.

Esta interferência de culturas externas na identidade local, embora não tenha como causa o turismo em sua totalidade, a atividade turística potencializa a aculturação quando não há um incentivo à cultura local para fortalecer a identidade do lugar. Quando isto acontece, a vulnerabilidade cultural do lugar visitado é aumentada. É importante destacar que em um ambiente há espaço para a diversidade cultural, porém não se deve perder a identidade cultural deste lugar, pois o patrimônio cultural é um dos recursos utilizados pela atividade turística e precisa ser conservado.

Outra manifestação deste processo de aculturação percebe-se pela mudança da divisão de trabalho que o turismo influencia na ilha. Houve uma redução dos pescadores que migraram para os serviços turísticos e uma reorganização do espaço pelo processo de turistificação. Em

¹⁵ “Processo de fusão ou assimilação de culturas” (SANTOS, 2013, p.116)

¹⁶Nome artístico de um cantor e compositor brasileiro, dos ritmos arrocha e Brega.

entrevista com um morador do pontal, localizado no extremo Norte da ilha, o mesmo ressaltou a importância do turismo na geração de empregos e na modificação da paisagem que nos últimos anos tem se intensificado. Ele ainda afirmou o seguinte:

“Com o turismo veio a construção civil, ai veio os caseiros, ai foi crescendo, crescendo... Porque a maioria era tudo pescador, e com isso foi tudo mudando... Fez só aumentar, porque essas construções, não são tão antigas assim, é recente. O máximo que tiver aqui dessas casas é 30 anos, as mais velhas. Só crescendo aqui o turismo...”

Ao indagar ao mesmo entrevistado sobre o avanço das construções sobre o mangue ele mostrou-se preocupado e afirmou que a prefeitura deveria agir para impedir o constante avanço: “Ai a prefeitura ia ter que agir né? Ia ter que agir porque isso aqui mesmo já é um avanço muito grande, porque perto do mangue isso ai com certeza vão querer derrubar pra fazer casa. A prefeitura tem que se conscientizar, só o que já está marcado que pode construir”.

Hoje em Itamaracá poucos pescadores vivem do seu ofício. Em entrevista com morador de Vila Velha, o senhor Moisés revelou que é preciso complementar a renda. Esta afirmação revela que os pescadores não conseguem acompanhar o ambiente que o turismo proporcionou – um ambiente com supervalorização dos preços que é insustentável para a população de baixa renda.

Conforme Swarbrook (2000), assim como em outros lugares, o produto turístico na Ilha de Itamaracá é consumido de forma sazonal, mesmo sendo a economia do município baseada no turismo. Grande parte das oportunidades de emprego é oferecida pelo setor hoteleiro e pela indústria de alimentos e bebidas, com poucas ressalvas para o mercado informal como os ambulantes. Porém, o caráter inconstante do turismo dificulta o equilíbrio da economia.

Influenciada pelo turismo, uma das causas que afeta em parte de modo negativo a economia local são as casas de segunda residência presentes na Ilha Itamaracá. Pois, das pessoas que possuem uma segunda residência na ilha, uma grande maioria aluga seus imóveis a terceiros, que poderiam estar hospedados em umas das diversas formas de hospedagem que é oferecida como serviço turístico. Isso influencia negativamente nas oportunidades de empregos e também no movimento de capital dentro do município impactado.

Ressalta-se que, os turistas que alugam uma casa de segunda residência, provavelmente, trazem consigo seus recursos alimentícios, limitando-se a poucas refeições nos estabelecimentos locais, utilizando-se do discurso de que os produtos em lugares turísticos são mais caros quando comparados a outros lugares com função distinta. Como isso, gera um declínio nas vendas para o setor de referência.

O turismo tem influenciado ainda na modificação dos espaços na ilha principalmente impulsionando o mercado imobiliário que por consequência tem elevado os preços dos terrenos e moradores locais são relegados a se afastarem da praia onde o valor dos imóveis é exorbitante causando uma segregação mais acentuada nas camadas sociais. O pescador, o artesão e os pequenos comerciantes, assim como outros trabalhadores não conseguem renda suficiente para acompanhar as bolhas especulativas dos imóveis que estão impedindo o direito à moradia da população local, garantido pela Constituição Federal (BRASIL, 1988) ocasionada não apenas pela dinâmica comercial mas tendo o processo de turistificação destes espaços como parte da atividade turística (CASTILHO, 2012).

O descontrole do avanço imobiliário cada vez mais se aproxima da linha de praia trazendo impactos às restingas – formas de vegetação típica das áreas costeiras – e muitas vezes não permitindo o acesso da população às praias por meio de barreira físicas, construções limitadoras, cercas, condomínios, ou ainda de forma imaginária onde os aspectos sociais de seus usuários selecionam o público pelo seu status (CRUZ, 2003). Este avanço pode ser percebido por toda a costa do município, revelando muitas vezes o descaso da própria prefeitura ao permitir o lançamento de esgotos nas praias sem o devido tratamento (Figura 25).

Figura 25 – Construções e lançamento de esgoto na praia do Pilar



Fonte: Jefferson Candido, fevereiro de 2016.

Um dos impactos mais frequentes do turismo em áreas costeiras acontece pelo lançamento dos resíduos sólidos no meio ambiente. Na Praias do Pilar (Figura 26) e do Forte (Figura 27) esta prática é bastante comum, revelando falta de sensibilização tanto dos turistas quanto dos moradores que fazem uso destes recursos como uma alternativa de lazer ou de trabalho, no caso dos comerciantes. Os resíduos descartados de forma inadequada causam um grande impacto visual no ambiente e um odor desagradável, além de ser um vetor para

transmissão de doenças. A médica especialista em clínica geral, Isabel Oliveira, em entrevista ao Portal da Globo na internet, afirmou que:

“O descarte irregular do lixo pode ser um vilão nas praias. Acumular papéis de picolé e restos de comida e bebida, por exemplo, pode tornar o ambiente perfeito para as bactérias. "Lixos colocados irregularmente nas praias servem como um meio propício para as bactérias, e fungos também se proliferarem", completa Isabel Oliveira. Para não deixar que a diversão se torne um risco à saúde, é aconselhável se manter sempre bem hidratado e observar o descarte do lixo na praia (GLOBO.COM, 2015)”.

O lixo lançado nas praias deteriora a imagem que é vendida como paisagem turística, dificultando o marketing utilizado para fomentar o turismo, que muitas vezes se utiliza de técnicas para “maquiar” a imagem do produto ofertado. Segundo a reportagem publicada pelo *JC on line* (2014)

As três principais praias da Ilha de Itamaracá (Jaguaribe, Pilar e Forte) acumulam problemas antigos: lixo e mato, calçamento obstruído, construções irregulares na faixa de areia e esgoto a céu aberto, que toma conta das ruas e invade a praia. A falta de infraestrutura somada à ineficiência do poder público resulta na insatisfação dos moradores e turistas. Comerciantes sentem no bolso a redução do número de visitantes ao que seria um dos principais destinos turísticos do Litoral Norte do Estado.

O *JC on line* (2014) ainda publicou o desabafo da moradora C.M.A que responsabilizou a administração pública pelo problema, afirmando: “isso afastou os turistas daqui, acabou. Nunca mais vi um americano. Itamaracá está acabada”.

Figura 26 – Imagens de resíduos lançados na praia do Pilar

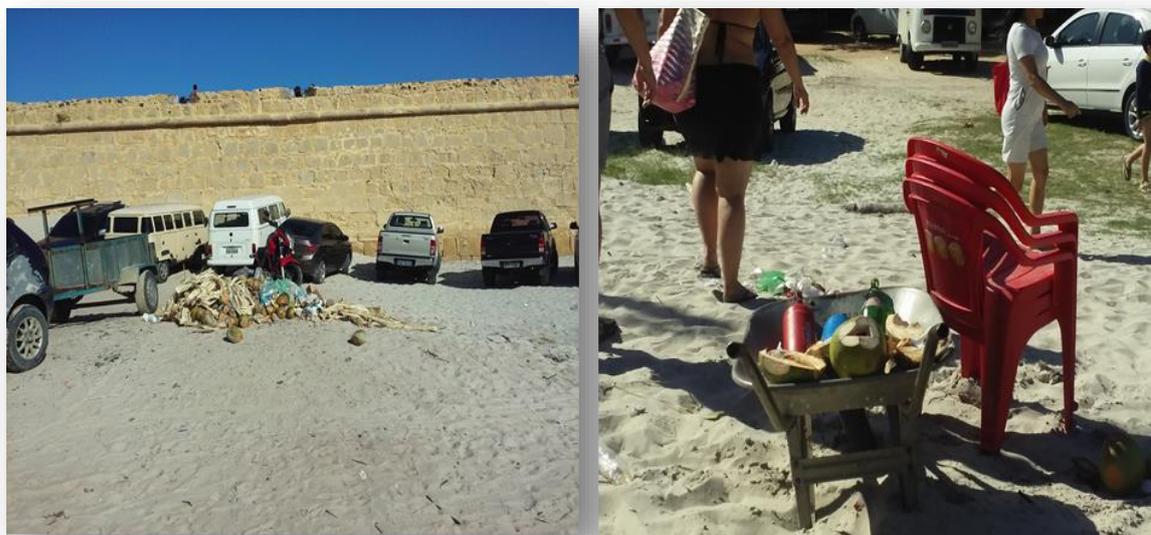


Fonte: Jefferson Candido, fevereiro de 2016.

Observa-se que os resíduos sólidos estão dispostos por vários trechos das praias, e esta situação não é algo recente como pode-se perceber pela dada das reportagens do *JC on line*

(2014) da Globo.com (2015) e das observações realizadas em 2016 durante a pesquisa de campo onde contatou-se que moradores e turistas reclamam constantemente da falta de limpeza e manutenção dos atrativos. Ressalta-se que em 2016 o prefeito foi chamado para prestar depoimento à justiça por desvios de verbas referente aos contratos de coletas de lixo (GLOBO.COM, 2016). É notável o descaso da gestão pública com a atividade turística (Figura 27) no município que há muitos anos tem enfraquecido o turismo na Ilha de Itamaracá.

Figura 27 – Imagens de resíduos lançados na praia do Forte



Fonte: Jefferson Candido, fevereiro de 2016.

O turismo como uma atividade que envolve diversos segmentos da esfera pública e privada, precisa ser pensado e articulado em uma cooperação de seus agentes produtores e por meio de uma integração entre os órgãos municipais (SELVA, 2012). Nesta visão, a gestão municipal do turismo deve estar interligada para que aconteçam as coletas dos resíduos em ambientes turísticos, bem como atuando em conjunto com as secretarias de meio ambiente e da educação em caráter preventivo, utilizando-se da educação ambiental como ferramenta de gestão para garantir a sustentabilidade do meio ambiente e dos lugares turísticos.

Durante a pesquisa de campo nas praias, não foi avistado servidores da prefeitura atuando na remoção dos resíduos nem na orientação dos turistas quanto ao acondicionamento correto do lixo ou mesmo na entrega de sacos aos trabalhadores deste meio. Em uma conversa informal com alguns destes trabalhadores, eles informaram que não há, por parte da prefeitura, uma ação de educação ambiental e o acúmulo do lixo vem prejudicando seus negócios.

O lixo deixado pelos turistas já foi inclusive matéria de reportagem pelo NETV, um telejornal local de Pernambuco exibido pela rede Globo de Televisão. A reportagem noticiou no dia 10 de janeiro de 2015 um aumento do lixo que nos dias normais a prefeitura recolhe um total de 30 mil toneladas por dia, mas nos períodos de alta temporada, como no verão, nos finais de semanas prolongados e no período das férias, o lixo chega a 110 mil toneladas por dia (NETV, 2015).

Outro impacto negativo observado na Ilha de Itamaracá é a poluição sonora, pois é um lugar propício às manifestações populares desenvolvidas em espaços públicos com as praças. Mas, os lugares de sossego transformam-se em um ambiente barulhento nos finais de semana com sons musicais perturbadores, sendo inclusive configurado como crime de perturbação de sossego. Porém, devido à falta de fiscalização por parte da gestão, que deveria ser integrada, esta tipicidade vem sendo negligenciada.

Um dos impactos potenciais do turismo na ilha, se dá pelo motivo da prática do turismo náutico, que devido as manobras que acontecem nas proximidades da areia da praia (Berma), há um grande risco de acidente envolvendo banhistas. Fato que deve ser monitorado pelas autoridades competentes. Porém, em entrevista com os secretários municipais da Ilha, pode-se afirmar que a responsabilização da fiscalização ficou por parte da Marinha do Brasil, embora exista um plano de zoneamento ambiental e territorial das atividades náuticas da Ilha de Itamaracá elaborado pela prefeitura estabelecendo as zonas para este tipo de atividades, porém, segundo o documento a responsabilidade de fiscalização ficou atribuída também a prefeitura da ilha, integrada com os seguintes órgãos públicos: Capitania dos Portos, Superintendência do Patrimônio da União (SPU), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais, Renováveis (Ibama), Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH), Prefeitura da Ilha de Itamaracá (ITAMARACÁ, 2012). O documento de referência ainda incentiva a capacitação de agentes costeiros municipais que deveriam colaborar nas fiscalizações das áreas zoneadas, porém não existe esse apoio municipal.

A demanda turística para Ilha de Itamaracá nos períodos de férias e no verão chega a aumentar dez vezes. A população que hoje é de aproximadamente 20 mil habitantes atinge cerca de 200 mil segundo informações da prefeitura cedidas à Rede Globo (NETV, 2015). Esta população flutuante causa grandes transtornos no trânsito (Figura 28) que se estende desde o início da sede de Igarassu, passando pelo município de Itapissuma, até transtornar o centro da cidade de Itamaracá. Com esse aumento populacional, segundo o diretor do hospital de Itamaracá, em entrevista a mesma reportagem do NETV, o estoque de material selecionado para um mês não condiz com a multidão que a ilha vem recebendo nos períodos acima

mencionados. Segundo o diretor, somente em 10 dias foram realizados 1.397 atendimentos, enquanto que o esperado para um mês é em média de 2.000 a 2.300 atendimentos (NETV, 2015). Se a tendência continuar, pode-se concluir que os atendimentos hospitalares são dobrados durante os períodos de referência.

Figura 28 – Engarrafamento na via do município de Itapissuma que dá acesso à Ilha de Itamaracá



Fonte: Jefferson Candido, janeiro de 2016.

Devido ao aumento da demanda em períodos especiais, outro impacto ocasionado pelo turismo na Ilha de Itamaracá se dá pelo abastecimento irregular da água. Em conversas informais com os moradores do lugar, foi averiguado que falta água nas torneiras abastecidas pela Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA) responsável pelo abastecimento público em todo estado. Segundo os moradores, se as residências não possuísem poço artesiano ficariam sem o recurso fundamental para a sobrevivência e as atividades do cotidiano.

Quando observados os impactos do turismo no meio natural da ilha, os recursos hídricos são os mais afetados, sendo as praias, os rios e os manguezais exemplos destes meios impactados. As praias são impactadas pelo avanço das construções e pelos resíduos sólidos. As construções impulsionadas pela especulação imobiliária também desmata a floresta tropical que ainda resta no município. Ressalta-se as condições das trilhas que estão abandonadas pelo poder público, necessitando de sinalização para a interpretação e conservação.

Na Ilha de Itamaracá foram identificados diversos impactos socioambientais desencadeado pelo turismo conforme estabelece o PNUMA (BRASIL, 2002) como: a especulação imobiliária a ocupação desordenada do litoral e mudanças de culturas tradicionais.

Com base no autor Nobre Filho *et al.* (2012) e Melo *et al.* (2013), o Quadro 10 apresenta uma matriz com checklists de alguns dos principais impactos socioambientais advindos do turismo na Ilha de Itamaracá. Os dados para elaboração do quadro 12 foram coletados por meio de entrevistas e observações como sugere a ABNT (2004) que ainda apresenta o ar, água, solo, flora, fauna, seres humanos, a estética, patrimônios históricos e cultural como áreas em que os Indicadores de Condições Ambientais (ICA) podem ser desenvolvidos. Ressalta-se que a análise e interpretação dos dados fica a cargo do analista facilitando a leitura dos dados brutos para uma tomada de decisão (SÁNCHEZ, 2013, p.291).

Os serviços de hospedagem (Figura 29) tem dinamizado a economia local com um crescimento de 67,8% entre os anos de 2006 a 2011. O Hotel Orange é um dos mais antigos da Ilha construído no final dos anos de 1980, época do auge do turismo no município.

Figura 29 – Orange Praia Hotel



Fonte: Cimicídio (2010).

Nesta perspectiva, os valores atribuídos ao Quadro 10 encontra-se baseada na leitura de diversos artigos científicos que tratam do assunto de referência, onde os impactos de grandes magnitudes são aqueles de significativa importância e que afetam um recurso ou ambiente importante, enquanto que os de pequenas magnitudes são aqueles que afetam de forma não significativa “sobre recursos ou ambientes resilientes ou de grande capacidade de suporte” (SÁNCHEZ, 2013, p.323). Em relação ao horizonte temporal (duração dos impactos) foi levado em consideração o tempo em anos.

Quadro 10 – Principais impactos socioambientais do turismo na Ilha de Itamaracá

Variáveis da atividade turística		Impactos	Valoração	Figura georeferenciada
Meio econômico	Rede de pousadas e hotéis	Empregos diretos	+G3	Figura 29 Lat. 7°48'37.35"S; Long. 34°50'30.00"O
	Comércio e serviços	Inflação	-M3	Figura 30 Lat. 7°48'36.40"S; Long. 34°50'24.50"O
	Segunda residência	Especulação imobiliária	- G3	Figura 31 Lat. 7°48'08.80"S; Long. 34°50'27.95"O
	Exigência de qualificação	Empregos mal remunerados e/ou sazonais	- P3	Figura 30 Lat. 7°48'36.40"S; Long. 34°50'24.50"O
Meio social	Utilização da superestrutura	Urbanização	+G3	Figura 32 7° 43' 58.58" S; 34° 49' 38.32" O
	Contato com a comunidade	Aculturação	-G3	Figura 32 7° 43' 58.58" S; 34° 49' 38.32" O
	Exigência de mão de obra qualificada	Mudança na divisão do trabalho e na função do lugar	- G3	Figura 33 Lat. 7°48'33.80"S; Long. 34°51'27.90"O
	Visitas a sítios históricos	Valorização dos patrimônios, aumento de conhecimento, conservação	+M3	Figura 34 Lat. 7°48'33.80"S; Long. 34°51'27.90"O
Meio Natural ou ecológico	Resíduos sólidos descartados	Poluição visual, vetores de doenças.	- M1	Figura 26 Lat. 7°44'43.23"S; Long. 34°49'24.27"O
	Deslocamento	Congestionamento	-M1	Figura 28 Lat. 7°46'40.50"S; Long. 34°54'01"O
	Superpopulação flutuante	Falta d'água, aumento no consumo de energia elétrica	- G1	Figura 35 Lat. 7°44'55.12"S; Long. 34°49'29.15"O
	Construção irregular para o fetiche do turista	Avanço sobre a linha de praia prejudicando o ambiente bentônico e aquático.	-G3	Figura 36 Lat. 7°44'43.23"S; Long. 34°49'24.27"O
	Aglomerções na praça do Pilar	Poluição sonora	-M1	Figura 37 Lat. 7°44'46.02"S; Long. 34°49'26.42"O

Legenda: + = Positivo; - = Negativo (Carácter);
P = Pequeno; M = Médio; G = Grande (magnitude);
1 = curta; 2 = média; 3 = longa (duração).

Fonte: Jefferson Candido (2016).

Na ilha de Itamaracá o turismo causou um aumento dos preços acima da média de seus valores comerciais elevando a inflação, prejudicando moradores locais e muitas vezes o próprio comércio, com destaque para a praia do forte em Itamaracá. Muitas vezes esta inflação, acontece pela sazonalidade e baixa remuneração dos comerciantes que se apoiam nos períodos de alta estação para extrair seu lucro em baixas temporadas (Figura 30)

Figura 30 – Aumento dos preços dos produtos na Ilha



Fonte: adquirida e georeferenciada através do programa Google Earth, Novembro de 2012.

A especulação imobiliária (Figura 31) elevou os preços dos terrenos na década de 2000 em média três vezes os valores que eram comercializados no início dos anos de 1990, onde um terreno com uma dimensão de 13m x 40m custava em média R\$10.000,00 passou a custar em média R\$ 30.000,00 (CARVALHO, 2009) influenciado, sobretudo, pelo turismo e as casas de segunda residências.

Figura 31 – Especulação imobiliária em alta em Itamaracá



Fonte: Jefferson Candido, ago. de 2016.

O poder impactante do turismo sorrateiramente prejudica a cultura quando não bem trabalhado. Na Ilha de Itamaracá a comunidade local tem sido impactada com o processo de

aculturação onde é possível que aos poucos, a manifestação cultura Ciranda de Lia (Figura 32) esteja perdendo espaço para outras manifestações prejudicando o turismo cultural no município, uma vez que ele se utiliza do potencial cultural diferenciado como matéria prima.

Figura 32 – Utilização da superestrutura urbana para a realização da ciranda na Ilha de Itamaracá



Fonte: Ecos do telecoteco, 2009.

Muitos moradores deixaram atividades tradicionais como a pesca, a agricultura e o artesanato para vender souvenir aos turistas (Figura 33), porém a renda é sazonal e de baixa remuneração no local, servindo apenas, em muitos casos como um complemento para o trabalhador.

Figura 33 – Microempreendedor de artesanatos



Fonte: Jefferson Candido, fev. de 2016.

O modismo contemporâneo da humanidade em viver próximo ao mar associado às práticas turísticas como um meio de fuga do estresse urbano e em busca do lazer contribuiu maciçamente pela ocupação e muitas vezes a privatização das praias, na Ilha de Itamaracá observa-se essa prática ao longo de sua costa (Figura 36).

Figura 36 – Avanço das construções na Praia do Pilar impulsionadas pelo turismo



Fonte: Ricardo Araújo, 2010.

Na Figura 37 turistas e moradores aproveitam-se do período carnavalesco e em alguns finais de semana para extravasar sua alegria e acaba por infringir a lei causando uma poluição no ambiente da Ilha de Itamaracá.

Figura 37 – Poluição sonora na Praça do Pilar



Fonte: Anderson Campos (2016).

Uma graduada em Gestão de Turismo pelo IFPE, destacou a importância do poder público diante dos impactos socioambientais do turismo na ilha ressaltando o olhar que o Estado precisa ter para com o meio natural e social, além do econômico:

“Primeiramente, eu acho que os órgãos públicos devem tomar a frente com relação essa problemática até porque no caso setor privado a gente tem a visão de que o setor privado visa muito o lado financeiro, o econômico, então o setor público deve tomar a frente dessa situação de forma a direcionar, ditar as diretrizes, aquele setor privado que deve fazer o uso daquele recurso, e de que forma ele pode repor os danos causados. Isso também deve ter um envolvimento da comunidade diretamente envolvida naquela região para que esses recursos ele também venha favorecer a essas comunidades e nada melhor do que você envolver a população que dali de repente, retira a sua sustentação, o seu salário mensal (Turismóloga, 2016)”.

Nesta perspectiva observa-se que o município da Ilha de Itamaracá precisa de uma gestão mais ativa, descentralizada e conservacionista diante dos recursos naturais e culturais, privando pelo turismo sustentável.

5.3 Instrumentos de gestão para a tomada de decisão no âmbito do setor público

Em busca do turismo pautado na sustentabilidade, o planejamento em nível municipal (local) deve considerar a comunidade como uma variável importante no desenvolvimento do turismo. Participação efetiva da população nas tomadas de decisões são marcantes em uma gestão participativa. Com base nas orientações do Ministério do Turismo as prefeituras deverão instituir uma instância de governança dando voz e empoderamento à sociedade civil, por meio de seus representantes comunitários, sindicais e outros.

Por este motivo, sendo o turismo uma atividade de essência econômica, é imprescindível que os órgãos municipais da prefeitura da Ilha de Itamaracá realizem um planejamento com os horizontes voltados ao desenvolvimento do turismo, pois a Ilha é um lugar turístico que por consequência esta atividade consome o espaço em que se espacializa (CRUZ, 2003).

Em análise sobre as tomadas de decisões da gestão do turismo na Ilha de Itamaracá, é possível identificar falhas na gestão do turismo em se tratando de uma gestão participativa.

Segundo a funcionária do hotel Ruínas do Pilar, que trabalha no estabelecimento há mais ou menos 2 anos, a prefeitura não tem chamado o setor hoteleiro para participar da gestão do turismo local em momentos de elaboração de projetos ou ações que envolva o turismo bem como nos demais estágios do planejamento. Ao indagar a esta funcionária a respeito da participação na gestão ela informou o seguinte: “Eles não chamam nada, nada... a gente não sabe de nada que vai ter, não sabemos de nada, infelizmente” (Funcionária do hotel Ruínas do Pilar, 2016).

Já em entrevista com o Gerente da pousada Vento Leste, ao indagar sobre a participação do setor hoteleiro na gestão do turismo da Ilha e se prefeitura tem convidado o setor a participar do planejamento e em suas ações foi dada a seguinte resposta:

“Não. A última reunião que a gente teve foi com o governo do Estado, que foi com o secretário do turismo, ele veio e fez uma reunião do Peixe – Boi e daí só foi promessa, né... só foi conversa política e ficou por isso mesmo... foi no mês de junho e julho do mês passado, mas estava presente o secretário de turismo da Ilha, o prefeito, enfim... mas, sempre quando eles fazem alguma coisa, eles não entram em contato com a gente, se é que eles fazem... mas, a última reunião que eu me lembro foi com o secretário do turismo do estado de Pernambuco (Gerente do hotel Vento Leste, 2016)”.

Um dos secretários municipais ao ser indagado a respeito da tomada de decisão da secretaria bem como se existe um conselho gestor onde a população teria a participação nas ações da secretaria, o mesmo firmou o seguinte:

“Na realidade, a demanda dessa secretaria não condiz muito com a opinião popular não, ela condiz mais com uma decisão de gerenciamento mesmo, a demanda dessa secretaria é uma demanda de administração ela não é uma demanda em que a gente tenha que... a não ser, que tenha uma opinião jurídica, aí sim é necessário quase que em todas as ações”.

Ressalta ainda que há uma parceria com outras secretarias municipais com Planejamento e infraestrutura e órgãos do estado como o CPRH.

Percebe-se que a Secretaria de Meio Ambiente municipal tem uma visão divergente das políticas estaduais e nacionais que inovam a gestão com base em uma política de governança e descentralização.

Já na visão de um outro secretário municipal, ao indagar quais os instrumentos de gestão para tomada de decisão na gestão turismo, foi dada a seguinte resposta: “O instrumento aqui de gestão é o prefeito e eu! É o instrumento de gestão para a gente tomar as decisões”.

Quanto à existência de um conselho de turismo e sua atuação Ele declarou o seguinte: “O conselho ele existe, ele é ativo. Muitas vezes as decisões do conselho não podem ser colocadas em prática porque a maioria delas é custo”.

Nas palavras do secretário municipal percebe-se que há uma mera formação do conselho, mas que suas decisões não são validadas, colocando a pessoa do Secretário e do Prefeito com soberania diante das tomadas de decisões. O Secretario atribui a não execução das decisões do conselho as dificuldades financeiras e testando uma incapacidade do conselho no que tange ao planejamento. Ele ainda denuncia que a formação do conselho de caráter político e que na Ilha não funciona por não ter recursos capazes de manter as decisões por eles deliberadas. Ele declara o seguinte: “então o conselho existe né... mas existe uma pequena pitada de política no

conselho, o conselho existe na verdade agora esses conselhos funcionam muito em município que tenha arrecadação, que tenha dinheiro, que tenha recursos, e a gente não tem”.

Ao indagar sobre a política baseada na governança ele reafirmou a existência do conselho e mencionou que estava estudando a possibilidade da formação de instância de governança conforme lhe foi orientado através do Ministério do Turismo. Nestes termos declarou o seguinte: “Nós temos um conselho de turismo que a gente faz isso (...) só que o conselho é composto por muitos cargos políticos. Quando a administração sai, o conselho praticamente morre”.

Quando indagada a Secretaria de Turismo do Estado de Pernambuco quanto às tomadas de decisões e os conselhos gestores foi concedida a seguinte resposta:

“Estamos retomando o programa de Regionalização do Turismo – PRT, do MTur. Nele é previsto a criação ou reestruturação dos Conselhos Municipais de Turismo, em todos os municípios do programa, bem como a criação da Instância de Governança de cada uma das Regiões Turísticas. Tanto o Conselho quanto a Instância de Governança deve ser paritário, com participantes do setor público, do setor privado, do terceiro setor e da comunidade”.

Percebe-se uma preocupação em nível estadual na criação das instâncias de governança nos municípios para auxiliar no desenvolvimento do turismo. Nota-se ainda que a Secretaria tem ciência da dificuldade em manter ativo os conselhos, e que é previsto a criação ou reestruturação de conselhos municipais, revelando que na atualidade os conselhos que existem não estão em funcionamento adequado às políticas de governança. Ainda sobre o conselho de turismo, não foi possível ter acesso a mais informações pois, durante a pesquisa houve uma mudança na gestão municipal (janeiro de 2017) e a nova gestão informou que não houve uma transição das atribuições e atividades desenvolvidas pela gestão anterior. Segundo informações da nova gestão, o conselho existiu no ano de 2009, mas que há muito tempo encontra-se inativo e que somente tomou conhecimento de sua existência mediante a provocação desta pesquisa por nova informações. Diante desta situação, a nova gestão afirmou que na existência legal deste conselho, ele será reativado, caso contrário, seria criado com o perfil adequado, a saber: deliberativo, normativo, consultivo e fiscalizador. Esta vontade política indica que a nova gestão do turismo na Ilha de Itamaracá deve ter rumos distintos das demais anteriores, que pouco contribuíram para um turismo sustentável.

Ao questionar a uma das secretarias quanto à participação da sociedade no planejamento do desenvolvimento do turismo foi dada a seguinte resposta:

“Existe diversos conselhos. Existe um conselho de meio ambiente, conselho de saúde... agora voltado ao turismo nós temos o projeto orla e o do meio

ambiente. O projeto orla a gente está envolvendo só a questão da orla propriamente dito que contém não só a prefeitura, mas o órgão do meio ambiente do Estado que é o CPRH, o SPU¹⁷, que é ligado ao patrimônio da União e algumas pessoas já separadas dentro da comunidade a maioria deles são os que são mais interessados, as associações dos bares e restaurantes dos bares da orla. Tanto do forte... então a gente está formando agora dessa parte do pilar e a gente está querendo forma a de Jaguaribe que é para atender as três partes principais da Ilha, faltando pontal e sossego. Toda e qualquer decisão que tomamos aqui ela tem a participação do público, agora o público, seria uma pessoa ou dois ou três eleitas pela comunidade para participar e dá seu voto também, para a coisa ficar mais justa para todo mundo”.

Embora diante dos discursos atuais, percebe-se que as tomadas de decisões se utilizam de instrumentos baseados na tradicional administração onde o poder público exerce a soberania diante de suas ações. Nota-se que há uma tendência para uma gestão participativa como observado no discurso do secretário de planejamento e infraestrutura e em análise ao zoneamento ambiental e territorial das atividades náuticas da Ilha de Itamaracá que foi elaborado com a participação dos seguintes:

Ministério do Meio Ambiente, SPU-PE, CMA/ICMBIO, FUNDAJ, Capitania dos Portos, Secretaria de Turismo de Pernambuco, Agência CONDEPE/FIDEM, SEMAS-PE, CPRH, Instituto Oceanário, Secretaria de Meio Ambiente de Itamaracá, Secretaria de Segurança Náutica e Costeira de Itamaracá, Secretaria de Planejamento de Itamaracá, Associação dos Jangadeiros do Forte Orange, Associação de Pescadores de Itamaracá, Colônia de Pescadores Z11, Associação de Criadores de Camarão da Ilha de Itamaracá, Iate Club de Itamaracá e AHIT (ITAMARACÁ, 2012).

O texto deixa claro a participação da comunidade na elaboração de um importante documento que afeta diretamente o turismo náutico na Ilha, mesmo não sendo possível identificar o nível de participação dos atores civis a construção do planejamento se deu de forma integrada.

Na Ilha de Itamaracá embora exista um conselho, o mesmo não funciona de forma adequado, perdendo seu poder de decisão. Não existe ainda de forma institucionalizada a implementação das instancias de governança. Percebe-se um afastamento das políticas públicas municipais do que estabelece o Plano Estratégico de Turismo de Pernambuco onde tem como um dos seus princípios a “cooperação entre setores público, privado e terceiro setor em nível municipal, regional, estadual e nacional” (SETUR/PE, 2008, p.6).

Nesta perspectiva, destaca-se que há uma necessidade de haver uma maior interação entre as secretarias na busca da consolidação do turismo na Ilha de Itamaracá (SELVA, 2012) dando

¹⁷ Secretaria de Patrimônio da União (SPU)

mais abertura à participação da comunidade nas decisões que iram influenciar diretamente no seu cotidiano.

A participação social nas tomadas de decisões está com mais forças nos dias atuais. Em análise ao Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) lançado no ano de 1994, percebe-se que o modelo de gestão adotado para o desenvolvimento do turismo encontra-se com o foco no papel que a sociedade assume, colaborando com o planejamento e as ações. Neste seguimento destaca-se a importância de se adotar:

Modelos de planejamento abertos a uma ampla participação de sociedades locais. Seus cinco princípios declarados são: descentralização; sustentabilidade; combinação com iniciativas privadas e organizações não governamentais; mobilização das comunidades locais e capacitação de recursos humanos (HANAI; ESPÍNDOLA, 2012).

Ao analisar a política pública e suas tomadas de decisões, pode-se aferir que nas condições atuais do desenvolvimento do turismo na Ilha de Itamaracá não existe uma gestão junto à comunidade, mas, uma gestão individual com foco na execução, utilizando-se do planejamento estratégico como praxis, o PDCA – Planejamento, desenvolvimento, controle e avaliação – com uma visão e ações pontuais, excluindo a sociedade diante das tomadas de decisões.

5.4 Diretrizes a partir de cenários prospectivos para a Ilha de Itamaracá

Com base em dados obtidos, na busca de orientar uma proposta de gestão sob o prisma da sustentabilidade para a Ilha de Itamaracá, foram desenvolvidos dois possíveis cenários, o idealista e o pessimista, com um horizonte temporal de 10 anos – 2016 a 2026 –. Os cenários desenvolvidos são do tipo exploratórios caracterizados por futuros possíveis ou prováveis do sistema com base no seu histórico e na sua complexidade atual.

Dentro das variáveis de um sistema, considerando o contexto de um cenário, os atores são importantes para a mudança (MARCIAL; GRUMBACH, 2008) onde influenciam e são influenciados no sistema. Os atores, peças fundamentais no desenvolvimento do turismo do município, estão dispostos no Quadro 11.

Quadro 11 – Atores envolvidos no desenvolvimento do turismo na Ilha de Itamaracá

Atores do ambiente turístico da Ilha de Itamaracá	
1	Secretaria de Turismo de Itamaracá
2	Empresa de Turismo de Pernambuco – EMPETUR
3	Associação dos Hoteleiros da Ilha de Itamaracá

4	Associação de Bares da Coroa do Avião – ASCAV
5	Colônia de Pescadores da Ilha de Itamaracá Z-11
6	Associação dos Jangadeiros do Forte Orange
7	Associação de Pescadores e Moradores da Ilha de Itamaracá
8	Artistas locais
9	Agências de viagem
10	Guias de turismo
11	ONG
12	Igreja

Fonte: Pesquisa direta.

O Quadro 12 apresenta o resultado da retrospectiva da situação do ambiente da Ilha de Itamaracá em relação ao turismo, considerando o espaço temporal dos anos de 1980 para o ano de 2015.

Quadro 12 – Retrospectiva do ambiente turístico da Ilha de Itamaracá nos últimos 25 anos

Acontecimentos observados na Ilha no período de 1980 a 2015	
1	Nunca houve um planejamento do desenvolvimento do turismo
2	Já houve um programa de trilhas, turismo de aventura em 2010
3	O fluxo dos turistas era maior quando a prefeitura investia na cultura local no início dos anos 90
4	A cultura da ciranda de Lia e do coco de roda eram mais divulgados como produto turístico
5	Há 10 anos que as políticas do turismo local não têm mostrado um bom desempenho na promoção da Ilha de Itamaracá
6	Antes das instalações das unidades prisionais na Ilha, havia um maior número de visitantes
7	A segurança da ilha ficou prejudicada por conta das unidades prisionais nela inserida
8	O preço dos terrenos e imóveis eram mais baratos até a década de 1990 (mercado imobiliário em baixa)
9	A ilha foi agraciada com políticas públicas do PRODETUR I e II
10	Embora cogitada, não foi realizada a revitalização do Engenho São João nem da Vila Velha
11	Pouca ou nenhuma apropriação da comunidade sobre o paradigma da sustentabilidade

Fonte: Criação do autor, ago. 2016.

Como resultado da análise das relações das variáveis obteve-se a matriz de motricidade-dependência (Tabela 2) onde estão dispostas o grau de influência e dependência entre as variáveis.

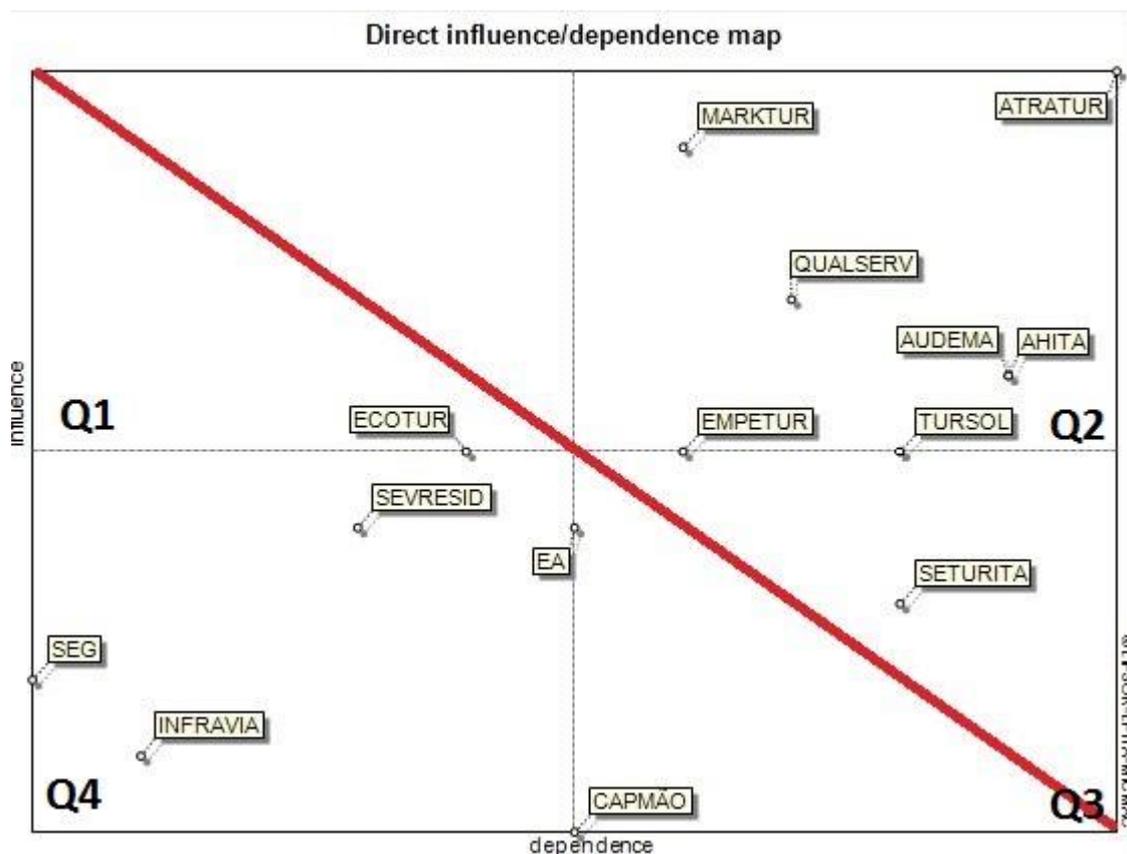
Tabela 2 – Relações diretas de Influência e Dependência das variáveis do turismo na Ilha de Itamaracá

INFLUENCIAM	RECEBEM INFLUÊNCIA														Total de Influência
	SEG	INFRAVIA	SEVRESID	ATRATUR	CAPMÃO	QUALSERV	MARKTUR	AUDEMA	TURSOL	ECOTUR	EA	SETURITA	EMPETUR	AHITA	
1 Segurança	0	2	1	2	1	2	1	2	2	2	1	2	2	2	22
2 Infraestrutura viária	2	0	1	3	1	2	2	2	1	2	1	1	1	2	21
3 Serviços de coletas de resíduos sólidos	1	1	0	2	1	2	2	2	2	2	3	2	1	2	23
4 Atrações turísticas	2	2	2	0	2	2	3	3	3	2	2	3	3	2	31
5 Capacitação de mão de obra	0	0	1	2	0	2	2	2	2	1	2	2	2	2	20
6 Qualidade dos serviços oferecidos	1	1	2	3	3	0	2	3	2	2	2	2	2	2	27
7 Marketing turístico	2	2	2	3	2	2	0	3	3	2	2	2	2	2	29
8 Aumento da demanda turística	3	2	2	2	2	2	2	0	2	1	1	2	2	3	26
9 Turismo de Sol e Mar	2	2	2	2	2	2	2	2	0	1	1	2	2	3	25
10 Ecoturismo	1	2	2	2	2	2	2	1	2	0	3	2	2	2	25
11 Educação ambiental	1	1	3	2	2	2	1	2	2	2	0	2	2	2	24
12 Secretaria de Turismo da Ilha de Itamaracá	1	1	1	2	2	2	2	2	2	2	2	0	2	2	23
13 Empresa de Turismo de Pernambuco	1	2	1	2	2	2	2	2	2	2	2	3	0	2	25
14 Associação dos Hoteleiros da Ilha de Itamaracá	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	0	26
Total de Dependência	19	20	22	29	24	26	25	28	27	23	24	27	25	28	

Fonte: Jefferson Candido (2016).

Dentre as variáveis relacionadas na matriz de motricidade-dependência (Gráfico 10), destacam-se os Atrativos Turísticos (ATRATUR), o Marketing Turístico (MARKTUR) e a Qualidade dos Serviços Oferecidos (QUALSERV), respectivamente como as principais variáveis-chaves no sistema do desenvolvimento turístico da Ilha para os próximos anos seguidos pelas seguintes variáveis: Aumento da Demanda (AUDEMA), Associação dos Hoteleiros da Ilha de Itamaracá (AHITA), Turismo de Sol e Mar (TURSOL), Empresa de Turismo de Pernambuco (EMPETUR) e Secretaria de Turismo de Itamaracá (SETURITA).

Gráfico 10 – Diagrama de influência (Eixo vertical) x dependência (Eixo horizontal)



Fonte: Criação do autor através dos dados da pesquisa aplicados no MICMAC.

As variáveis (Gráfico 10), situadas acima da linha diagonal, totalizam 8, e são identificadas como as variáveis-chaves para a construção do cenário proposto pois, possuem um alto grau de dependência e motricidade. As variáveis localizadas no quadrante 3 (EA, CAPMÃO, SETURITA, EMPETUR, TURSOL) “necessitam manter uma relação com as variáveis de forte influência, localizadas no quadrante acima, para possibilitar um melhor destaque” (CARVALHO et al., 2014, p.260).

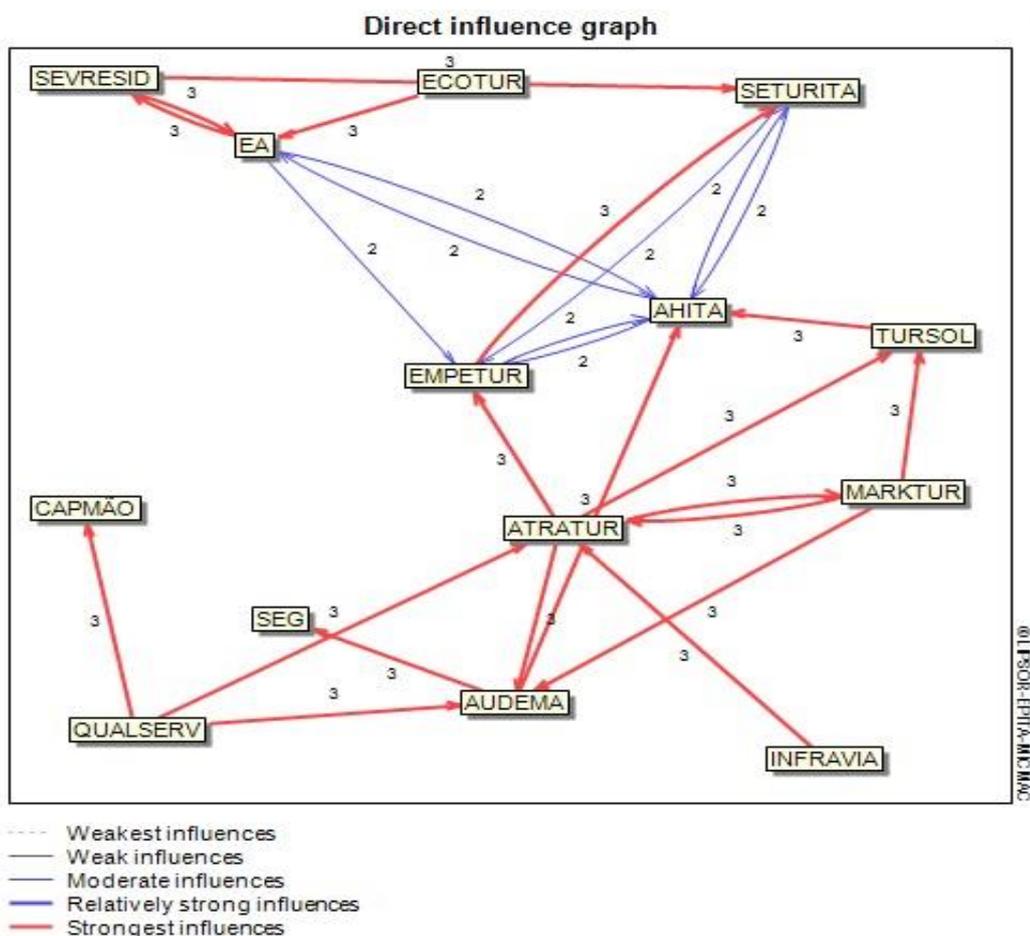
As variáveis do Q4 (ECOTUR, SEG, INFRAVIA, SEVRESID), embora possuam sua importância no cenário, apresentam um baixo grau de motricidade e dependência e por isso são

fazem parte das variáveis-chaves, podendo ser desprezadas para a construção dos cenários (GODET, 2000 apud CARVALHO et al., 2014).

No Q1 não foi identificada a ocorrência de variáveis que possuíssem um alto grau de influência e, que não recebessem influências significativas das demais. Porém, observa-se que a variável ECOTUR foi a que mais se aproximou deste grau de motricidade, revelando-se a que mais influencia no desenvolvimento do turismo para a Ilha de Itamaracá, e a que menos é influenciada dentre as variáveis apresentadas, fato explicado pelo motivo desta atividade necessitar de pouca estrutura para que possa ser desenvolvida e por privilegiar o contato direto com a natureza e a cultura local.

Uma outra maneira de se analisar o resultado das relações entre as variáveis é observando o gráfico das relações diretas apresentadas em feixes relacionais, possibilitando uma visão geral da complexidade que envolve o ambiente analisado. O Gráfico 11 retrata apenas 15% desta complexidade.

Gráfico 11 – diagrama de influências diretas entre as variáveis do desenvolvimento do turismo na Ilha de Itamaracá



Fonte: Criação do autor através dos dados da pesquisa aplicados no MICMAC.

As relações de forte influência estão representadas pelos segmentos de retas nas cores vermelhas e as de relativa influências nas cores azuis. Observa-se que nas proximidades do centro encontra-se a variável ATRATUR que exerce uma maior influência e dependências das demais. Já o ecoturismo influencia diretamente na educação ambiental, na secretaria de turismo da Ilha de Itamaracá e nos serviços de coleta dos resíduos sólidos. O MARKTUR influencia diretamente no TURSOL e no AUDEMA, que por sua vez, esta última influencia diretamente na SEG da Ilha de Itamaracá. Em se tratando de políticas públicas é possível perceber que a EMPETUR influencia fortemente na SETURITA.

Diante dos dados apresentados é possível a construção de cenários prospectivos para o desenvolvimento do turismo na Ilha de Itamaracá.

5.4.1 Cenário idealista com critérios de sustentabilidade

Com base no Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, “o turismo tem como se constituir em poderoso fator de desenvolvimento para determinadas regiões, desde que os recursos humanos ali existentes sejam capazes de assegurar sua implantação e a de atividades correlatas em todos os níveis” (BRASIL, 2002, p. 276). Baseado na metodologia apresentada, prospecta-se o seguinte:

- ✓ Para os próximos 10 anos (2016 – 2026) espera-se uma requalificação dos atrativos turísticos e uma implementação de novos atrativos;
- ✓ Haverá um investimento pesado no marketing turístico, bem como uma melhora na imagem da Ilha de Itamaracá em nível nacional e internacional;
- ✓ A Ilha de Itamaracá será destaque em excelência na qualidade dos serviços prestados pelas multiplicidade e variedades das empresas locais;
- ✓ Acontecerá um aumento da demanda turística como resultado do aperfeiçoamento do produto Ilha de Itamaracá;
- ✓ A Associação dos Hoteleiros da Ilha de Itamaracá ganhará forças e participará ativamente do planejamento das políticas públicas do turismo na Ilha de Itamaracá e expandirá suas articulações com toda a *trade* turística, à exemplo de Porto de Galinhas;
- ✓ O Turismo de Sol e Mar será praticado com fundamentos de conservação, preservação e desenvolvimento econômico;

- ✓ A Empresa de Turismo de Pernambuco manterá seus horizontes para o Litoral Norte colocando em prática as políticas de desenvolvimento para a Ilha de Itamaracá;
- ✓ A Secretaria de Turismo de Itamaracá será referência nacional em gestão pública tendo como base uma gestão proativa e democrática.

A melhora dos atrativos está atrelada a tendência de peso de maior competitividade nos mercados internos e internacionais alinhados com uma melhora na qualidade dos serviços prestados por meio de uma qualificação da mão de obra especializada já que há uma tendência no treinamento e aprendizado continuado. Diante da estagnação do Turismo na Ilha, deverá acontecer um investimento pesado no marketing turístico buscando-se fortalecer o mercado e ampliar sua demanda. Segundo Ministério do Turismo, a demanda doméstica no Brasil tem aumentado de modo que “sete entre cada 10 brasileiros escolhem o Brasil para viajar”. Contudo, o mercado internacional tem superado seus recordes, pois, segundo o Ministério do Turismo “mais de 6,4 milhões de turistas estrangeiros visitaram o Brasil em 2014”, atribuindo este feito ainda ao evento internacional acontecido no Brasil, isto é, a copa do mundo que também incluiu o Estado de Pernambuco. Este aumento se dará diante do fortalecimento das relações entre a Associação dos hoteleiros da Ilha de Itamaracá com o *trade* turístico, destacando a parceria com a Secretaria de Turismo da Ilha de Itamaracá incentivada pela Empresa de Turismo de Pernambuco que deverão descentralizar o turismo de Sol e Mar. Diante da descentralização ganhará destaque o turismo cultural e o ecoturismo trazendo uma sensibilização ecológica visto que existe uma corrente que fomenta o desenvolvimento do socialmente e ecologicamente correto induzidos pela educação ambiental. Haverá, portanto, uma redução dos impactos produzidos pelo turismo na Ilha de Itamaracá que tem, em sua principal atratividade, o turismo de sol e mar. Os praticantes desta atividade deverão obter um saber ambiental adequado já que há uma crescente preocupação com a conservação e gerenciamento no uso da água, em especial a água doce, que reflete diretamente nos manguezais e nos mares. Contudo, espera-se que:

Ao priorizar a indústria do turismo, o Brasil estará seguindo duas tendências no plano global: o crescimento das viagens e o turismo internacional, e a expansão pelo turismo especializado, tendo em vista o interesse crescente pela natureza e a preferência pelos ambientes mais preservados. O turismo sustentável depende, portanto, da capacidade de mobilização e das atividades assumidas pelas comunidades, no sentido de limitar o fluxo de turistas ao nível adequado às áreas visitadas, em termos sociais e ambientais (BRASIL, 2002, p. 276).

Espera-se, de modo geral, uma forte redução dos impactos socioambientais na Ilha de Itamaracá com a construção de um ambiente sustentável.

5.4.2 Cenário prospectivo pessimista

Para a Ilha de Itamaracá, prospecta-se o seguinte:

- ✓ Para os próximos 10 anos (2016 – 2026) espera-se uma estagnação e degradação dos atrativos turísticos tornando-os incapacitados para seus fins;
- ✓ Haverá um esquecimento da Ilha de Itamaracá em nível nacional e internacional pelo não investimento do marketing turístico;
- ✓ A Ilha de Itamaracá ganhará destaque pelos maus serviços prestados pelas reduzidas empresas locais resultando em uma imagem negativa;
- ✓ A demanda turística sofrerá redução drástica como resultado da desqualificação do produto Ilha de Itamaracá;
- ✓ A Associação dos Hoteleiros da Ilha de Itamaracá não mais existirá e a rede hoteleira perderá forças no planejamento das políticas públicas do turismo no município reduzindo as possibilidades de um desenvolvimento econômico local em articulação com toda a *trade* turística;
- ✓ O Turismo de Sol e Mar será praticado com intensos impactos socioambientais negativos aumentado sobretudo os resíduos sólidos;
- ✓ A Empresa de Turismo de Pernambuco investirá no Litoral Sul desconsiderando a importância das políticas de desenvolvimento para a Ilha de Itamaracá;
- ✓ A Secretaria de Turismo da Ilha de Itamaracá perderá sua articulação política ficando isolada, sem recursos, e impossibilitada de gerir a atividade turística na Ilha voltando seu foco exclusivamente ao turismo de sol e mar.

O cenário pessimista é fruto de uma gestão inadequada onde tem como resultado a degradação de seu produto turístico pela falta de uma política de apoio a qualificação da mão de obra e pela inobservância de resultados positivos advindo do marketing turístico da Ilha, bem como o desprezo pela requalificação e inovação dos ambientes turísticos e seus atrativos. Pela falta de investimento do Governo do Estado no litoral norte, a Secretaria de Turismo terá como política a exclusividade do turismo de Sol e Mar que em muito contribuiu para os impactos negativos pela falta de políticas e ações em educação ambiental. Nesta perspectiva, haverá uma redução na demanda pela imagem negativa da Ilha impulsionada pelos maus serviços e pela falta de segurança, haja vista que a secretaria de Turismo da Ilha de Itamaracá perderá sua força nas negociações políticas resultando em seu isolamento institucional. Os impactos

negativos socioambientais na Ilha de Itamaracá serão de grandes magnitudes e de longa duração.

Diante dos cenários apresentados, os atrativos turísticos serão os que sofrerão os maiores impactos, pois, apresenta-se como a principal variável-chave do turismo na Ilha de Itamaracá. Ressalta-se que os atrativos em sua dimensão natural ou cultural estão dispostos no espaço e a consumação deste espaço é a matéria prima para a atividade turística. Se degradados não haverá possibilidade do turismo nestes espaços.

5.4.3 Diretrizes para o turismo sustentável

Diante dos resultados obtidos e em consonância com o referencial teórico abordado foi possível a elaboração de diretrizes para gestão pública do turismo na Ilha de Itamaracá com critérios de sustentabilidade (Quadro 13).

Quadro 13 – Diretrizes proposta à gestão pública da Ilha de Itamaracá sob o prisma da sustentabilidade

Diretrizes para a gestão pública da Ilha de Itamaracá com critérios de sustentabilidade	
1	Descentralizar a demanda do turismo de Sol e Mar a partir da oferta do turismo alternativo por meio dos segmentos do Turismo Cultural e Ecoturismo.
2	Fomentar uma política de “conhecer para conservar” por meio de instalações de centros de atendimento aos turistas e placas de informações turísticas nos atrativos da Ilha e ao longo de suas principais vias de acesso.
3	Desenvolver uma educação ambiental ativa e contínua estimulando a capacidade crítica da sociedade, fundamentada na cidadania, orientando-se para as mudanças de atitudes e pensamentos tanto da comunidade quanto dos turistas.
4	Garantir a participação da comunidade nas tomadas de decisões locais no tocante a atividade turística, tanto nas políticas públicas quanto nos empreendimentos privados, nos quais venham interferir significativamente no cotidiano dos moradores, utilizando-se como ferramentas as instâncias de governança.
5	Desenvolver uma política pública de caráter conservacionista dos recursos naturais e culturais, investindo no controle e fiscalização para que se faça cumprir o sistema normativo vigente sub penas diversas no âmbito administrativo, civil e penal, que visam a erradicação e/ou a redução dos impactos socioambientais ocasionados pelo turismo para proteger o patrimônio natural, cultural e histórico.
6	Incentivar pesquisas e projetos turísticos com o intuito de revitalizar os atrativos locais e reorganizar os espaços turísticos e seus entornos, tendo o cuidado com as normas de acessibilidade da ABNT, observando os critérios da sustentabilidade: equilíbrio entre o econômico, social e ecológico; o bem viver – qualidade de vida –. Desta feita, é possível atenuar o declínio da atividade turística na Ilha de Itamaracá por meio de uma constante propaganda e marketing turístico aumentando sua competitividade no mercado.
7	Estabelecer relações políticas com outros municípios e estados buscando ampliar e divulgar a imagem da Ilha de Itamaracá, bem como visando aumentar a demanda turística, atrair investimentos no setor de serviços e novos empreendimentos turísticos.
8	Incentivar e qualificar o profissional do turismo junto aos órgãos públicos e entidades privadas visando uma melhora significativa da qualidade dos serviços ofertados.
9	Incentivar os empreendimentos turísticos a desenvolverem seu próprio sistema de gestão ambiental e adquiriram certificações ambientais buscando a satisfação dos turistas e benefícios à comunidade.
10	Desenvolver mecanismos que possibilitem a divisão dos benefícios de forma equitativa.

Fonte: Jefferson Candido (2016).

Ao analisar as diretrizes para a gestão pública da Ilha de Itamaracá com critérios de sustentabilidade (Quadro 13) pode-se afirmar com base em Magalhães (2002) que ao descentralizar a demanda do turismo na Ilha de Itamaracá dará oportunidade a outros segmentos, beneficiando um maior número de empreendimentos e moradores locais. Porém, é preciso que se desenvolva um turismo baseado na educação ambiental buscando sempre a conservação.

Ressalta-se que, diante da grande magnitude dos impactos socioambientais do turismo, apenas em alguns locais da Ilha de Itamaracá será possível desenvolver um turismo mais próximo da sustentabilidade, pois, o turismo de sol e mar é por sua natureza, um turismo de massa, e como tal é incompatível com a sustentabilidade plena conforme as afirmações de Cruz (2003) e Ramalho *et al*, (2010). Destaca-se que o turismo de sol e mar representa o maior segmento praticado na Ilha de Itamaracá. Desta forma, é imprescindível que se descentralize a demanda turística no município e o município assuma uma postura de sensibilização de todos quanto a conservação dos patrimônios. Ainda se faz necessário um planejamento turístico que possa estabelecer zonas onde o turismo poderá ser desenvolvido ao máximo a sua sustentabilidade, e outras zonas onde muitas vezes será possível apenas mitigar os impactos negativos ocasionados pelo turismo de massa, pois dificilmente o turismo acontecerá de forma sustentável em toda a ilha. Porém, mesmo nos locais onde acontece o turismo de massa se faz necessário buscar ao máximo o equilíbrio entre o ecológico, social e econômico.

Esta sensibilização para a conservação dos patrimônios deve ter um caráter de cidadania conforme a educação ambiental apresentada por Pelicioni e Philippi Jr (2005), onde é estimulada o senso crítico e ideológico de todos para uma mudança de atitudes. Com este objetivo a educação ambiental deverá ser mais que ações pontuais, será um processo contínuo e atuante.

Com a prática da cidadania no município, as tomadas de decisões serão facilitadas diante dos diálogos entre os representantes do poder público e a *trade*. Este é um importante ponto a ser observado, pois, a população ao se sentirem responsáveis pelo desenvolvimento do turismo no município buscará agir de maneira nos conformes às políticas públicas de caráter conservacionista dos recursos naturais e culturais, consciente de que a principal economia local gira em torno do turismo, que por consequência, traz um crescimento econômico para o município de forma direta e indireta.

Diante de uma educação ambiental estruturada, é possível que seja requerido da população o cumprimento das normas e leis ambientais, contudo não afastando o dever do Estado em controlar e organizar seu território garantindo um meio ambiente equilibrado.

Para manter o espaço turístico com uma boa qualidade, visando garantir o equilíbrio e o bem comum, as ações de marketing são fundamentais, aliadas às políticas de qualidade nos serviços prestados por meio de uma mão de obra bem qualificada, para atrair diferentes perfis de turistas, valorizando e promovendo a cultura local. Porém para que as ações de marketing sejam eficientes, é preciso investir em pesquisas da oferta e da demanda turística, incentivar trabalhos científicos no município e projetos que visem o desenvolvimento da atividade turística fundamentado nos princípios da sustentabilidade como defende Ferreira e Coutinho (2010).

Ressalta-se que a gestão pública deve ater-se a sua missão: o bem comum, ou o bem-viver defendido por Boff (2016), desta forma, as políticas deverão buscar a equidade dos impactos socioambientais positivos buscando ainda a satisfação dos turistas sem comprometer a herança cultural do Ilha de Itamaracá estando em conforme com os critérios defendidos por France (1997, apud MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007).

O turismo com critérios de sustentabilidade traduz-se em forma de gestão adequada para que se possa atingir esse novo paradigma global: a sustentabilidade. Espera-se que o Estado e os tomadores de decisão assumam esses preceitos para o desenvolvimento da atividade turística, permitindo às próximas gerações o acesso aos recursos naturais e culturais diante do equilíbrio econômico, social e ecológico.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da pesquisa realizada pode-se assegurar que a Ilha de Itamaracá possui um ambiente propício ao desenvolvimento do turismo nos segmentos de sol e mar, cultural e ecoturismo. Porém, é preciso uma política de reestruturação do produto para impedir o declínio dessa atividade. Ressalta-se que o turismo na ilha tem acontecido de forma inadequada ao paradigma da sustentabilidade e que predomina a demanda centralizada no segmento turístico sol e mar.

Em decorrência do atual quadro em que se encontra o turismo na Ilha de Itamaracá, os resultados revelaram a insatisfação da população da ilha e dos turistas em relação a gestão do turismo nos últimos anos.

Percebe-se que os impactos socioambientais do turismo na ilha têm ocasionado resultados positivos, porém o descuido em gerir esta atividade tem causado problemas sérios com destaque às ocupações inadequadas em áreas de praias, como o acúmulo dos resíduos sólidos e esgoto gerando degradação da imagem da Ilha e marketing negativo.

Logo, é preciso que haja investimento na educação ambiental baseada no paradigma da pedagogia crítico-social, aliada à pedagogia libertadora para a comunidade e para o turista, buscando a conservação e preservação ambiental na tentativa de harmonizar a relação do ser humano com a natureza, pois o conhecimento é um pré-requisito para mudanças, uma vez que o saber ambiental capacita o ser humano para a reflexão crítica e ações conscientes. Deve-se pensar numa educação sempre como um processo e não, apenas, como ações pontuais. Para isto, a prefeitura deverá fixar placas informativas a respeito dos atrativos estimulando o conhecimento e a preservação; promover ações constantes de sensibilização dos turistas por meio de *outdoor* distribuídos ao longo das vias públicas; construir um centro de informações turísticas com profissionais trilingue para conceder informações também de caráter conservacionista; utilizar o site da prefeitura para divulgar e educar os navegadores a respeito do meio ambiente da ilha; realizar oficinas com a comunidade a respeito da importância do turismo local e da conservação do patrimônio natural e cultural; criar uma rota turística pelas águas do canal de Santa Cruz promovendo a educação ambiental e lazer a turistas e moradores locais, espelhado no projeto barco-escola da prefeitura do Recife, Escola Ambiental Águas do Capibaribe; Manutenção e fiscalização nas trilhas ecológicas, possibilitando a interpretação ambiental e a conservação; e firmar convênios com a Companhia Independente de Apoio ao Turista (CIATur) e guias de turismo locais, profissional licenciado, garantindo a segurança e promovendo a dinâmica no mercado de trabalho da ilha.

Percebe-se que a gestão do turismo é carente de uma descentralização política, pois ainda impera um sistema de decisão em sua estrutura organizacional do tipo *top-down*, necessitando de uma estrutura hierárquica horizontal com ênfase na sociedade, possibilitando uma maior participação da comunidade local nas tomadas de decisões. Observou-se a carência quanto à articulação entre as secretarias municipais e com os órgãos do governo com a Polícia Militar e com a Secretaria de Turismo estadual. Avançar nessa articulação aumentaria as possibilidades de políticas públicas estaduais intervirem no município, o que ocorre ainda de forma singela. Para tanto, é preciso que sejam instaladas as instâncias de governança no município com um conselho atuante e válido em suas decisões, concedendo a abertura política e efetiva participação social na gestão do turismo da ilha, que é responsável pela dinâmica ambiental do município. Desta forma, assegura-se o regime democrático vigente e torna exequível o texto constitucional pelo qual afirma que o meio ambiente é dever e responsabilidade de todos.

Por meio da construção dos cenários prospectivos foi possível compreender que as ações de marketing alinhadas às qualidades dos atrativos e dos serviços são as principais variáveis-chaves do sistema. Mas, para que esse trinômio seja estrutural, é preciso uma gestão comprometida com a educação ambiental, a qualificação da mão de obra especializada e uma boa articulação política.

Ressalta-se que existem políticas públicas que asseguram a retirada das unidades prisionais existentes na Ilha de Itamaracá. Espera-se com este feito, um aumento da demanda turística. Embora a maioria das literaturas sinalizem de forma negativa à respeito de grandes empreendimentos turísticos, como os *Resorts*, justificando pelo isolamento dos turistas, os impactos positivos deste tipo de empreendimento são de grande valor, e cada vez mais os turistas estão buscando vivenciar a cultura local, buscando no destino outras opções para o lazer e o conhecimento. Contudo, é preciso que sejam monitorados os impactos da atividade turística buscando uma política que valorize a cultura local, promova a educação ambiental e a conservação do meio ambiente, utilizando de forma consciente as oportunidades que advêm dos *Resorts*.

Percebe-se que a Ilha de Itamaracá precisa de projetos e de ações guiadas por diretrizes sustentáveis que possibilitem o desenvolvimento local com base em um turismo descentralizado, voltando o seu foco para o ecoturismo e o turismo cultural.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ABNT. **Normas da Série ISO 14000. NBR ISO 14031**. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.
Disponível em: <<http://www.madeira.ufpr.br/disciplinasghislaine/abnt-nbr-iso-14031.pdf>>.
Acesso em: 19 ago. 2016.

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os Domínios de Natureza no Brasil: Potencialidades Paisagísticas**. São Paulo: Ateliê editorial, 2003.

ANDERSON CAMPOS. 2016. (Imagem). Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=qThhrKwvwl> > Acesso em: 17 ago. 2016.

ANDRADE, Manoel Correia. **Itamaracá, uma Capitania Frustrada**. Fundação Joaquim Nabuco: Recife, 1999.

ANSARAH, Marília G. R (Org.). **Turismo: Como Aprender, Como Ensinar**. vol.2. 3. ed. São Paulo: Editora Senac, 2004.

ARAÚJO, Lindemberg Medeiros. Políticas Públicas de Turismo e Território em Regiões Periféricas Emergentes. In: CASTILHO, Claudio Jorge Moura de; SELVA, Vanice Santiago Fragoso. **Turismo, Políticas Públicas e Festão dos Ambientes Construídos**. Recife: Ed, Universitária da UFPE, 2012.

ASSIS Lenilton Francisco de. **Turismo de Segunda Residência: a Expressão Espacial do Fenômeno e as Possibilidades de Análise Geográfica**. Revista Território - Ano VII – nº 11, 12 e 13 - set./out.(p. 107 – 122): Rio de Janeiro, 2003. Disponível em:
<http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/11_12_13_8_turismo.pdf> Acesso em: 11 ago. 2016.

_____. **Turismo e representações na Ilha de Itamaracá: o espaço vivido em foco**. Turismo em análise V.14. N. 1. Pg 117 – 130. Maio 2003a. Disponível em:
<<file:///C:/Users/mpc/Downloads/63623-83404-1-PB.pdf>> Acesso em: 23 set. 2016.

ASSIS, Hortência Maria Barbosa; SILVA FILHO, Marinho Alves da. **Turismo Geocientífico: Uma Viagem no Tempo**. CPRM: Recife, 1994. Disponível em:
<http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/8742/re1_turismo_geocientifico.pdf?sequence=1> Acesso em: 12 jun. 2016.

AZEVEDO, José. **Metodologias qualitativas para as ciências sociais**. Porto-Portugal, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Instituto de Sociologia, 1998, pag. 107-114. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4264.pdf>> Acesso em: 10 mai. 2016.

BANDUCCI JR, Álvaro; BARRETO, Margarito (Org.) **Turismo e Identidade Local: Uma Visão Antropológica**. Campinas – SP:Papirus, 2001. (Coleção Turismo).

BELTRÃO, Breno Augusto, MASCARENHAS, João de Castro; MIRANDA, Jorge Luiz Fortunato de (Org.). **Diagnóstico do Município de Itamaracá**: projeto cadastro de águas subterrâneas Pernambuco. Brasília: CPRM - Serviço Geológico do Brasil, MME, 2005.

BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. 13. ed. São Paulo: SENAC, 2008.

BERNARDES, Júlia Adão. Mudança Técnica e Espaço: Uma Proposta de Investigação. In: CASTRO, Iná Elias de. GOMES, Paulo César da Costa. CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). **Geografia: Conceitos e Temas**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. **Pesquisa Qualitativa Segundo a Visão Fenomenológica**. São Paulo: Cortez, 2011.

BLOG ROGERIO SILVA RADIALISTA. 2015. (Imagem) Disponível em: <<http://blogrogeriosilvaradialista.blogspot.com.br/2015/01/em-pe-lista-da-cprh-aponta-treze-praias.html>> Acesso em: 19 ago. 2016.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: O que é – O que não é**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do Espaço Turístico**. (Trad. Jaely Batista.). Bauru-SP: EDUCSC, 2002.

BRACERAS, Liliana L. Roldán de; ALDATZ, Juan Pablo. Patrimônio natural e geoturismo – planejamento participativo sustentável. In: SEABRA, Giovanni (Org.). **Turismo de Base Local: Identidade cultural e Desenvolvimento Regional**. João Pessoa: Universitária, 2007.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências**. Brasília, 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm> Acesso em: 8 ago. 2016.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

_____. **DECRETO Nº 99.274, DE 6 DE JUNHO DE 1990. Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente sobre a Criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências**. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d99274.htm> Acesso em: 8 ago. 2016.

_____. Destinos mais desejados pela demanda domestica. Brasília: Ministério do Turismo, 2015. Disponível em:<<http://www.turismo.gov.br/assuntos/15-editoria-c/4909-painel-do-turismo.html>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

_____. **Lei Federal nº 9795/99. Dispõe sobre a Educação Ambiental, Institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras Providências**. Brasília, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm> Acesso em: 10 ago. 2016.

_____. **LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC Estabelece Critérios e Normas para a**

Criação, Implantação e Gestão das Unidades de Conservação. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm> Acesso em: 5 abr. 2016.

_____. Ministério do Turismo. **Turismo Cultural: Orientações Básicas.** 3. ed.- Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

_____. **Plano Nacional de Turismo 2013-2016.** Ministério do Turismo: Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/images/pdf/plano_nacional_2013.pdf> Acesso em: 15 ago. 2016.

_____. Resolução CONAMA 1, de 23 de janeiro de 1986. **Dispõe sobre Critérios Básicos e Diretrizes Gerais para a Avaliação de Impacto Ambiental.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=23>>. Acesso em: 3 ago. 2016.

_____. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA. Ibama: Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/site_cnia/geo_brasil_2002.pdf> Acesso em: 19 ago. 2016.

BRENCORP. **Avaliação Ambiental Estratégica - AAE do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo Costa dos Arrecifes.** Secretaria de Turismo: Recife, 2013. Disponível em: <http://www2.setur.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_1_id=24303939&folderId=25360510&name=DLFE-119213.pdf> Acesso em: 13 ago. 2016.

CAMARGO, Haroldo L. Fundamentos Multidisciplinares do Turismo: história. In: TRIGO, Luiz G. G. (org.), **Turismo: Como Aprender, Como Ensinar.** 3. ed. São Paulo: Editora Senac, 2003

CAMA CAFÉ. 2016. (Imagem). Disponível em: <<://camacafeitamaraca.wordpress.com/praias-beaches/>> Acesso em: 11 set. 2016.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI Regina. **Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo.** Texto Contexto Enferm: Florianópolis, 2006. (p.679-684; Out-Dez). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17.pdf>> Acesso em: 28 nov. 2016.

CARLOS, A. F. SOUZA, M. L. SPOSITO, M. E. B. (Orgs). **A Produção do Espaço Urbano.** (2ª reimpressão). São Paulo: Contexto, 2013.

CARVALHO, Adriana Garcia. **Turismo e produção do espaço no litoral do Nordeste.** Dissertação Universidade de São Paulo, Pós-graduação em Geografia humana: São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKewimyPi75NPQAhXDD5AKHSPcDUMQFggdMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.teses.usp.br%2Fteses%2Fdisponiveis%2F8%2F8136%2Ftde-19022010-123043%2Fpublico%2FADRIANA_GARCIA_CARVALHO.pdf&usg=AFQjCNEqG8QIeJUHQKLtKfz3W4jddkMAUQ&sig2=gq0LOA238zL1VYIUyWrdgQ> Acesso em: 23 de out. 2016.

CARVALHO Camilla Cruz de; ALBUQUERQUE, Joyce da Silva Albuquerque; SALES, Raissa Karen Leitinho; *et al.* **Cenários para o Setor Turístico no Estado do Ceará (Brasil) para o Período de 2013 a 2023.** Revista Turismo & Sociedade (ISSN: 1983-5442). Curitiba, v. 7, n. 2, p. 248-270, abril de 2014. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/turismo/article/viewFile/33929/22943>> Acesso em: 18 jun. 2016.

CASTILHO, Claudio Jorge Moura de. In: CASTILHO, Claudio Jorge Moura de; SELVA, Vanice Santiago Fragoso. **Turismo, Políticas Públicas e Gestão dos Ambientes Construídos.** Recife: Ed, Universitária da UFPE, 2012.

CHRISTOFOLETTI, Antonio. **Modelagem de Sistemas Ambientais.** São Paulo: Edgar Blücher, 1999.

CIMICIDIO, 2010. (Imagem). Disponível em: <http://www.panoramio.com/photo/38891766>> Acesso em: 2 ago. 2015.

CPRH. **Diagnóstico Socioambiental do Litoral Norte de Pernambuco.** Companhia Pernambucana do Meio Ambiente: Recife, 2003. 214p. Disponível em: http://www.cprh.pe.gov.br/downloads/21_Geologia_e_Relevo.pdf > Acesso em: 09 ago. 2016.

_____. **Diagnóstico Socioambiental da Área de Proteção Ambiental de Santa Cruz.** Recife, 2010. Disponível em: http://www.cprh.pe.gov.br/ARQUIVOS_ANEXO/diagnosticosantacruz;2243;20120906.pdf > Acesso em: 20 jul. 2016.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução a Geografia do Turismo.** 2. ed. São Paulo: Roca, 2003.

DALE, Paul. Definindo ecoturismo...para quê? Para quem? In: MENDONÇA, Rita; NEIMAN, Zysman. **Ecoturismo do Brasil.** São Paulo: Manole, 2005.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. **Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.2, n.4, p.01-13, Sem II. 2008 ISSN 1980-7031. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjSzs3Uls7RAhUFkJAKHYUKDUoQFggcMAA&url=http%3A%2F%2Fica.unibes.com.br%2Findex.php%2Fica%2Farticle%2Fdownload%2F243%2F234&usg=AFQjCNFXqqtGnhKfmKd9iQqKOTzGCvHtng>> Acesso em: 30 abr. 2016.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo.** São Paulo: Futura, 1998.

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

_____. **Introdução ao turismo no Brasil.** São Paulo: Atlas, 2005.

_____. **Planejamento do Turismo Políticas e Desenvolvimento do Turismo no Brasil.** São Paulo: Atlas, 2003.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas Públicas: Princípios, Propósitos e Processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

ECOS DO TELECOTECO. 2009. (Imagem). Disponível em: <[http://ecosdoteleco.blogspot.com.br/2009/06/papo-de-teleco-teco-que-m-nunca-dancou.html](http://ecosdoteleco.teco.blogspot.com.br/2009/06/papo-de-teleco-teco-que-m-nunca-dancou.html)> Acesso em: 5 ago. 2016.

EMPETUR. **Contratação de Consultoria Especializada para Elaboração do Projeto de Revitalização do Engenho São João na Ilha de Itamaracá-PE**. Governo do Estado de Pernambuco: Recife, 2009. Disponível em: <http://www.empetur.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_1_id=22082&folderId=32025&name=DLFE-2616.pdf> Acesso em: 10 ago. 2016.

_____. **Pernambuco de 01 a 08 dias**. Setur, Recife, 20015. (Material de divulgação dos atrativos turísticos do Estado em *folder*)

FARIAS, Gilma Beserra de. **Análise do potencial ecoturístico para observação de aves (birdwatching) na Ilha de Itamaracá – PE: o uso da atividade para o desenvolvimento local**. Dissertação de mestrado. Recife: UFPE, 2004.

FARIAS, Ivani. Ecoturismo indígena como princípio de autonomia e afirmação cultural. In: SEABRA, Giovanni (org). **Turismo de Base Local: Identidade Cultural e Desenvolvimento Regional**. João Pessoa: Universitária, 2007

FERREIRA, Luiz Fernando (Coordenador geral). **Inventário de Atrativos Culturais do Estado de Pernambuco: Polo Costa dos Arrecifes –Volume I – Análise de Resultados**. Recife, 2013. Disponível em: <http://www2.setur.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_1_id=24303939&folderId=25388752&name=DLFE-119413.pdf> Acesso em: 26 dez. 2016.

FERREIRA, Luiz Fernando; COUTINHO, Maria do Carmo Barêa. Ecoturismo: A importância da capacitação profissional do condutor ambiental local. In: PHILIPPI JR, Arlindo; RUSCHMANN, Dóris Van de Meene. **Educação Ambiental e Sustentabilidade no Turismo**. São Paulo: Mamole, 2010.

FIORILHO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

FOIEUQTIREI. 2012. (Imagem). Disponível em: <<http://www.foieuqtirei.com/2012/05/ilha-de-itamaraca-vila-velha-pe.html>> Acesso em: 15 jun. 2016.

FREITAS (H.)¹, CUNHA Jr. (M.V.M.)² e MOSCAROLA (J.)³. **Aplicação de sistema de software para auxílio na análise de conteúdo**. São Paulo: RAUSP, v. 32, nº 3, Jul/Set. 1997, p. 97-109.

GARCIA, Maria Cristina. **As mercadorias como objetos de desejo**. São Paulo: EDICON, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GLOBO.COM. G1 Pernambuco. 2016. Disponível em: <
<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2016/10/prefeito-comandava-des-vio-de-verba-em-itamaraca-dizem-policia-e-mppe.html>> Acesso em: 6 fev. 2017.

_____. G1 Pernambuco. 2015. Disponível em: <
<http://g1.globo.com/pernambuco/praias-limpa/2015/noticia/2015/02/lixo-descartado-na-areia-da-praias-pode-provocar-doencas-em-banhistas.html>> Acesso em: 6 fev. 2017.

GOVERNO DE PERNAMBUCO. **Setur-PE entrega duas obras em Itapissuma e assina ordem de serviço da requalificação da PE 35**. 2013. Disponível em: <
<http://www.pe.gov.br/b/6987>> Acesso em: 28 de out. 2016.

_____. Bases de Dados do Estado: **Cadernos Municipais, Município/ Ilha de Itamaracá**. Recife, 2016. Disponível em: <
<http://www.bde.pe.gov.br/estruturacao geral/filtroCadernoEstatistico.aspx>> Acesso em: 30 mar. 2016.

HALL, Prentice. **Gestão Ambiental**. São Paulo: Person Prentice Hall (Person Education do Brasil), 2011.

HANAI, Frederico Yuri; ESPÍNDOLA, Evaldo Luiz Gaeta. **O Planejamento e a Gestão do Turismo Sustentável na Região de Bueno Brandão (MG/ Brasil)**. UFRJ: Rio de Janeiro, 2012. (Caderno Virtual de Turismo – Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p.224-238, ago. 2012). Disponível em: <
<http://www.redalyc.org/pdf/1154/115423641009.pdf>> Acesso em 29 jul. 2016.

IBGE. **Cidades**. Disponível em: <
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=260760>> Acesso em: 10 jun. 2016.

ICMBIO. 2016. (Imagem). Disponível em: < <http://www.icmbio.gov.br/cma/>> Acesso em: 2 set. 2016.

ITAMARACÁ. **Zoneamento Ambiental e Territorial das Atividades Náuticas da Ilha de Itamaracá**. Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca: Itamaracá, 2012. Disponível em: <
http://www.cprh.pe.gov.br/ARQUIVOS_ANEXO/ZATANE_Itamaraca_Zoneamento_Ambiental_e_Territorial_das_Atividades_Nauticas.pdf> Acesso em: 12 ago. 2016.

ITAMARACÁ EM FOCO. 2012. (Imagem). Disponível em: <
http://itamaracaemfoco.blogspot.com.br/2012_03_31_archive.html> Acesso em: 17 jul. 2016.

JCONLINE. **Forte Orange, mesmo em reforma, abre as portas para receber visitantes**. Recife, 2016. Disponível em: <
<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2016/05/25/forte-orange-mesmo-em-reforma-abre-as-portas-para-receber-visitantes-237210.php>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

_____. **Praias de Itamaracá acumulam problemas**. Recife, 2014. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2014/02/25/praias-de-itamaraca-acumulam-problemas-119263.php>>. Acesso em: 7 maç. 2016.

_____. **Vila Velha, um lugar esquecido em Itamaracá**. Recife, 2016A Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2016/01/24/vila-velha-um-lugar-esquecido-em-itamaraca-218182.php>> Acesso em: 20 jul. 2016.

LEFÈBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2004.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.

LEPSCH, Igo F. **19 lições de pedologia**. São Paulo: Oficina de textos, 2011.

LIA DE ITAMARACÁ. 2016. (Imagem). Disponível em: <<http://www.liadeitamaraca.com.br/>> Acesso em: 2 jan. 2016.

LIMA, Deborah; POZZOBON, Jorge. **Amazônia Socioambiental. Sustentabilidade Ecológica e Diversidade Social**. Revista Estudos Avançados v. 19, n. 54. São Paulo: USP, 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10070>> Acesso em 07 de ago. 2016.

MAGALHÃES, Claudia Freitas. **Diretrizes para o Turismo Sustentável em Municípios**. São Paulo: Roca, 2002.

MARCIAL, Elaine Coutinho; GRUMBACH, Raul José dos Santos. **Cenários Prospectivos: Como Construir um Futuro Melhor**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

MARTINS, Anne Bastos *et al.* **Turismo e Patrimônio Cultural: Possíveis Elos entre Identidade, Memória e Preservação**. 2005. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/3751013-Turismo-e-patrimonio-cultural-possiveis-elos-entre-identidade-memoria-e-preservacao.html>> Acesso em: 08 ago. 2016.

MEIRELLES FILHO, João. O equilíbrio entre a atividade econômica e a sustentabilidade socioambiental *in* MENDONÇA, Rita; NEIMAN, Zysman. **Ecoturismo do Brasil**. São Paulo: Mamole, 2005.

MENDONÇA, Rita. A educação ambiental e o ecoturismo. In: MENDONÇA, Rita; NEIMAN, Zysman. **Ecoturismo do Brasil**. São Paulo: Manole, 2005.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo Movimenta R\$ 492 Bilhões no Brasil**. Ministério do Turismo: Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/957-turismo-movimenta-r-492-bilhoes-no-brasil.html>> Acesso em: 20 de jul. 2016.

_____. **Conteúdo fundamental: turismo e sustentabilidade**. Brasília, 2007.

Disponível

em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/conteudo_fundamental_turismo_e_sustentabilidade.pdf> Acesso em: 2 fev. 2017.

MORAIS, Caroline da Silva. **A Diversidade Cultural e a Educação: Papel do Professor e o da Escola na Superação de Preconceitos**. (Artigo). Só Pedagogia, 2014. Disponível em: <http://www.pedagogia.com.br/artigos/diversidade_cultural_e_educacao11/index.php?pagina=0> Acesso em 8 de ago. 2016.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O Método Fenomenológico na Pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

MOREIRA, Ruy. **Geografia e práxis: a Presença do Espaço na Teoria e na Prática Geográficas**. São Paulo: Contexto, 2012.

MORITZ, Gilberto de Oliveira; NUNER, Rogério; PEREIRA, Maurício Fernandes. **Os Métodos de Prospecção de Cenários e sua Aplicação nas Organizações: Um Estudo de Caso no Período 1998-2008**. FACES R. Adm. Belo Horizonte · v. 7 · n. 2 · p. 68-83 · abr./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.fumec.br/revistas/facep/article/view/117/114>> Acesso em: 18 de jun. 2016.

NEIMAN, Zysman. Natureza e culturas brasileiras: matérias primas do ecoturismo. In: MENDONÇA, Rita; NEIMAN, Zysman. **Ecoturismo do Brasil**. São Paulo: Manole, 2005.

NEIMAN, Zysman; RABINOVICI, Andreia. **Turismo e Meio Ambiente no Brasil**. Baruer, SP: Manole, 2010.

NETV. **Turistas têm causado problemas para a Ilha de Itamaracá**. Rede Globo Nordeste, 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pernambuco/videos/v/turistas-tem-causado-problemas-para-a-ilha-de-itamaraca/3884678/>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

NOBRE FILHO, Pedro Aguiar; SABADIA, José Antônio Beltrão; DUARTE, Cinthia Romariz; *et al.* **Sustentabilidade Ambiental da Extração de Áridos: a Lavra de Areia no Canal Ativo do Rio Canindé – Paramoti – Ceará**. Revista de Geociências, v. 31, n. 1, p. 5-12. São Paulo, UNESP, 2012. Disponível em: <http://www.revistageociencias.com.br/31_1/Art01_Nobre_Filho_et_al.pdf>. Acesso em: 10 de abr. de 2016.

OLIVEIRA, Vanderlei Mendes de. Turismo em Territórios Indígenas e Diversidade Cultural. In: SEABRA, Giovanni (org). **Turismo de Base Local: Identidade Cultural e Desenvolvimento Regional**. João Pessoa: Universitária, 2007.

PÁDUA, Suzana Machado (coord). **Conceitos para se Fazer Educação Ambiental**. 3. ed. São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente, 1999. (Série educação ambiental, ISSN 0103-2658).

PATRIOTA, Lúcia Maria. **Cultura, Identidade Cultural e Globalização**. Paraíba: 2002. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/caos/numero4/04patriota.pdf>>. Acesso em: Acesso em: 8 ago. 2016.

PELICIONI, Andreia Focesi. Movimento Ambiental e Educação Ambiental. In: PHILIPPI JR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. **Educação Ambiental e sustentabilidade**. Barueri, SP: Mamole, 2005.

PELICIONI, Maria Cecília Focesi; PHILIPPI JR, Arlindo. Bases políticas, conceituais, filosóficas e ideológicas da Educação Ambiental. In: PELICIONI, Maria Cecília Focesi; PHILIPPI JUNIOR, Arlindo. Educação Ambiental e Sustentabilidade. Barueri: Manole, 2005

PELICIONI, Maria Cecília Focesi; TOLEDO; Renata Ferraz. Educação para o turismo: turistas e comunidade. In: PHILIPPI JR, Arlindo; RUSCHMANN, Dóris Van de Meene. **Educação Ambiental e Sustentabilidade no Turismo**. São Paulo: Mamole, 2010.

PENSKY, Laima (Org.); FUNARI, Pedro Paulo. **Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Contexto, 2009.

PEREIRA, Mauricio Gomes. **Artigos Científicos: Como Redigir, Publicar e Avaliar**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

PETROCCHI, Mario. **Turismo: Planejamento e Gestão**. 6. ed. São Paulo: Futura, 2002.

PHILIPPI JR, Arlindo; RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Gestão Ambiental e Sustentabilidade no Turismo**. São Paulo: Manole, 2010.

PILON, André Francisco. **A Educação Ambiental em Quatro Dimensões de Mundo: Uma Proposta Ecosistêmica**. Academia © 2016. Disponível em: <http://dSPACE.fsp.usp.br/xmlui/bitstream/handle/bdfsp/686/pil001.pdf?sequence=1> Acesso em: 2016.

RABAHY, Wilson Abrahão (Coordenador Geral). **Estudo de mercado turístico para os Polos Costa dos Arrecifes, Agreste e Vale do São Francisco no estado de Pernambuco: Estudo de Mercado Turístico do Polo Costa Dos Arrecifes**. São Paulo: 2014. Disponível em: http://www.portais.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=24303939&folderId=25388159&name=DLFE-119404.pdf >. Acesso em: 26 dez. 2016.

RAMALHO, Aline Lopes; SILVA, Poliana Bassi; RABINOVICI, Andréia. O turismo no contexto da sustentabilidade. In: NEIMAN, Zysman; RABINOVICI, Andreia. **Turismo e Meio Ambiente no Brasil**. Baruer, SP: Manole, 2010.

RECIFE, Prefeitura. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife – 2005**. Disponível em: http://www.pnud.org.br/publicacoes/atlas_recife/atlas_recife_idh_bairros.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2015.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Geografia do Turismo: Novos Desafios. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (Org.). **Turismo: Como Aprender, Como Ensinar**, vol.1. 3. ed. São Paulo: Editora Senac, 2003.

RODRIGUEZ, José Manuel Mateo; SILVA, Edson Vicente da Silva. **Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: Problemática, Tendência e Desafios**. Fortaleza: UFC, 2013.

RICARDO ARAUJO. 2010. (Imagem). Disponível em:
<<http://www.panoramio.com/photo/40084784?source=wapi&referrer=kh.google.com> >
Acesso em: 17 ago. 2016.

SABINO, André Luiz. **Turismo e Expansão de Domicílios Particulares de Uso Ocasional no Litoral Sudeste do Brasil.** (Tese). São Paulo: USP, 2012. Disponível em:
<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-25042013130244/publico/2012_AndreLuizSabino_VCorr.pdf > Acesso em: 10 ago. 2016.

SÁNCHEZ, Luis Enrique. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos.** 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

SANTA DOSE. 2010. (Imagem). Disponível em:
<<https://santadose1.files.wordpress.com/2010/03/42.jpg>>. Acesso em: 15 jun. 2016

SANTOS, José Luiz dos. **O que é Cultura.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção.** 4. ed. (8ª reimpressão). São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI.** 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SANTOS, Rosana dos. Biogeografia Aplicada ao Turismo in ARANHA, Raphael de Carvalho; GUERRA, Antônio José Teixeira (Org.). **Geografia Aplicada ao Turismo.** São Paulo: Oficina de Textos, 2014.

SETUR/PE. **Pernambuco para o mundo – Planejamento estratégico 2008 a 2020.** Recife, 2008.

_____. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável para o Pólo Costa dos Arrecifes – Pernambuco volume II.** Recife, 2004. Disponível em:
<http://www.empetur.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=24303939&folderId=25394195&name=DLFE-119446.pdf > Acesso em: 20 de jul. 2016.

_____. **Relatório de ações 2012.** EMPETUR: Recife, 2012. Disponível em:
http://www.empetur.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=959cf226-abe2-470e-8a31-9d31c21bb2a1&groupId=21782 > Acesso em: 20 de out. 2016.

SELVA, Vanice Santiago Fragoso. In: CASTILHO, Claudio Jorge Moura de; SELVA, Vanice Santiago Fragoso. **Turismo, Políticas Públicas e Festão dos Ambientes Construídos.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

SELVA, Vanice Santiago; COUTINHO, Solange Fernandes. **Reflexões sobre a prática do ecoturismo no Brasil.** Revista de Geografia. V.16, n. 1. Jan/Jun. 2000. Recife: UFPE, 2000.

SALVATI, Sergio Salazar. A Certificação e as Dimensões da Sustentabilidade e da Qualidade dos Produtos e Serviços em Ecoturismo. In: MENDONÇA, Rita; NEIMAN, Zysman. **Ecoturismo do Brasil.** São Paulo: Manole, 2005.

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **Gestão Ambiental: Instrumentos, Esferas de Ação e Educação Ambiental**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SERRANO, Célia Maria de Toledo. O produto Ecoturístico. In: ANSARAH, Marília G. R. (Org.). **Turismo: Como Aprender, Como Ensinar**. vol.2. 3. ed. São Paulo: Editora Senac, 2004.

SIMÕES, Maria de Lourdes Netto. **Identidade Cultural e turismo: a Literatura Como Agenciadora de Trânsitos e Possível Elemento de Sustentabilidade**. (Artigo Publicado em CRUZ; CAMARGO (Org.). **Turismo Cultural – Estratégias, Sustentabilidade e Tendências**. Ilhéus: Editus, 2009. p. 49-68). Disponível em: <<http://www.uesc.br/icer/artigos/aidentidadecultural.pdf>> Acesso em 20 de Nov de 2.013

SKYCREPERCITY. 2016. (Imagem). Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1154243&page=691>>. Acesso em: 20 mai. 2016.

SOBREIRA, M. C.; MACHADO, C. O.; REBOUCAS, C. Q. *et al.* **Cenários Prospectivos no Combate ao Turismo Sexual Internacional em Fortaleza**. Revista Turismo - Visão e Ação - Eletrônica, Vol. 16 - n. 2 - Mai. – Ago. 2014. Disponível em: <<http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/download/7734/4418>> Acesso em: 18 de jun. 2016.

SOUZA, Guilherme Debeus Costa e. **Turismo Sustentável Como Alternativa de Desenvolvimento e Conservação do Meio Ambiente em Picãozinho – Município de João Pessoa – PB**. (Dissertação) PRODEMA UFPB: João Pessoa, 2008.

STEINBERGER, M. **Território e Políticas Públicas Espaciais**. Brasília, Paralelo 15, LGE, 2006.

SWARBROOKE, John. **Turismo Sustentável: Conceitos e Impacto Ambiental**. vol.1. São Paulo: Aleph, 2000.

TORRES, Fillipe Tamiozzo Pereira. MACHADO, Pedro José de Oliveira. **Introdução à Climatologia**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

TOURAINÉ, Alain. **O que é a Democracia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

VEYRET, Yvette (Org.). **Dicionário do Meio Ambiente**. São Paulo: Senac São Paulo, 2012.

VIVER NATAL. **Turismo Já Representa 9,8% do PIB do Nordeste**. wordpress.com: Natal, 2013. Disponível em: <<https://vivernatal.wordpress.com/2013/11/28/turismo-ja-representa-98-do-pib-do-nordeste/>>. Acesso em: 08 ago. 2016.

VIVO INTENSAMENTE AS COISAS MAIS SIMPLES. 2011. (Imagem). Disponível em: <<http://vivointensamenteascoisasmaissimples.blogspot.com.br/2011/05/trilha-na-mata-do-amparo-itamaraca-pe.html>> Acesso em: 22 fev. 2016.

YÁZIGI, Eduardo. **Turismo uma Esperança Condicional**. 3. ed. São Paulo: Global Editora, 2003.

APÊNDICE A – Questionário aplicado à população da Ilha de Itamaracá

Questionário de verificação da percepção da população de Itamaracá sobre as políticas públicas do turismo da Ilha de Itamaracá.

Responsável pela aplicação: Jefferson José Candido, mestrando do PRODEMA

1	Atualmente você é...														
	<input type="checkbox"/> morador da Ilha <input type="checkbox"/> possui uma segunda residência na Ilha <input type="checkbox"/> turista														
2	O que você considera mais importante para atrair os turistas para a Ilha?														
	<input type="checkbox"/> os recursos naturais (planta, animais, água, solo) <input type="checkbox"/> a cultura (festas, comida, dança, música, pesca) <input type="checkbox"/> a cidade (beleza cênica) <input type="checkbox"/> as praias														
3	Você sabia que o turismo causa grandes impactos sobre o meio ambiente natural e sobre a cultura local?														
	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO														
4	Qual das alternativas abaixo melhor representa seu conceito de sustentabilidade?														
	<input type="checkbox"/> crescimento econômico <input type="checkbox"/> preservação e conservação da natureza <input type="checkbox"/> desenvolver o social e o econômico conservando o meio natural <input type="checkbox"/> outros _____														
5	Em sua opinião quais os pontos FORTES da gestão do turismo em Itamaracá?														
	<table border="0" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 50%;"><input type="checkbox"/> sinalização turística</td> <td style="width: 50%;"><input type="checkbox"/> educação ambiental</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> informações turística</td> <td><input type="checkbox"/> combate à poluição (sonora, visual)</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> Acesso</td> <td><input type="checkbox"/> serviço de limpeza</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> transportes turísticos</td> <td><input type="checkbox"/> incentivo ao ecoturismo</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> policiamento</td> <td><input type="checkbox"/> incentivo a cultura local</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> participação popular na gestão</td> <td><input type="checkbox"/> outros _____</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> eventos culturais</td> <td></td> </tr> </table>	<input type="checkbox"/> sinalização turística	<input type="checkbox"/> educação ambiental	<input type="checkbox"/> informações turística	<input type="checkbox"/> combate à poluição (sonora, visual)	<input type="checkbox"/> Acesso	<input type="checkbox"/> serviço de limpeza	<input type="checkbox"/> transportes turísticos	<input type="checkbox"/> incentivo ao ecoturismo	<input type="checkbox"/> policiamento	<input type="checkbox"/> incentivo a cultura local	<input type="checkbox"/> participação popular na gestão	<input type="checkbox"/> outros _____	<input type="checkbox"/> eventos culturais	
<input type="checkbox"/> sinalização turística	<input type="checkbox"/> educação ambiental														
<input type="checkbox"/> informações turística	<input type="checkbox"/> combate à poluição (sonora, visual)														
<input type="checkbox"/> Acesso	<input type="checkbox"/> serviço de limpeza														
<input type="checkbox"/> transportes turísticos	<input type="checkbox"/> incentivo ao ecoturismo														
<input type="checkbox"/> policiamento	<input type="checkbox"/> incentivo a cultura local														
<input type="checkbox"/> participação popular na gestão	<input type="checkbox"/> outros _____														
<input type="checkbox"/> eventos culturais															
6	Em sua opinião quais os pontos FRACOS da gestão do turismo em Itamaracá?														
	<table border="0" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 50%;"><input type="checkbox"/> sinalização turística</td> <td style="width: 50%;"><input type="checkbox"/> educação ambiental</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> informações turística</td> <td><input type="checkbox"/> combate à poluição (sonora, visual)</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> Acesso</td> <td><input type="checkbox"/> serviço de limpeza</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> transportes turísticos</td> <td><input type="checkbox"/> incentivo ao ecoturismo</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> policiamento</td> <td><input type="checkbox"/> incentivo a cultura local</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> participação popular na gestão</td> <td><input type="checkbox"/> outros _____</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> eventos culturais</td> <td></td> </tr> </table>	<input type="checkbox"/> sinalização turística	<input type="checkbox"/> educação ambiental	<input type="checkbox"/> informações turística	<input type="checkbox"/> combate à poluição (sonora, visual)	<input type="checkbox"/> Acesso	<input type="checkbox"/> serviço de limpeza	<input type="checkbox"/> transportes turísticos	<input type="checkbox"/> incentivo ao ecoturismo	<input type="checkbox"/> policiamento	<input type="checkbox"/> incentivo a cultura local	<input type="checkbox"/> participação popular na gestão	<input type="checkbox"/> outros _____	<input type="checkbox"/> eventos culturais	
<input type="checkbox"/> sinalização turística	<input type="checkbox"/> educação ambiental														
<input type="checkbox"/> informações turística	<input type="checkbox"/> combate à poluição (sonora, visual)														
<input type="checkbox"/> Acesso	<input type="checkbox"/> serviço de limpeza														
<input type="checkbox"/> transportes turísticos	<input type="checkbox"/> incentivo ao ecoturismo														
<input type="checkbox"/> policiamento	<input type="checkbox"/> incentivo a cultura local														
<input type="checkbox"/> participação popular na gestão	<input type="checkbox"/> outros _____														
<input type="checkbox"/> eventos culturais															
7	Como você avalia o planejamento e as ações turísticas promovidas pela gestão pública?														
	<input type="checkbox"/> Excelente <input type="checkbox"/> boa <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> péssima														
8	O que você acha que seria melhor para a Ilha de Itamaracá se desenvolver?														
	<input type="checkbox"/> investir no Ecoturismo <input type="checkbox"/> construir grandes hotéis e resorts (turismo de massa) <input type="checkbox"/> aumentar a cidade (expansão da área urbana)														
9	Qual das duas frases te parece mais adequada ao seu perfil?														
	<input type="checkbox"/> conhecer, preservar e conservar <input type="checkbox"/> crescer sem temer os efeitos														
10	O que você sugere para melhorar o turismo em Itamaracá?														
	_____ _____ _____ _____ _____ _____														

OBRIGADO! Sua participação é fundamental para a construção de um ambiente sustentável.

APÊNDICE B – Roteiro das entrevistas realizadas

Entrevista direcionada para o secretário de turismo da Ilha de Itamaracá

- 1) A secretaria municipal possui um plano diretor ou algum outro documento oficial voltado ao desenvolvimento do turismo na ilha?
- 2) Quais os princípios norteadores do planejamento do turismo na Ilha?
- 3) Para a prática do turismo, a segurança é um dos requisitos fundamentais. Existe uma política voltada para atender especificamente a demanda turística?
- 4) Diante da política do estado de redirecionar o fluxo turístico para o Litoral Norte, motivado pela retirada das unidades prisionais da ilha de Itamaracá, qual a postura da secretaria municipal em relação à estratégia para o desenvolvimento turístico a partir desta nova demanda?
- 5) Uma das orientações do Ministério do Turismo é de descentralizar a prática do turismo, segmentando ao máximo a demanda. Como a secretaria tem agido para tentar alcançar essa orientação, visto que o forte do turismo local é o turismo de sol e mar?
- 6) Existe alguma política voltada ao incentivo do ecoturismo (conservação e benefícios socioeconômicos)?
- 7) Como tem trabalhado a secretaria de turismo para mitigar os impactos advindos do turismo sobre o meio ambiente e a cultura local?
- 8) Quanto à capacidade de carga da ilha, principalmente nos dias de feriadão, há algum procedimento especial atuante hoje ou para o futuro próximo, para tentar amenizar o transtorno nesses dias?
- 9) Quais os instrumentos de gestão para tomada de decisão na gestão turismo?
- 10) Existe um conselho de turismo, se existe ele é atuante?
- 11) Como acontece as tomadas de decisões desta secretaria?

Entrevista direcionada para o secretário de meio ambiente da Ilha de Itamaracá

- 1) Esta secretaria municipal do meio ambiente possui um plano diretor ou algum outro documento oficial voltado ao desenvolvimento da ilha?
- 2) Quais os princípios norteadores do planejamento de desenvolvimento da Ilha?
- 3) A poluição do meio ambiente é uma questão que já não é mais uma novidade na sociedade, sobretudo, nas áreas urbanas, contudo, ainda encontramos muitos ambientes degradados e em certos locais, como algumas praias destes municípios que são divulgadas como impróprias para o banho. O

que a secretaria tem desenvolvido para que haja um redução da poluição nas áreas urbanas e mais áreas mais afastadas onde a natureza é mais abundante?

- 4) Recentemente, eu li uma reportagem (Jornal Folha de Pernambuco, 23 de julho de 2015) informando que a ilha iria ter um sistema de esgoto a vácuo. Com essa obra a ilha vai ficar 100% saneada? Qual a previsão para essa meta?
- 5) Quais são as unidades de conservação existentes na ilha e quais as atividades que a secretaria desenvolve nestas áreas protegidas?
- 6) A atividade turística causa impactos negativos tanto no meio social quanto no meio natural. Na visão desta secretaria quais os impactos que o turismo vem causado na ilha de Itamaracá?
- 7) A secretaria possui alguma política ou projeto direcionado à mitigação dos impactos do turismo na ilha?
- 8) Como tem sido trabalhada a educação ambiental na ilha?
- 9) Diante dos recursos naturais disponíveis na ilha, você acredita na potencialidade do ecoturismo (conservação e benefícios socioeconômicos) para implementar o turismo local?
- 10) O que a secretaria tem planejado para mitigar os impactos potenciais sobre o meio ambiente com um possível aumento da demanda do turismo advindo com a retirada das unidades prisionais da ilha?
- 11) Como têm acontecido as tomadas de decisões? Existe um conselho gestor? Se possuir, quem são os formadores?

Entrevista direcionada para o Secretário de Planejamento e Infraestrutura da Ilha de Itamaracá

- 1) Esta secretaria municipal do planejamento possui um plano diretor ou algum outro documento oficial voltado ao desenvolvimento do turismo na ilha que tenha uma correlação com o meio ambiente?
- 2) Quais os princípios norteadores do planejamento de desenvolvimento da Ilha?
- 3) Como têm acontecido as tomadas de decisões? Existe um conselho gestor? Se possuir, quem são os formadores?
- 4) Existe uma política do Estado que visa um desenvolvimento para o Litoral Norte do Estado, e uma das ações seria a retirada das unidades prisionais da ilha de Itamaracá para um possível aumento do fluxo turístico. Como esta secretaria em conjunto com as políticas do estado pretende fazer uso desses espaços?
- 5) Existe alguma política que orienta o desenvolvimento da ilha através de incentivos a construção de resort para estimular o turismo?
- 6) Como esta secretaria tem se planejado para mitigar os impactos do turismo na ilha?

- 7) Existe algum estudo sobre a capacidade de carga da ilha, visto que nos feriados há visivelmente uma demanda bem superior aos ambientes com qualidade de vida?
- 8) Como esta secretaria tem trabalhado para reduzir os transtornos ocasionados pelo excesso de contingente, sobretudo no trânsito?
- 12) Quais os instrumentos de gestão para tomada de decisão na gestão turismo?
- 9) Há algum projeto sobre educação ambiental na ilha?

Entrevista direcionada para o Secretário de Turismo do Estado de Pernambuco

- 1) Visto que o turismo no Litoral sul de Pernambuco encontra-se bem estruturado, a política do governo é promover o desenvolvimento para Litoral norte do Estado?
- 2) A ilha de Itamaracá é uma ilha consagrada pelo potencial para o turismo de sol e mar. Na visão desta secretaria há uma possibilidade de descentralizar esta demanda?
- 3) Quanto ao potencial ecoturístico da ilha, esta secretaria acredita que seja possível que haja uma política voltada a este segmento visando um turismo mais adequado à sustentabilidade?
- 4) Há alguma publicação desta secretaria que oriente os municípios para um turismo sustentável?
- 5) É previsto pelo Estado a retirada das unidades prisionais da ilha de Itamaracá para impulsionar a demanda turística para a ilha; se de fato isso acontecer, como a secretaria tem planejado desenvolver o turismo na ilha? É verdade que existe uma política de incentivo a construção de resorts na ilha?
- 6) Quais ações esta secretaria vem desenvolvendo para mitigar os impactos do turismo sobre o meio ambiente natural e cultural?
- 7) Diante dos recursos naturais disponível na ilha de Itamaracá, você acredita na potencialidade do ecoturismo (conservação e benefícios socioeconômicos) para implementar o turismo local?
- 8) Existe um mecanismo de avaliação e monitoramento dos impactos do turismo nos municípios?
- 9) Como têm acontecido as tomadas de decisões? Existe um conselho gestor? Se possuir, quem são os formadores?

Entrevista direcionada ao setor hotelaria e hospedagem da Ilha de Itamaracá

- 1) Quanto tempo este empreendimento encontra-se funcionando?
- 2) Como se encontra o fluxo turístico atualmente?
- 3) Em que década ou ano você considera que Itamaracá tinha um bom fluxo turístico? Por que?

- 4) Que mudanças o turismo trouxe para a ilha?
- 5) Que ações a prefeitura desenvolveu para a alta do turismo?
- 6) Diante dos recursos naturais disponível na ilha, você acredita na potencialidade do ecoturismo (conservação e benefícios socioeconômicos) para implementar o turismo local?
- 7) O setor hoteleiro tem sido chamado para participar na gestão do turismo junto com a secretaria de turismo?
- 8) O que você compreende como turismo sustentável e como alcança-lo?
- 9) Você já teve conhecimento de alguma ação de educação ambiental por parte da prefeitura?
- 10) O que você espera do turismo se de fato forem retiradas as unidade prisionais da ilha?
- 11) O que você acha de grandes resorts na Ilha como fomento ao turismo?

Entrevista direcionada a moradores, barqueiros e pescadores de Itamaracá

- 1) Como se encontra o fluxo turístico atualmente?
- 2) Em que década ou ano você considera que Itamaracá tinha um bom fluxo turístico? Por que?
- 3) Que mudanças o turismo trouxe para a ilha?
- 4) Você vive unicamente da pesca ou da navegação?
- 5) Com o aumento do turismo houve um aumento ou uma redução na atividade de pesca?
- 6) Na sua opinião, quais os impactos que os turistas tem proporcionado à ilha?
- 7) Que ações a prefeitura desenvolveu para a alta do turismo?
- 8) Diante dos recursos naturais disponíveis na ilha, você acredita na potencialidade do ecoturismo (conservação e benefícios socioeconômicos) para implementar o turismo local?
- 9) Existe uma associação dos pescadores ou barqueiros?
- 10) Os pescadores e barqueiros tem sido chamados para participar na gestão do turismo junto com a secretaria de turismo?
- 11) O que você compreende como turismo sustentável e como alcançá-lo?

- 12) Você já teve conhecimento de alguma ação de educação ambiental por parte da prefeitura? O que você espera do turismo se de fato forem retiradas as unidades prisionais da ilha?

Entre vista direcionadas aos profissionais de turismo

- 1) O que você compreende como Turismo Sustentável e como alcançá-lo?
- 2) E no caso dessa sua visão de preservação, conservação, é possível que a gente tenha um Turismo Sustentável, como é que a gente consegue alcançar esse Turismo Sustentável? Por exemplo duas ou três ações, o que você acha fundamental para que esse Turismo se desenvolva de forma sustentável
- 3) Então, na sua visão para o Turismo Sustentável, as políticas públicas devem ser aliadas com a participação popular na elaboração de novos projetos que podem viabilizar o turismo, é isso?
- 4) Aqui em Itamaracá, em que década ou ano, que tempo, você considera que Itamaracá tinha um bom fluxo turístico e por que você acha que Itamaracá tinha esse fluxo turístico e de repente hoje está caído esse fluxo?
- 5) Quais mudanças o turismo trouxe para Ilha, boas ou ruins?
- 6) Quais as potencialidades turísticas que você acha que deveria ser mais exploradas na Ilha?
- 7) O que você espera do Turismo, se de fato forem retiradas essas Unidades Prisionais, o que você tem em mente, com a sua visão de Turismólogo?
- 8) Diante dos recursos naturais disponíveis na Ilha, você acredita na potencialidade do Ecoturismo que seria a conservação e os benefícios socioeconômicos para implantar o turismo no local? Você acredita que seria viável o Ecoturismo na Ilha?
- 9) O Ecoturismo é uma modalidade que trabalha bastante com a educação ambiental, despertando a sensibilização dos ecoturistas, e agora atualmente na Ilha de Itamaracá você consegue compreender ou ver, perceber ou já teve notícias, de algum projeto ou alguma ação de educação ambiental por parte da Prefeitura?
- 10) Então, você acredita que precisa ser melhorado a educação ambiental por parte da Prefeitura?
- 11) O que você acha de grandes Resorts na Ilha?
- 12) Diante das Políticas Públicas do turismo em Itamaracá, em sua opinião quais as consequências da espacialização do território e qual impacto na Área Urbana e no Meio Ambiente natural nos locais poucos modificados pela ação humana?
- 13) O que a senhora sugere para o desenvolvimento de um Turismo Sustentável na Ilha?

ANEXO A – Relatório final Micmac: Cenário do Turismo em Itamaracá

Final Micmac report

Cenário do turismo em Itamaracá



The MICMAC method is created by Michel Godet and developed within LIPSOR - Godet, M. "Manuel de prospective stratégique, Tome 2". Dunod 2001 - Godet, M. "Creating Futures Scenario Planning as a strategic Management Tool". Economica

SUMMARY

I.	Participants presentation	145
1.	List of participants	145
2.	Participant description.....	145
1.	Candido Jefferson.....	145
II.	Variables presentation	146
1.	List of variables.....	146
2.	Variable description.....	146
1.	Segurança (SEG)	146
2.	Infraestrutura viária (INFRAVIA)	146
3.	Serviços de coletas de resíduos sólidos (SEVRESID).....	146
4.	Atrações turísticas (ATRATUR).....	146
5.	Capacitação de mão de obra (CAPMÃO).....	146
6.	Qualidade dos serviços (QUALSERV)	146
7.	Marketing turístico (MARKTUR).....	146
8.	Aumento da demanda turística (AUDEMA)	147
9.	Turismo de Sol e Mar (TURSOL).....	147
10.	Ecoturismo (ECOTUR).....	147
11.	Educação ambiental (EA)	147
12.	Secretaria de Turismo de Itamaracá (SETURITA).....	147
13.	Empresa de Turismo de Pernambuco (EMPETUR)	147
14.	Associação dos Hoteleiros da Ilha de Itamaracá (AHITA).....	147
III.	The Matrices of the Entries	147
1.	Matrix of Direct Influences (MDI).....	147

I. PARTICIPANTS PRESENTATION

1. LIST OF PARTICIPANTS

- Candido Jefferson

2. PARTICIPANT DESCRIPTION

1. Candido Jefferson

Company:

UPFE

Profession:

Professor

Email:

pi19jeff@hotmail.com

Comments:

Elaboração de cenários prospectivos para o desenvolvimento do turismo na Ilha de Itamaracá
2016-2026

II. VARIABLES PRESENTATION

1. LIST OF VARIABLES

1. Segurança (SEG)
2. Infraestrutura viária (INFRAVIA)
3. Serviços de coletas de resíduos sólidos (SEVRESID)
4. Atrações turísticas (ATRATUR)
5. Capacitação de mão de obra (CAPMÃO)
6. Qualidade dos serviços (QUALSERV)
7. Marketing turístico (MARKTUR)
8. Aumento da demanda turística (AUDEMA)
9. Turismo de Sol e Mar (TURSOL)
10. Ecoturismo (ECOTUR)
11. Educação ambiental (EA)
12. Secretaria de Turismo de Itamaracá (SETURITA)
13. Empresa de Turismo de Pernambuco (EMPETUR)
14. Associação dos Hoteleiros da Ilha de Itamaracá (AHITA)

2. VARIABLE DESCRIPTION

1. Segurança (SEG)

Description:

Sensação de segurança no município da Ilha de Itamaracá

2. Infraestrutura viária (INFRAVIA)

Description:

Condições das vias de acesso ao produto turístico (estradas locais e corredores turísticos).

3. Serviços de coletas de resíduos sólidos (SEVRESID)

Description:

O conjunto de serviços que garanta a limpeza e manutenção dos espaços turísticos e seus entornos na Ilha de Itamaracá.

4. Atrações turísticas (ATRATUR)

Description:

Qualidade intrínsecas e conservação do patrimônio histórico, cultural e ecológico da Ilha capazes de atrair os turistas (Paisagem cultural).

5. Capacitação de mão de obra (CAPMÃO)

Description:

Políticas públicas e privadas de qualificação do setor turístico

6. Qualidade dos serviços (QUALSERV)

Description:

Fortalecimento da cultura da qualidade na prestação de serviços no turismo da Ilha de Itamaracá com atendimento personalizado e um bom relacionamento com o cliente

7. Marketing turístico (MARKTUR)

Description:

Conjunto de técnicas estatísticas, econômicas, sociológicas e psicológicas, utilizadas para estudar e conquistar o mercado, mediante lançamento planejado de produtos, consistindo numa estratégia dos produtos para adequar seus recursos às novas oportunidades que o mercado oferece.

8. Aumento da demanda turística (AUDEMA)

Description:

Aumento do fluxo turístico capaz de comprometer a qualidade dos serviços ofertados.

9. Turismo de Sol e Mar (TURSOL)

Description:

Tipo de turismo que oferece a presença conjunta de água, sol e calor. A combinação desses elementos constitui-se o principal fator de atratividade, ocasionada especialmente por temperaturas quentes ou amenas propícias à balneabilidade.

10. Ecoturismo (ECOTUR)

Description:

Um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.

11. Educação ambiental (EA)

Description:

Educação ambiental baseada nos princípios de democracia, sustentabilidade ecológica, diversidade cultural e equidade social.

12. Secretaria de Turismo de Itamaracá (SETURITA)

Description:

Órgão municipal responsável pela gestão do turismo na Ilha de Itamaracá.

13. Empresa de Turismo de Pernambuco (EMPETUR)

Description:

Órgão responsável pela gestão do Turismo em Pernambuco.

14. Associação dos Hoteleiros da Ilha de Itamaracá (AHITA)

Description:

Entidade privada de atividades de defesa de direitos sociais com abrangência na Ilha de Itamaracá

III. THE MATRICES OF THE ENTRIES

1. MATRIX OF DIRECT INFLUENCES (MDI)

The Matrix of Direct Influence (MDI) describes the relations of direct influences between the variables defining the system.